



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Cadeira vazia?
Migração partidária na Câmara de Vereadores de
Bagé (1983-2004)**

Ivete Beatriz Guimarães Severo

Pelotas, dezembro de 2008

Ivete Beatriz Guimarães Severo

**Cadeira vazia?
 Migração partidária na Câmara de Vereadores de
 Bagé (1983-2004)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, sob orientação do Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto como requisito parcial á obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Pelotas, dezembro de 2008

Dados de catalogação na fonte:
Aydê Andrade de Oliveira CRB - 10/864

S498c Severo, Ivete Beatriz Guimarães.
Cadeira vazia? Migração partidária na Câmara de Vereadores de Bagé (RS) / Ivete Beatriz Guimarães Severo. - Pelotas, 2008.
171f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

1. Migração partidária. 2. Sistema partidário. 3. Câmara de Vereadores – Bagé, RS. I. Barreto, Alvaro, orient. II. Título.

CDD 328.3098165

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (Orientador)

Prof. Dr. Daniel de Mendonça

Profa. Dra. Rosângela Marione Schulz

Prof. Dr. Cláudio Roberto Cogo Leivas

Dedicatória

Dedico este trabalho ao mestre incondicional Doutor Álvaro Augusto de Borba Barreto, responsável direto pelo êxito de um sonho realizado sob a sua orientação.

Agradecimento

Aos meus pais (in memorian), pelo seu exemplo de vida, pelos valores que me inculcaram, lutar na busca e no desejo da realização incessante como pessoa, na família, na sociedade, e como profissional a se reconstruir sempre intelectualmente, bem como nas relações intra e inter-pessoais para contribuir como cidadã, como profissional e como pessoa.

Aos meus filhos Christian e Daniel pelo apoio ímpar, ao meu marido Otacílio (in memorian) pela participação na minha vida, pelo amor que nutriu nossa união até o momento em que Deus o chamou, pelo seu incentivo e orgulho pelas vitórias alcançadas por mim.

À minha irmã Ada Maria pelo companheirismo e incentivo, obrigada.

Ao Prof^o Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto, intelectual de profundo conhecimento, competência e crítica, complementados pela simplicidade e humildade incontestes, pela sua ilimitada paciência para comigo nos diversos momentos da pesquisa, contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional, em especial nos momentos difíceis pelos quais eu e a minha família estamos enfrentando, o meu agradecimento.

Aos demais professores do Curso de Mestrado em Ciências Sociais, acrescentaram conhecimentos nesta área de estudo, a minha gratidão.

Aos colegas, que hoje compartilham o fim de mais uma etapa, a amizade que construímos ao longo do curso, companheiros das equipes de trabalho e àqueles que por algum motivo desconstruíram-se pelo caminho da vida. Obrigada!

Resumo

A dissertação trata da migração partidária na Câmara de Vereadores de Bagé (RS), no período de 1983 e 2004, o que compreende cinco legislaturas. Tem como objetivos principais: analisar os significados que a troca de legendas tem apresentado para o sistema partidário do município, bem como os impactos que a migração tem trazido para as disputas locais. Os objetivos específicos são os de identificar a incidência da troca de partidos ocorrida na Câmara de Vereadores de Bagé; bem como os vereadores e os partidos políticos envolvidos; dimensionar o impacto que a migração ocorrida, entre 1983 e 2004, tem apresentado para a formação ou extinção de bancadas e a variação no tamanho da representação partidária.

A investigação centrou-se em duas legislaturas (1983/88 e 2001/04), pois elas marcam a primeira e a última a serem estudadas, bem como são aquelas com a maior incidência do fenômeno: nove e 13 trocas, respectivamente, em um total de 39 casos identificados. De um lado, tem-se como verificar as primeiras trocas promovidas pela classe política, ainda em meio a um sistema partidário em processo de transformação e ao longo do conturbado período de posse de um presidente civil, retomada de eleições diretas para prefeito no município (1985), Assembleia Constituinte e, por fim, uma nova eleição municipal (1988). De outro, busca-se ver, passado tanto tempo e tendo o país atingido uma maior estabilidade institucional, o impacto que a chegada do PT ao poder municipal teve no sistema partidário local.

Palavras-chave: Migração partidária; sistema partidário; Bagé (RS)

Lista de Figuras

Quadro 1	Prefeitos e Vice-prefeitos eleitos no município de Bagé, no período 1947-1963, e partido ou coligação pela qual concorreram	64
Quadro 2	Prefeitos de Bagé nomeados pela ditadura militar e período de governo, entre 1964-1986	67
Quadro 3	Composição da Câmara de Vereadores de Bagé, conforme a eleição de 1982	73
Quadro 4	Composição da Câmara de Vereadores de Bagé, ao final da legislatura 1983/88	78
Quadro 5	Número de vereadores, número e percentual de vereadores migrantes, em Bagé, na legislatura 1983/88	79
Quadro 6	Movimentação dos vereadores migrantes na Câmara de Vereadores de Bagé, ao longo da legislatura 1983/88	79
Quadro 7	Número e discriminação dos partidos representados na Câmara de Vereadores de Bagé, a cada ano da legislatura 1983/1988	81
Quadro 8	Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88	81
Quadro 9	Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88, tendo por base os partidos de origem e de destino	81
Quadro 10	Incidência da troca entre os blocos ideológicos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88	82
Quadro 11	Número efetivo de partidos e variação no índice, na Câmara de Vereadores de Bagé, a cada ano da legislatura 1983/88	83
Quadro 12	Índice de mudança parlamentar agregado na Câmara de Vereadores de Bagé, a cada ano da legislatura 1983/1988, em comparação à eleição de 1982	84
Quadro 13	Índice de mudança parlamentar agregado na Câmara de Vereadores de Bagé, na comparação entre cada ano da legislatura 1983/1988	84

Quadro 14	Composição da Câmara de Vereadores de Bagé, conforme a eleição de 1988	91
Quadro 15	Vereadores de Bagé da legislatura 1983/88 que concorreram à reeleição em 1988, conforme o resultado, e novos componentes da Câmara, na legislatura 1989/1992	92
Quadro 16	Relação dos concorrentes à Prefeito de Bagé, em 1988	93
Quadro 17	Prefeitos de Bagé, eleitos entre 1985 e 2004, e partido ao qual estavam filiados	99
Quadro 18	Número de vereadores, número e percentual de vereadores migrantes por legislatura, em Bagé, no período 1989/2000	100
Quadro 19	Vereadores migrantes por legislatura, ano de migração e sentido das trocas realizadas, em Bagé, no período 1989-2000	100
Quadro 20	Número e discriminação dos partidos representados na Câmara de Vereadores de Bagé, nas legislaturas 1989/92, 1993/96 e 1997/00	104
Quadro 21	Fluxo migratório entre os partidos na Câmara de Vereadores de Bagé, nas legislaturas 1989/92, 1993/96, 1997/00	104
Quadro 22	Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1989-2000	105
Quadro 23	Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1989-2000, tendo por base os partidos de origem e de destino	105
Quadro 24	Número efetivo de partidos e variação no índice, na Câmara de Vereadores de Bagé, nas eleições de 1982 a 2000	105
Quadro 25	Incidência da troca entre os blocos ideológicos, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1989-2000	110
Quadro 26	Composição da Câmara de Vereadores de Bagé, conforme a eleição de 2000	114
Quadro 27	Candidatos a deputado federal e a estadual mais votados no município de Bagé, nas eleições de 2002	126
Quadro 28	Composição da Câmara de Vereadores de Bagé, ao final da legislatura 2001/04	137
Quadro 29	Vereadores de Bagé da legislatura 1983/88 que concorreram à reeleição em 2004, conforme o resultado, e novos componentes da Câmara, na legislatura 2001/04	140
Quadro 30	Número de vereadores, número e percentual de vereadores migrantes por legislatura, em Bagé, na legislatura 2001/04	141
Quadro 31	Movimentação dos vereadores migrantes na Câmara de Vereadores de Bagé, ao longo da legislatura 2001/04	142
Quadro 32	Número e discriminação dos partidos representados na Câmara de Vereadores de Bagé, a cada ano da legislatura 2001/04	144

Quadro 33	Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04	146
Quadro 34	Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04, tendo por base os partidos de origem e de destino	146
Quadro 35	Incidência da troca entre os blocos ideológicos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04	147
Quadro 36	Movimentação dos vereadores migrantes no eixo governo-oposição na Câmara de Vereadores de Bagé, ao longo da legislatura 2001/04	149
Quadro 37	Número de vereadores, número e percentual de vereadores migrantes, em Bagé, no período 1983-2004	152
Quadro 38	Troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1983-2004, tendo por base os partidos de origem e de destino	153
Quadro 39	Incidência da troca entre os blocos ideológicos, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1983-2004	154

Lista de Tabelas

Tabela 1	Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé (1947-1963)	63
Tabela 2	Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé (1968-1976)	66
Tabela 3	Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos, no Rio Grande do Sul, na eleição de 1982	69
Tabela 4	Votação para governador do estado no município de Bagé e no Rio Grande do Sul, em 1982	71
Tabela 5	Incidência de trocas partidárias na Câmara de Vereadores de Bagé, conforme o ano da legislatura, na legislatura 1983/88	79
Tabela 6	Número de vezes em que cada partido perdeu ou recebeu vereadores migrantes, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88	80
Tabela 7	Comparação entre a projeção de cadeiras obtidas e o número de cadeiras ocupadas pelos partidos na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88	80
Tabela 8	Incidência do envolvimento dos blocos ideológicos com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88	82
Tabela 9	Relação do número de vereadores por partido, em Bagé, a cada ano da legislatura 1983/1988	83
Tabela 10	Relação do % da Câmara de Vereadores ocupado pelos partidos, em Bagé, a cada ano da legislatura 1983/1988	83
Tabela 11	Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 1985, considerando-se os votos válidos	87
Tabela 12	Comparação entre o número de vereadores dos partidos o pleito de 1982, o final de legislatura 1983/88 e aquele definido na eleição de 1988	89
Tabela 13	Resultado por partido da tentativa de reeleição na Câmara de Vereadores de Bagé, em 1988	92

Tabela 14	Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 1988, considerando-se os votos válidos	94
Tabela 15	Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 1992, considerando-se os votos válidos	97
Tabela 16	Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 1996, considerando-se os votos válidos	98
Tabela 17	Número de vezes em que cada partido perdeu ou recebeu vereadores migrantes, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1989-2000	103
Tabela 18	Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1989/92 ...	106
Tabela 19	Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1993/96 ...	107
Tabela 20	Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1997/2000	108
Tabela 21	Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé, nas eleições de 1982 a 2000	109
Tabela 22	Número efetivo de partidos ao final das legislaturas e na eleição que definiu a composição da legislação seguinte, no período 1982 a 2000	109
Tabela 23	Incidência do envolvimento dos blocos ideológicos com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1989-2000	110
Tabela 24	Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 2000, considerando-se os votos válidos	111
Tabela 25	Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 2004, considerando-se os votos válidos	135
Tabela 26	Distribuição de cadeiras na Câmara de Vereadores de Bagé entre os partidos políticos, na eleição de 2004 e na simulação de manutenção de 21 cadeiras	138
Tabela 27	Comparação entre o número de vereadores dos partidos no início da legislatura 2001/04 e a data da eleição de 2004 e aquele definido no pleito	139
Tabela 28	Comparação entre o número de vereadores dos partidos no início da legislatura 2001/04 e a data da eleição de 2004 e aquele definido no pleito, se permanecessem as 21 cadeiras	139
Tabela 29	Resultado por partido da tentativa de reeleição na Câmara de Vereadores de Bagé, em 2004	140
Tabela 30	Incidência de trocas partidárias na Câmara de Vereadores de Bagé, conforme o ano da legislatura, na legislatura 2001/04	143

Tabela 31	Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos ao longo da legislatura 2001/04	144
Tabela 32	Número de vezes em que cada partido perdeu ou recebeu vereadores migrantes, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04	145
Tabela 33	Incidência do envolvimento dos blocos ideológicos com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04	147
Tabela 34	Incidência do envolvimento do governo e da oposição com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04	148
Tabela 35	Incidência do envolvimento do governo e da oposição com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04	148
Tabela 36	Número de vezes em que cada partido perdeu ou recebeu vereadores migrantes, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1983-2004	153
Tabela 37	Incidência do envolvimento dos blocos ideológicos com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1983-2004	154

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1	26
1. Introdução	26
2. Causas da migração	28
3. As motivações para migrar	33
4. As conseqüências para o sistema partidário	38
5. O que as migrações revelam sobre os partidos nacionais	43
6. Fechamento	48
Capítulo 2	50
Capítulo 3	62
1 – A trajetória político-eleitoral do município (1946-82)	62
2 – A legislatura 1983/88	67
2.1 – O pleito de 1982	67
2.2 – As migrações partidárias	73
2.3 – O impacto das migrações	78
Capítulo 4	96
1 – As Eleições para Prefeito de 1992 e de 1996	96
2 – As migrações no período 1989 a 2000	99
3 – As migrações partidárias na legislatura 2001/04	111
3.1 – O pleito de 2000	111
3.2 – A administração Mainardi	115
3.3 – A gestão da coalizão	117
3.4 – As trocas da primeira metade da legislatura 2001/04	120
3.5 – O rompimento PT-PDT e a formação de novas alianças em 2003-04	127
3.6 – Sistematização das trocas	141
Conclusão	151
Referências	159
Apêndice	164

Introdução

A presente dissertação tem por tema a migração partidária, também conhecida por troca ou mudança de partido. O autor do principal trabalho sobre o assunto afirma que o fenômeno já foi identificado como “endêmico” no sistema político brasileiro, o que significa dizer que não pode mais ser tratado como parte do nosso folclore ou mera curiosidade, e sim deve ser encarado como uma prática corrente e um recurso institucional que produz impacto não desprezível nas relações políticas nacionais. (MELO, 2004, p. 161)

A medida em que se disseminou, ele passou a merecer a atenção dos estudiosos do processo político, cujas pesquisas ajudaram a entender melhor as razões pelas quais um parlamentar muda de legenda, qual o impacto do fenômeno sobre o eleitor, os partidos e o trabalho legislativo. Desse modo, ao escolher a troca de partidos, a dissertação incorpora-se a um campo que tem atraído a atenção dos estudiosos, bem como tem produzido importantes resultados para uma apreensão qualificada do tema.

O objeto específico desta pesquisa é a incidência do fenômeno na Câmara de Vereadores de Bagé (RS), em especial o impacto no sistema partidário local. Muitos elementos justificam a escolha. O primeiro deles é o fato de a autora viver e trabalhar na cidade, além de estar interessada em aproveitar a oportunidade de produzir uma dissertação de mestrado tendo como foco o seu município. Segue-se que não há estudos sistemáticos sobre as relações políticas em Bagé, por isso o trabalho ajuda a reduzir esta carência. Na mesma medida, os trabalhos sobre a troca de partidos estão centrados na Câmara dos Deputados, poucos são aqueles relativos às assembleias legislativas ou às câmaras de vereadores, o que deixa

margem à seguinte questão: as análises relativas ao Congresso Nacional respondem integralmente ao fenômeno da migração nas demais escalas?

Com um estudo de caso, centrado em um município do Rio Grande do Sul, espera-se acrescentar informações e análises sobre a mudança de legenda. Longe de desvendar novas interpretações, deseja-se, seguindo a trilha já aberta pelos estudos nacionais, levar a investigação para campos ainda não cobertos, caso dos legislativos municipais.

O trabalho recobre o período 1983-2004, as informações principiam pelas eleições de 1982 e a legislatura instalada em 1983, encerrando-se com a legislatura 2001/04. Na realidade, o foco de investigação inicia em 1985, ano em que a fidelidade partidária estabelecida pela ditadura militar foi abolida e, na prática, a troca de legendas passou a ser liberada. É a partir dessa data que a elite política poderia mudar a filiação sem sofrer o ônus da perda do mandato. Já o encerramento ocorre em 2004, pois, apesar de a atual legislação brasileira exigir que o candidato esteja filiado a um partido político, no mínimo, um ano antes das eleições, registrou-se duas migrações em 2004, a serem explicadas ao longo do trabalho.

Decidiu-se centrar a análise nas legislaturas 1983/88 e 2001/04. As razões são amplas, mas a principal é que ambas são aquelas em que foram identificadas as mais altas incidências do fenômeno (nove e 13 casos, respectivamente). O esforço analítico foi tentar entender e explicar as motivações para tal, não simplesmente do ponto de vista dos migrantes, mas principalmente para o sistema partidário local.

De um lado, tem-se como verificar as primeiras trocas promovidas pela classe política, ainda em meio a um sistema partidário em processo de transformação e ao longo do conturbado período de posse de um presidente civil, retomada de eleições diretas para prefeito no município (1985), Assembléia Constituinte e, por fim, uma nova eleição municipal (1988). De outro, busca-se ver como, passado tanto tempo e tendo o país atingido uma maior estabilidade institucional, demarcada pelo presidencialismo de coalizão (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999), qual o papel que a migração cumpriu na legislatura 2001/04. No caso específico, a chegada do PT ao poder municipal, bem como o sucesso desse governo, provocou um reordenamento do sistema partidário local, o qual se deu prioritariamente por via da migração.

Os objetivos principais são os de analisar os significados que a troca de legendas tem apresentado para o sistema partidário do município de Bagé (RS), entre 1983 e 2004, bem como os impactos eleitorais que a migração tem trazido nas

disputas locais. Os objetivos específicos são: identificar a incidência da troca de partidos ocorrida na Câmara de Vereadores de Bagé, no período; identificar os vereadores e os partidos políticos envolvidos na migração ocorrida naquela câmara; dimensionar o impacto da migração ocorrida, entre 1983 e 2004, tem apresentado para a formação ou extinção de bancadas e a variação no tamanho da representação partidária.

A hipótese maior do trabalho é de que, em 1985-88, a migração no município de Bagé seguiu especialmente as alterações que ocorriam em escala nacional, logo, esteve a reboque do panorama brasileiro, embora o fator local não possa ser negligenciado, como se pode verificar pela maior incidência de trocas em 1986, e não em 1985 como foi comum no país. Na fase mais recente, a classe política trocou de partido em razão de mudanças que se processaram, antes de tudo, no plano local, o que é demarcado pela chegada do PT ao governo municipal.

Para dar conta dos desafios da pesquisa, procedeu-se da seguinte forma. O primeiro passo foi uma revisão da bibliografia que trata sobre o tema, tentando identificar os caminhos interpretativos, o conhecimento acumulado e, também, perceber as complexidades e diferentes causalidades que participam de um fenômeno como a mudança de partido. Sem essa percepção, seria bastante difícil observar a dinâmica das trocas ocorridas em Bagé.

Esta mesma bibliografia ajudou a refinar algumas categorias de análise e a subsidiar um trabalho de campo mais qualificado. Assim, para cumprir os objetivos, um dos desafios da pesquisa foi o de identificar, com precisão, a incidência da migração partidária, a filiação dos vereadores que trocaram de legenda (partido ao qual pertenciam e para o qual passaram) e as mudanças no tamanho das bancadas que tais trocas produziram. Também foi necessário verificar as circunstâncias em que se processaram as mudanças.

Apesar da importância central desses recursos analíticos, o trabalho não aconteceria sem a pesquisa empírica, a busca da obtenção das informações específicas sobre a incidência do fenômeno no município de Bagé. Embora aparentemente de simples realização, visto que o campo parecia bastante bem delimitado (um município, um período e um fenômeno já metodologicamente construído), esta pesquisa não foi fácil, visto que os dados não se encontravam organizados em bancos de dados, ao contrário do que ocorre nos estudos sobre a Câmara de Deputados.

Os autores que estudam a migração partidária na Câmara dos Deputados têm uma facilidade para a coleta dos dados: a Secretaria Geral da Mesa lista todas as mudanças de partido do parlamentar, identifica a sua situação (titular, suplente e ex-suplente), a unidade da federação que representa, os partido de origem e de destino, bem como a data em que a troca ocorreu. (CARNEIRO, 2004, p. 30) Infelizmente, a Câmara de Vereadores de Bagé não possui o mesmo serviço, de modo que a identificação das trocas envolveu a produção do banco de dados, em um trabalho de campo bastante desgastante.

Situação semelhante foi encontrada por LIMA (2005), que narra em sua pesquisa que o primeiro esforço girou em torno da definição da relação de vereador no recorte temporal escolhido (1983-2004), com os respectivos titulares e suplentes, visto que sequer esta informação básica estava organizada e disponível. Apenas depois da formulação dessa listagem é que a autora pôde mapear a incidência da migração. Ela trabalhou com algumas fontes: a própria Câmara de Vereadores, publicações que traziam dados sobre os vereadores, o site oficial do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, mas só conseguiu a formulação definitiva dos dados com o auxílio da pesquisa em jornais, no caso, o “Diário Popular” de Pelotas.

Foi preciso, portanto, primeiro compor o banco de dados (identificar titulares e suplentes, períodos de posse e exercício do mandato), para só depois tentar identificar as trocas em suas temporalidades, envolvidos, circunstâncias. Nesse processo de coleta, o recurso a variadas fontes tornou-se imprescindível.

Assim, trabalhou-se com: (1) Anais das sessões da Câmara de Vereadores de Bagé, localizadas no Arquivo Público de Bagé; (2) Cadastro dos vereadores, mantido pela própria Câmara. Estas duas fontes trouxeram importantes dados sobre posse dos vereadores, debates e discussões ocorridas, mas não trouxeram as informações referentes às trocas de partidos, pois o registro deste fato não está sistematizado nas sessões ou nas fichas dos vereadores. Verificou-se que, para a Câmara, a “filiação partidária” é uma informação de menor importância em comparação ao próprio vereador ou que a mudança é de “foro íntimo”, logo não necessita ser monitorada, registrada e atestada.

Frente a isso, buscaram-se dados na (3) Justiça Eleitoral, mais especificamente na página do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, cujas informações sobre o partido pelo qual os vereadores concorreram a cada

eleição (municipais e para deputado) permitia identificar as trocas ocorridas entre um pleito e outro, embora não permitissem saber quando essas mudanças haviam ocorrido. A Justiça Eleitoral também foi procurada, notadamente a 7ª Zona Eleitoral de Bagé, para que se obtivesse o acesso aos dados de filiação partidária oficial dos vereadores. Atenciosamente, o Juiz Eleitoral autorizou a emissão de Certidão com essas informações, mas os registros liberados diziam respeito apenas a ex-vereadores que ainda mantinham filiação (o que excluía falecidos, não mais alistados no município ou aqueles que não pertenciam a alguma legenda), bem como incluía apenas a última filiação. Foram dados importantes e que se somaram aos demais, porém, ainda se mostravam insuficientes.

Partiu-se, então, para (4) pesquisa em jornais. Apenas um periódico local cobre o período 1985-2004, que é “Correio do Sul”, pesquisado no Arquivo Público de Bagé, por meio de busca e coleta de dados via fichamento de notícias ou fotografia digital das matérias de interesse. No período mais recente, a partir de 2005, também foi utilizado o jornal “Minuano”, cuja edição eletrônica está disponível na internet.

Uma outra fonte que se mostrou útil foi (5) o livro publicado pelo pesquisador Cláudio Leão LEMIESZEK (2008) sobre os governos e governantes de Bagé, referente ao período 1979-1992. Em realidade, a obra é o terceiro volume de uma série iniciada nos anos 60 pelo historiador Tarcísio Taborda, a qual foi utilizada pelo trabalho para construir a caracterização histórica do panorama político local, que está presente no capítulo 3. Em 2003, em uma homenagem ao trabalho de Taborda, falecido em um acidente de carro na década de 1990, Lemieszek deu continuidade ao livro, mantendo inclusive o título original, e trouxe os dados referentes ao advento da ditadura militar e até o final da década de 1970. Agora em 2008, o autor publicou o seu segundo volume sobre o tema, o terceiro da série – e promete, para o futuro, novos volumes, os quais seriam valiosos para a pesquisa, caso já estivessem concluídos.

A conjugação dessas fontes permitiu a montagem do banco de dados referente ao fenômeno, o qual continha as ocorrências da migração partidária, organizadas conforme: vereador migrante, partido de origem e de destino, incidência por legislatura, ano da legislatura, ano calendário e composição numérica das bancadas.

A partir desse banco de dados e do tratamento das informações é que se tornou possível consolidar um quadro mais amplo do fenômeno e uma análise mais aprofundada do que foi ou tem sido a troca de partido na Câmara de Vereadores de Bagé e qual o impacto dela para o sistema político local.

* * *

A dissertação estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro traz a revisão sobre as principais linhas de análise e interpretação sobre a migração partidária, bem como sobre os variados caminhos de pesquisa que a literatura especializada tem seguido. Longe de esgotar o tema ou construir o “estado da arte”, a tentativa neste capítulo é de nivelar o terreno em que o estudo de caso vai se realizar.

Se o capítulo anterior é “teórico”, o segundo pode ser chamado de “metodológico”, o espaço onde foram expostas as principais decisões que a pesquisa precisou tomar, as fontes dessas escolhas e os riscos que elas trouxeram.

Os capítulos terceiro e quarto são aqueles que trazem o “campo”, o levantamento de informações sobre a troca partidária e o tratamento dos dados coletados, tendo a perspectiva de, ao mesmo tempo, caracterizar a especificidade das trocas e o cenário político mais amplo em que se enquadram.

O capítulo 3 apresenta e analisa as trocas de partidos ocorridas durante a legislatura 1983/88, mas, antes de abordar esta questão, apresenta brevemente a história partidário-eleitoral de Bagé durante os períodos de 1945-64, da ditadura militar e o contexto do processo eleitoral de 1982, os quais consideram-se importantes para entender com mais propriedade o que ocorreu durante os anos 1980.

Já o capítulo 4 enfoca as mudanças ocorridas na legislatura 2001/04, todavia, assim como o anterior, antes de ingressar na questão específica traz os dados relativos às legislaturas de 1989/92, 1993/96 e 1997/2000 como forma de dimensionar a incidência e o impacto do fenômeno neste período.

* * *

Antes de ingressar no texto propriamente dito, pretende-se apresentar algumas informações sócio-históricas do município de Bagé, como forma de caracterizar o espaço de estudo.

O município de Bagé está localizado na microrregião da Campanha Meridional, na região Sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, distante a aproximadamente 400 quilômetros de Porto Alegre e a apenas 60 quilômetros da

fronteira com o Uruguai, circunstância que foi determinante para a sua formação histórica, como será abordado na seqüência. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, 2008)

O nome do município tem origem controversa. Há consenso de que o termo “Bagé” refere-se aos cerros existentes na região, cuja utilização tem seus primeiros registros históricos nos anos 1770, sendo anotado como “baje” pelos portugueses e “valles” ou “balles” pelos espanhóis. (FAGUNDES, 2005, p. 26) A polêmica gira em torno do significado do termo:

"há quem diga que no local onde hoje está situada Bagé, viveu um cacique minuano chamado Ibajé. O índio Ibajé estaria enterrado no Cerro de Bagé, e do seu nome teria se originado o nome da nossa cidade. A existência desse índio nunca foi comprovada, sendo mais provável que seja uma lenda. A hipótese mais aceita é aquela que diz que a origem do nome Bagé vem da linguagem indígena, e está relacionada com a idéia de 'cerros'. Os índios tapes chamavam os Cerros de 'mbaiê', porém a expressão mais aceita para a origem do nome da cidade é 'bag', outra expressão indígena que também significa 'cerros'. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, 2008)

Há espaço, também, para polêmica sobre a grafia: alguns defendem que seja “bajé”, como ocorreu durante muitas décadas, e outros “bagé”, como é utilizada hoje. FAGUNDES (2005, p. 26) anota que *“entre as regras ortográficas adotadas para os nomes comuns, está aquela que manda escrever j e não g entre duas vogais, nas palavras de origem indígena.”* Assim, a grafia “bagé” não estaria correta. Porém, outras razões fizeram com que fosse preferida: *“a lei semântica do abrandamento do j pelo g foi que provocou a transformação em Bagé, aliada à circunstância de ter o j castelhano o som de r, o que provocava conflitos de pronúncia que o g fez desaparecer.”*

O território em que hoje se localiza o município foi ocupado, inicialmente, pelos índios charruas, guenoas e minuanos, mas não existem fontes documentais ou evidências arqueológicas que definam com precisão qual “nação indígena” habitava a região. (Idem, p. 21)

Praticamente sem ser ocupado pelo homem branco até a segunda metade do século XVII, a partir deste momento e até o início do século XIX, o território foi disputado pelas coroas portuguesa e espanhola, tendo sido palco de muitas batalhas durante o processo de definição das fronteiras, tanto que o município tem por origem um acampamento militar, fato comum na região.

O processo de ocupação pelo homem branco começa

“quando os padres jesuítas, após fundarem São Miguel, desceram da região dos Setes Povos das Missões e instalaram-se aqui, fundando a Redução de Santo André dos Guenoas, em 1683. Porém, os índios daqui (que os padres pretendiam catequizar) eram rebeldes em relação aos índios missionários e aos homens brancos e destruíram a redução.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, 2008)

Uma nova tentativa se deu após 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, pelo qual os portugueses renunciavam à Colônia de Sacramento em troca de terras do atual Rio Grande do Sul e da expulsão dos Setes Povos para a outra margem do Rio Uruguai. Em decorrência, os exércitos das duas coroas procuraram demarcar as fronteiras. Mas isso não foi possível na região, pois, em 1752, ao chegarem aos campos de Santa Tecla¹ foram rechaçados por 600 índios charruas, comandados por Sepé Tiarajú.

Nos anos seguintes, o território esteve envolvido nas chamadas “guerras guaraníticas”. Vencida a resistência indígena, não houve tempo hábil para a demarcação das fronteiras, pois o Tratado de Madri foi anulado. Sem acordo, em 1773, *“o Governador de Buenos Aires, D. Juan José Vertiz y Salcedo, com 5.000 homens, partiu do Prata para expulsar os portugueses do Rio Grande do Sul. Chegando aqui, fundou o Forte de Santa Tecla, do qual ainda existem demarcações.”* (Idem)

A mesma fonte relata que o Forte foi destruído duas vezes. A primeira, poucos anos após a fundação, em 1776, quando Rafael Pinto Bandeira expulsou os espanhóis da região. No entanto, depois da assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, que estabeleceu os chamados “campos neutrais” – uma extensa área que não poderia ser ocupada por nenhuma das partes –, uma guarnição espanhola voltou a ocupar o Forte, sendo que os portugueses instalaram-se em uma coxilha próxima, denominada São Sebastião – hoje zona urbana do município.

“Em 1801, os espanhóis abandonaram todos os seus postos avançados, inclusive o Forte de Santa Tecla, que foi, pela segunda vez, demolido e arrasado. O território passou definitivamente aos portugueses, e as terras bageenses foram ocupadas por sismeiros ou arrendadas a pessoas que se destacaram nos combates travados.” (Ibidem)

Novos acontecimentos viriam a influenciar a região e serem determinantes para a fundação de Bagé. Com o início do processo de independência das colônias espanholas, em 1810, Dom João VI determinou que Dom Diogo de Souza, que

¹ - Referência à denominação dada pelos jesuítas ao posto mais extremo da Estância de São Miguel e que hoje compõe a zona urbana do município.

havia tomado posse da Capitania Geral de São Pedro (hoje Rio Grande do Sul), iniciasse a campanha à frente do denominado “Exército Pacificador da Banda Oriental”. *“A missão atribuída a Dom Diogo era essencialmente militar, deveria ele intervir na região do Prata, para combater os movimentos revolucionários que havia em Buenos Aires e Montevideú.”* (FAGUNDES, 2005, p. 37)

As forças portuguesas, calculadas em três mil homens, montaram acampamento próximo aos “Cerros de Bagé”, de onde partiram, em 17 de julho de 1811, para invadir o hoje território uruguaio. Diante de um rigoroso inverno, da restrição de gêneros alimentícios e de dificuldades de deslocamento, Dom Diogo deixou no acampamento uma série de pessoas que não poderiam acompanhá-lo, tendo nomeado o tenente Pedro Fagundes de Oliveira como responsável por manter a ordem no local. Foi a partir deste acampamento militar que surgiu o município de Bagé. (TABORDA, 1966; LEMIESZEK, 2000; FAGUNDES, 2005; PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, 2008)

Por isso, a data de 17 de julho de 1811 é considerada como a de fundação da cidade. Até 1832, Bagé pertenceu a Rio Pardo, ano em que passou a integrar o município de Piratini. Foi elevada à categoria de freguesia, em 18 de maio de 1846, e de vila, em cinco de junho do mesmo ano. Foi reconhecida como cabeça de comarca em 22 de dezembro de 1858 e, quase um ano depois, em 15 de dezembro de 1859, foi elevada à categoria de cidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, 2008)

LEMIESZEK (2000, p. 65) destaca que

“parecia certo ser destino de Bagé servir de palco para batalhas e novas invasões e, em 1825 e 1827, a Rainha da Fronteira sofre duas novas invasões dos espanhóis, em decorrência da Guerra Cisplatina, determinando sensíveis danos ao recém-criado povoado”

Durante a Revolução Farroupilha, Bagé tornou-se um dos palcos principais do conflito.

“Uma das mais importantes e lembradas, a ‘Batalha do Seival’ foi travada em 10 de setembro de 1836 nos Campos do Seival. As tropas (...) comandadas por Antônio de Souza Netto, saíram vitoriosas e, no dia 11 de setembro, o mesmo General Netto, no atual Campo dos Menezes, margem esquerda do Rio Jaguarão, proclamou a República Rio-grandense.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, 2008)

O município voltaria a estar no centro de conflitos por ocasião da Revolução Federalista de 1893, que tinha como algumas das principais lideranças Silveira

Martins e Joca Tavares, dois personagens naturais de Bagé ou intimamente vinculados ao município.

"Em 11 de fevereiro, Gumercindo Saraiva invadiu o Rio Grande do Sul pelo Rio Jaguarão e, no Passo do Salsinho, foi travado o primeiro combate. Durante a Revolução de 1893, o município testemunhou ainda o Combate das Traíras, o Cerco do Rio Negro e o Sítio de Bagé. No Rio Negro, 300 prisioneiros foram degolados sem poderem esboçar defesa. O Sítio de Bagé teve como palco a Praça da Matriz e a Catedral, que ficou sitiada quando os revolucionários tentaram tomar a cidade. Foram construídas trincheiras e, sob o comando do Coronel Carlos Telles, os pica-paus (defensores do governo oficial) resistiram à invasão." (Idem)

Apesar de sofrer tais perturbações, o município conseguiu se desenvolver alicerçado na pecuária, que ainda hoje é a base da economia local: cerca de 80% da população economicamente ativa está ocupada com o setor primário, que gera 32,3% da arrecadação de ICMS, pouco aquém do comércio (34,5%). O setor industrial gera 19,1% e os serviços, 14%. (ALTERNET, 2008)

Os autores destacam que a pecuária como opção produtiva surgiu em decorrência de dois fatores: a estratégia militar de ocupação territorial utilizada pela coroa portuguesa, calcada na doação de grandes extensões de terras; e a existência na região de inúmeros animais vacuns à solta, que foram incorporados naturalmente nas atividades produtivas das estâncias. ROCHA (p. 3) afirma que

"a quantidade de gado e as extensões de terras possibilitavam ao estancieiro, mesmo administrando sua estância de uma 'forma ineficiente', sem inovações e/ou melhoramentos técnicos, rendimentos que lhes proporcionavam a manutenção de um padrão de vida satisfatório."

Dessa forma, Bagé era uma das cidades mais importantes do estado no final do século XIX, a ponto de ter se tornado a "Rainha da Fronteira":

"(...) contava com um progresso urbano considerável, estando inclusive favorecida com relação a outras cidades. A estrada de ferro já havia sido inaugurada no século anterior, em 1884, com a conclusão do trecho Bagé–Rio Grande, assim como a luz elétrica, inaugurada em 1899. Bagé foi a primeira cidade do Rio Grande do Sul (...) a ter energia elétrica, mostrando o progresso da cidade. No início do século, a cidade já contava com bens e serviços de higiene pública e rede telefônica. (...) As famosas charqueadas, muito presentes nesta parte do Estado na época, também tinham destaque. Elas movimentavam a economia local e estadual. A prova da importância das charqueadas para Bagé é que eram estas quem mais empregavam pessoas no começo do século." (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ, 2008)

A partir desse período, no entanto, o município passou a perder importância econômica e política. LEMIESZEK (2003, p. 277) faz o diagnóstico da crise:

“no final do século XIX, Bagé teve uma apreciável planta industrial para os padrões da época, que contribuía significativamente para a economia do município, especialmente no período das charqueadas. Com o passar do tempo, o que existia de indústria em Bagé vai perdendo terreno por falta de competitividade e aprimoramento tecnológico; acontece, porém, que a pecuária ainda era forte e sustentava economicamente o município. Porém, com a política de desenvolvimento industrial implantada no país a partir dos anos 30, e mais fortemente nas décadas de 50 e 60 que coincide com o declínio da pecuária, pois o que era exclusividade do pampa gaúcho, a produção de carne, estende-se para todo o país; especialmente em São Paulo e na região centro-oeste. Bagé começa a marcar passo, a produção primária não mais sustenta o município que se torna deficitário.”

A maioria dos trabalhos que retratam a história rio-grandense vincula a decadência de Bagé e da chamada Metade Sul do estado ao processo de desestruturação da economia pecuário-charqueadora, sustentáculo único desse sistema. (ROCHA, 2000, p. 2)

Vários elementos são apontados como causa dessa crise. Segundo Bandeira (apud ROCHA, 2000, p. 8), o fato de ter ficado ligado exclusivamente a apenas um setor da economia colaborou no processo de desestruturação industrial da Metade Sul: ela se manteve em crescimento considerável enquanto o mercado interno brasileiro precisou dos produtos da região, mas logo que este mercado se fechou, o consumo interno do Rio Grande do Sul mostrou-se incapaz de servir de apoio à consolidação e expansão dos estabelecimentos industriais na região.

Nesse sentido, a indústria do charque é transitória e tem limitada capacidade para, por si só, gerar uma economia diversificada, tendo chegado ao início do século XX sem capacidade de expansão, já em processo de esgotamento e de superação tecnológica, em vista da introdução dos frigoríficos. (ROCHA, 2000; ILHA, ALVES, SARAVIA, 2002)

A este cenário, os autores apontam que os mesmos fatores que propiciaram o surgimento da pecuária acabaram por colaborar para a estagnação da economia local, ou seja: a concentração da propriedade em imensos latifúndios e da renda em uma pequena elite, utilização de pouca mão-de-obra (inicialmente escrava), os centros urbanos dispersos e a reduzida densidade populacional, o que levou à inexistência de um mercado interno com capacidade de consumo. A isso somam-se: a inadequação dos solos para vários tipos de cultivo, o grande distanciamento dos centros consumidores, a insuficiência dos meios de transporte. (ILHA, ALVES e SARAVIA, 2002)

Há quem vincule a crise à orientação política positivista adotada no Rio Grande do Sul, a partir da proclamação da República, que tinha como um dos objetivos primordiais a diversificação da atividade econômica, o que implicava intensificar: a colonização, os meios de transporte e o escoamento da produção agrícola e industrial na metade norte, parcamente povoada no final do século XIX. (ROCHA, 2000)

Mas há interpretações que dizem que:

“esta perda de dinamismo regional evidenciada nos indicadores populacionais da Metade Sul pode ser explicada pelo conservadorismo dos proprietários de terras, que não diversificavam a produção, concentrada na pecuária extensiva e rizicultura. A preferência pelo ganho certo, e pela segurança são marcas do caráter pouco diversificado da economia e da agropecuária da região, e em grande parte este comportamento regional no confronto intercapitalista.” (ILHA, ALVES e SARAIVA, 2002, p. 7-8)

O fato é que o município de Bagé tem vivenciado uma crise econômica bastante intensa, o que se reflete nos indicadores sociais e demográficos atualmente apresentados. A população estimada pelo IBGE gira em torno de 130 mil habitantes (2008), espalhados por uma área de 4.649km². Nas últimas duas décadas, a emancipação de distritos (Hulha Negra, Candiota e, mais recentemente, Aceguá) reduziu significativamente o tamanho do município e uma parcela significativa das riquezas, como a Usina de Candiota e as reservas de carvão. O eleitorado é de cerca de 84 mil pessoas, conforme dados de 2008, o que faz de Bagé o 17º maior colégio eleitoral do estado.

A densidade demográfica é de 29,3 hab/km², a taxa de analfabetismo de 7,74%, a expectativa média de vida da ordem de 70,68 anos e o coeficiente de mortalidade infantil de 17,09 por mil nascidos vivos. A renda per capita é de sete mil reais (2006), tendo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,802 no ano 2000. No Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico (IDESE), desenvolvido pela FEE, o município ocupa a 64ª posição (2003), com 0,757, bastante próximo ao apresentado pelo Rio Grande do Sul, que é de 0,760. (FEE, 2006)

Do ponto de vista político, a tradição municipal é de predomínio das forças de oposição. Durante a República Velha, Bagé foi um dos centros da oposição ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e, realizada a Revolução de 1930, rapidamente posicionou-se contrariamente a Getúlio Vargas. Ao longo do período 1945-64, o município foi berço do PTB, que controlou a Prefeitura e a Câmara na maior parte das eleições. Estabelecido o regime militar, embora a oposição (MDB)

ainda obtivesse a preferência popular, a nomeação do Prefeito sedimentou o destaque político do partido de apoio à ditadura. Assim, na retomada da normalidade institucional, verificou-se o conflito entre PDS, herdeiro da Arena, e PDT, herdeiro do antigo PTB. Os dois partidos alternaram-se no comando da prefeitura, com vitória do PDS em 1988 e 1996 e do PDT em 1985 e 1992. No entanto, no período mais recente houve o advento de uma nova força política, o PT, que venceu o pleito de 2000 e reelegeu o prefeito em 2004, com mais de 65% dos votos válidos, além de formar a maior bancada na Câmara (cinco vereadores em 11), e voltou a vencer o pleito em 2008. Em contrapartida, PDS (então PP) e PDT não só perderam o comando do executivo como praticamente desapareceram da Câmara – o PDT fez uma cadeira e o PP não atingiu o cociente eleitoral em 2004.

Em traços gerais, este é o cenário político-partidário em que se processam as trocas de legenda, as quais serão analisadas com mais detalhamento no transcorrer deste trabalho.

Capítulo 1

1. Introdução

A partir de 1985, a mudança de partido passou a ocorrer no Brasil em uma escala que não encontra paralelo em nenhuma outra democracia, tornando-se, ao mesmo tempo, endêmica no sistema político e uma das marcas de nossa recente história político-institucional. (MELO, 2000, p. 210) Para NICOLAU (2004, p. 19), "*a migração partidária talvez seja o fenômeno mais singular da atual experiência democrática brasileira*".

Diversos autores se dedicaram a identificar a incidência do fenômeno, em estudos que envolvem recortes temporais distintos (MAINWARING, 1991, 2001; NOVAES, 1994; NICOLAU, 1996; SCHMITT, 1999; MELO, 2000, 2003a, 2003b, 2004; ARAÚJO, 2000; CARNEIRO, 2004; DESPOSATO, 2005, 2006; ROMA, 2007; CAMPAGNAC/FERRAZ, 2007; CREMONESE, 2007). Todos confirmam a proliferação dessa prática, sendo os dados mais abrangentes aqueles apresentados por MELO (2004), referentes a 1983-2001. Conforme o autor, dentre aqueles que assumiram uma cadeira na Câmara dos Deputados (titulares e suplentes), em média, 28,7% trocaram de partido, ou seja, 852 dentre 2.972 deputados, os quais realizaram 1.041 migrações (alguns mudam mais de uma vez).

A situação não se alterou no período mais recente: na legislatura 2003/07 ocorreram 345 trocas na Câmara dos Deputados, realizadas por 195 parlamentares (ROMA, 2007, p. 351). Para CAMPAGNAC/FERRAZ (2007, p. 6), esses índices apontam para um ligeiro aumento em relação aos períodos anteriores (30,9% contra

30% e 26,5%). E na atual legislatura, iniciada em fevereiro de 2007, já teriam ocorrido 50 trocas.¹ (CREMONESE, 2007)

O fenômeno não se manifesta apenas no país. NICOLAU (1996, p. 65) afirma que parlamentares trocam de partido durante o mandato em outras democracias, sejam elas tradicionais ou recém-criadas. Porém, MELO (2004, p. 23) evidencia que a migração é prática pouco comum nos países em que a democracia estabilizou-se, opinião corroborada por MARENCO DOS SANTOS (2006a, p. 183), que destaca o caráter residual desta prática em outras nações.

CARNEIRO (2004) dedicou-se a buscar informações sobre o fenômeno em escala internacional, e registra a inexistência de muitos trabalhos sistemáticos e amplos sobre o tema, bem como de dados suficientes para uma pesquisa comparativa. Para a autora, este é um indício de que o fenômeno não existe em grande escala ou, então, que a Ciência Política internacional ainda não despertou para o assunto. Todavia, ela encontrou algumas análises, o que permitiu ponderar que

“o Brasil não é um caso isolado de prática dessa ação, ao contrário, existem países com índice de troca bastante expressivo, como por exemplo, a Itália e o Panamá. (...) Além disso, as trocas seriam características das democracias recentes ou daquelas que passaram por um momento de instabilidade. Entretanto, mesmo em sistemas partidários com estabilidade de membros nos partidos políticos, as trocas podem ocorrer, ainda que em nível inferior.” (Idem, p. 5)

DESPOSATO (2006, p. 62-68) reconhece que, embora rara em muitos países, ela tem sido comum em outros, tais como: África do Sul, Japão, Bolívia, Equador, Nepal, Rússia, Filipinas, França e Itália. A diferença está no fato de que,

¹ - A situação chegou ao ponto em que, em 2007, mudança na interpretação da legislação alterou a orientação inaugurada em 1985. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no que foi seguido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), passou a entender que qualquer mandato eletivo pertence ao partido, por conseguinte a troca de legenda implica a perda do mandato, a não ser em situações determinadas (incorporação ou fusão de partido; criação de novo partido; mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; grave discriminação pessoal), a serem julgadas caso a caso, conforme determinação da Resolução 22.610/07 do TSE. A mudança não deixa de ser surpreendente, pois, como destacavam alguns analistas: *“a perda de mandato, principal pena imposta pela norma constitucional anterior aos que trocassem de partido, não está prevista na Constituição atual, que impõe a penalidade máxima como sanção para infrações mais graves, como procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar, condenação criminal em sentença transitada em julgado e outras, definidas no art. 55. Além de não determinar a perda de mandato por infidelidade partidária, a Constituição Federal proíbe totalmente essa punição, quando veda, no art. 15, a cassação dos direitos políticos, cuja perda ou suspensão só ocorrerá nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, incapacidade civil absoluta, condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII, improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.”* (MACIEL, 2004, p. 5)

nesses locais, a migração está associada a períodos determinados, como os de realinhamentos políticos e de redemocratização, o que não é o caso do Brasil, onde se tornou prática corrente.

À medida que a migração se disseminou, os pesquisadores passaram a atentar para ela, com a intenção de entender os elementos causadores do fenômeno e as conseqüências que produz no sistema político brasileiro. Dentro do possível, busca-se mapear, a seguir, como o tema tem sido trabalhado e respondido pelos pesquisadores.

2. Causas da migração

Dentre as razões para que a migração partidária tenha se tornado endêmica no país, destaca-se o fato de, a partir da Emenda Constitucional 25, de maio de 1985, ela estar permitida, sem que nenhum custo tenha sido imposto para os que a praticam.

No período político imediatamente anterior, de ditadura militar, a infidelidade partidária estava proibida, visto que, a partir de 1969, com a Emenda Constitucional 1, o parlamentar que deixasse a legenda perderia o mandato, hipótese extensiva ao fato de não seguir a orientação partidária em plenário. A única exceção era o caso de o parlamentar participar como fundador de um novo partido. No entanto, as demais restrições legais do período inviabilizavam a existência de uma terceira legenda. (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986)²

Se o regime autoritário estabelecia penas severas para a infidelidade, inibindo a estratégia da migração partidária (MARENCO DOS SANTOS, 2006a, p. 183), a Nova República implementou uma série de medidas voltadas à liberalização do sistema político. Assim, a fidelidade partidária foi abolida pela já citada Emenda

² - A perspectiva de criar partidos diferentes da Arena e do MDB tornou-se possível com o advento da Emenda Constitucional 11, de 1978, que trazia medidas que reduziam as exigências a serem cumpridas para a formação de novos partidos. No entanto, isso não se verificou na prática e as trocas vieram a acontecer, de fato, apenas por conta da reforma partidária de 1979. A exemplo do que ocorrera em 1965, quando as legendas então existentes foram extintas, tais trocas tinham caráter compulsório, pois a reforma determinava a extinção das duas siglas existentes. (ARAÚJO, 2000) Esgotado o período de formação das novas legendas, as trocas voltaram a estar proibidas, pois a Emenda Constitucional 1 continuava em vigor. Novas mudanças foram permitidas pela exceção aberta pela Lei 6.978, de maio de 1982, que autorizou os filiados de partidos em processo de fusão a optarem por nova legenda. Objetivamente, a medida pretendia reduzir o fortalecimento da oposição ocorrido com a fusão do Partido Popular ao PMDB, ao dar opção aos parlamentares de passarem para o partido do governo, o PDS. (NICOLAU, 1996, p. 63).

Constitucional 25, a qual passou a permitir a mudança de partido, além de conter outras medidas liberalizantes, tais como: restabelecer eleições diretas para Presidente e vice, assim como para Prefeito e vice nas capitais estaduais, nos municípios que eram área de segurança nacional ou estação hidromineral; legalizar os partidos comunistas; atribuir direito de voto aos analfabetos e ampliar o número de cadeiras na Câmara dos Deputados (479 para 487), ao garantir representação ao Distrito Federal. (LIMA JÚNIOR, 1993)

O mesmo espírito foi seguido pela Constituição de 1988, que estabeleceu o partido político como entidade de direito privado e desregulamentou de vez a fidelidade partidária. As regras relativas à filiação e à fidelidade partidárias passaram a ser de domínio interno dos estatutos de cada partido. A nova Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096, de 19 set. 1995) regulamentou a matéria em seu artigo 23: “a responsabilidade por violação dos deveres partidários deve ser apurada e punida pelo competente órgão, na conformidade do que disponha o estatuto de cada partido.” (SCHMITT, 1999, p. 136)

MELO (2004) e ARAÚJO (2000) argumentam que o fato de a legislação não estabelecer punição pode ser uma condição necessária para o advento das trocas, mas não é suficiente, pois havia a mesma liberdade durante o período 1945-64, sem que elas se mostrassem tão intensas.³ ROMA (2007, p, 381) lembra que na maioria dos países, tais como Estados Unidos e Espanha, a legislação é tolerante com a troca ou sequer traz alguma norma específica sobre o tema, e nem por isso se verificam índices sequer semelhantes aos do Brasil. Como argumentam LIMONGI, FIGUEIREDO e MARCONDES (2005, p. 5), não proibir está longe de ser o mesmo que estimular.⁴ NICOLAU (1996, p. 69-70) já havia antecipado essa questão ao dizer que “uma legislação que faculta a livre troca de partidos poderia ser simplesmente ignorada pela elite política”. Logo, se ela se utiliza da prerrogativa, o desafio é identificar as razões para tal.

³ - Estudos que se referem ao período destacam que os parlamentares não tinham o hábito de trocar de legenda, sendo o fenômeno conhecido, porém marginal. (NICOLAU, 1996, p. 64; MARENCO DOS SANTOS, 1997, p. 95; MELO, 2004, p. 31) MARENCO DOS SANTOS (2001, p. 72), após analisar o índice de deputados com filiação exclusiva (isto é, que sempre estiveram vinculados ao mesmo partido), destaca: “as três grandes forças partidárias deste ciclo político, o PSD, o PTB e a União Democrática Nacional (UDN), apresentam bancadas acentuadamente homogêneas”.

⁴ - Nessa perspectiva, os autores concordam que para coibir o fenômeno é necessário criar custos (punições) para os migrantes (LIMA JÚNIOR, 1993; MELO, 2004; MARENCO DOS SANTOS, 2006; ROMA, 2007). MARENCO DOS SANTOS (2006, p. 189), por exemplo, propõe que o prazo de filiação para que alguém possa concorrer a cargo eletivo seja de quatro anos.

Uma dessas possibilidades é o fato de a legislação brasileira trazer outros elementos que serviriam como aditivo para que a troca de partido passasse a ser praticada pela elite política brasileira. (MELO, 2004, p. 48-52)⁵ Muitos deles foram definidos pela Emenda Constitucional 25, tendo sido posteriormente consagrados na Constituição Federal de 1988 ou em outras legislações – a grande maioria inexistente no período democrático anterior. Dentre esses estímulos, está a facilidade para a formação de partidos políticos, que poderiam participar de eleições mesmo com registro provisório – entre 1985 e 2002 mais de 70 disputaram ao menos um pleito no país (NICOLAU, 1996). LAMOUNIER (1989, p. 115) destaca que a Emenda Constitucional 25

“(...) não estabeleceu nenhum critério razoável de representatividade no tocante à formação de novos partidos, e na verdade afrouxou até o limite de critério que até então vigoravam. Para se ter uma idéia do ponto a que se chegou, em 1986 um partido que provavelmente não teria 500 adeptos estáveis e cujo líder jamais fora eleito para nenhum cargo conseguiu valer-se dessa permissividade legal e ocupar uma rede nacional de rádio e televisão para divulgar o seu 'programa’”.

Outros elementos são: o retorno das coligações eleitorais, o que se mostrou um importante recurso para as pequenas legendas driblarem a cláusula de barreira composta pelo cociente eleitoral (SCHMITT e KRAUSE, 2005); e o acesso a recursos públicos, em especial o Fundo Partidário e o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).

O papel do HGPE como um fator de estímulo à troca de legendas mereceu um estudo específico, realizado por DINIZ (2000). A autora observa a existência de correlação entre os principais momentos de troca de legendas e os prazos estabelecidos pela legislação para contagem do tamanho das bancadas partidárias com representação no Congresso com vistas à definição do tempo de propaganda gratuita e para deferimento das candidaturas. Tais prazos criaram um mercado que torna interessante às legendas atraírem novos parlamentares para terem mais tempo na rádio e na televisão, bem como ao parlamentar buscar partidos que lhe garantisse maior exposição na mídia.

MELO (2004, p. 43-46) agrega que, apesar de não haver custo legal, e de existirem até alguns “incentivos”, as mudanças poderiam não ocorrer, se existisse

⁵ - Antes da decisão do TSE referida à nota 1, houve o estabelecimento de algum custo formal para a troca apenas em 1995, com a Lei 9.096, cujo art. 18 indica: “para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.”

uma clara identificação do eleitorado com os partidos, a ponto de as trocas implicarem riscos efetivos para quem as praticasse. Esse não era o caso do Brasil na época: o pouco tempo de instalação do sistema inaugurado em 1979 e a desvinculação a legendas anteriormente existentes faziam com que os laços que vinculavam parlamentares e eleitores com as siglas fossem frágeis, o que reduzia os custos informais da migração.

A idéia é confirmada por MARENCO DOS SANTOS (2006, p. 184-185) que evidencia:

“a presença de identidades partidárias duráveis, capazes de estruturar a distribuição de preferências eleitorais, pode representar custos mais elevados para a transgressão de lealdades partidária, uma vez que indica a disponibilidade de eleitores aptos a punir eventuais infidelidades. Em contraste, um padrão de comportamento marcado por elevados níveis de volatilidade sugere escassa eficácia de apelos e símbolos associados a cada legenda, indicando, igualmente, menores riscos para a violação dos vínculos de fidelidade organizacional.”⁶

Nesse ponto, MELO (2004) parece fazer eco a MAINWARING (2001), que considera que o Brasil possui um sistema partidário pouco institucionalizado. O autor aponta quatro fatores responsáveis pela situação: (1) não há estabilidade e regularidade nos padrões de competição; (2) há pouco enraizamento dos partidos na sociedade (entendida como identificação dos cidadãos e dos interesses organizados com os partidos; a existência de coerência nas posições ideológicas das entidades); (3) persiste pequena legitimidade conferida a eles pelos atores e (4) há restrita percepção social de que os partidos fazem diferença (institucionalmente bem organizados, não estão subordinados aos interesses de poucos líderes ambiciosos e autônomos em relação às lideranças).

Em um cenário como esse, trocar de partido torna-se uma alternativa razoável, ainda mais quando a legislação não estabelece perdas. MELO (2004), entretanto, acrescenta um terceiro elemento: o processo de desestabilização que atingiu o sistema partidário logo em sua primeira década de existência. Os anos 1980 foram de instabilidade política, motivada pelo fim do regime militar, a instalação de um regime civil como a Nova República, a realização de uma Constituinte e, finalmente, a retomada das eleições diretas para presidente, cuja primeira escolha

⁶ - Aparentemente, os dois autores são convergentes, todavia, a continuidade do texto vai mostrar as diferenças de entendimento entre eles: MELO (2004) considera que não há essa identificação no país, enquanto MARENCO DOS SANTOS (2006) encontra estados onde os partidos formam identidades políticas sólidas, capazes de inibir a troca de legenda.

foi Collor de Melo, um político "antipartido". No decorrer do processo, a matriz bipartidária (PDS e PMDB) em torno da qual girava o sistema inaugurado pela reforma de 1979 foi abalada, *“abrindo, dessa forma, a possibilidade de um novo ciclo de reacomodações no interior do sistema partidário brasileiro.”* (Idem, p. 35). Para ARAÚJO (2000, p. 37-38), em meio à crise, os parlamentares pareciam *“procurar em um mar de siglas aquela em qual apostar sua carreira política sem, no entanto, muita certeza do que acontecerá, devido à falta de informação gerada pela mudança institucional.”*

O outro fator é que a troca de legenda passou a ser considerada em um cálculo eleitoral ou de sobrevivência política, realizado com vistas a driblar as incertezas típicas do sistema político brasileiro. Para MELO (2004, p. 26), a ação do deputado com base em sua percepção do contexto político e institucional, é a variável explicativa mais relevante para o fenômeno estudado. Isso porque, mesmo em um contexto de vínculos partidários frágeis, no qual havia um grande número de alternativas partidárias e uma legislação altamente permissiva, a troca poderia simplesmente ser ignorada pelos congressistas, que continuariam nas mesmas legendas pelas quais haviam conquistado a cadeira no legislativo – desde que isso lhe parecesse benéfico do ponto de vista de sua sobrevivência política.

Se assim não fosse, a migração deveria ter se reduzido significativamente a partir dos anos 1990, quando o sistema político brasileiro ganhou maior estabilidade e a pior face da crise institucional havia passado. Como a migração permaneceu, o autor observa (Idem, p. 67-68): a partir de 1991, as trocas deixam de seguir determinadas conjunturas políticas e passam a refletir a lógica interna à disputa político-eleitoral.

De modo convergente, ARAÚJO (2000, p. 64) aponta que as motivações para as mudanças de legenda devem ser encontradas junto aos interesses dos parlamentares. Ele distingue dois tipos de trocas: as “coletivas”, realizadas nos anos 1980, no que ele chamou de período de “transição partidária” (Idem, p. 80) e que refletiam o processo de contínua desestruturação do sistema bipartidário anterior em direção à implantação efetiva do pluripartidarismo. O autor parece indicar que essas trocas coletivas não constituem a verdadeira manifestação daquilo que se convencionou chamar de “migração partidária”. Este papel seria cumprido pelas

“trocas individuais ou individualistas”, realizadas de modo oportunístico, visando apenas ao interesse daquele que a promove.⁷

MELO (2004, p. 63), ao inverso, evita utilizar juízos de valor em sua análise e tenta compreender a lógica seguida pelos políticos. Logo,

“uma vez aceito que o deputado toma as suas decisões de forma a levar em conta o imperativo da sobrevivência política e enfrenta um cenário de grande incerteza eleitoral, (...) é razoável esperar que ele examine a possibilidade de uma mudança de partido durante o mandato, tendo como base uma avaliação acerca do impacto de tal atitude sobre a continuidade de sua carreira política. A mudança de partido poderá, portanto, ocorrer sempre que o deputado a considerar benéfica ou, pelo menos, não prejudicial a sua carreira. O acréscimo do 'não prejudicial' se justifica na medida em que, na grande maioria das vezes, o congressista toma suas decisões em um cenário de racionalidade restrita – informações incompletas e insegurança quanto aos efeitos das opções feitas. Na realidade, o deputado não possui garantias de que uma nova opção partidária vá resultar em melhor desempenho junto ao eleitorado. Nessas condições, é preciso que ele, pelo menos, tenha alguma segurança de que a mudança de legenda não lhe acarretará perdas. Isso significa que a mudança de partido será inibida sempre que o congressista perceber que isto pode lhe acarretar prejuízo eleitoral.”

MAINWARING (1991, p. 40) já havia destacado essa perspectiva ao tomá-la como um indício da fragilidade institucional dos partidos brasileiros: *“os políticos percebem os partidos como veículos para se elegerem, mas geralmente não têm com eles vínculos profundos.”* Em texto posterior (2001, p. 189), complementa:

“muitos políticos de legendas catch-all consideram os partidos como meros veículos para sua candidatura e não como organizações às quais devem lealdade. Mesmo aqueles que têm forte engajamento programático não exibem necessariamente sólidos vínculos com seus partidos. Eles entram e saem dos partidos menos em função das posições ideológicas da organização do que das suas próprias ambições políticas e laços de lealdade com figuras poderosas em seu estado de origem”.

3. As motivações para migrar

Abre-se um novo foco de investigação, quando o elemento explicativo principal passa a ser a lógica interna ao fenômeno e a migração torna-se uma ação à disposição dos atores para atingir as suas metas, a ser efetivada ou não conforme a percepção de utilidade. O fator que a explicaria não seria a ausência de uma legislação punitiva ou a crise institucional dos anos 1980 – estes justificariam, no máximo, algumas trocas –, mas o ganho a ser obtido com a mudança. (DINIZ, 2000,

⁷ - Ao contrário de MELO (2004), que situa a prevalência da maximização de interesses a partir da legislatura iniciada em 1991, ARAÚJO (2000, p. 36-40) afirma ter sido em 1987 que a “nova configuração” das trocas de legenda se tornou um traço constitutivo do sistema político brasileiro.

p. 34) Logo, como forma de obter um conhecimento mais preciso sobre os fatores que desencadeariam a migração, os autores passaram a buscar a identificação das motivações a partir das quais os parlamentares, tendo a oportunidade, efetivamente, trocam de partido.

Até o momento, as variáveis utilizadas têm procurado associar as trocas a: período legislativo, número de mandatos do parlamentar e de filiações, posição na lista ao ser eleito, força estadual do partido, acesso a recursos de poder no Congresso, tamanho do partido pelo qual se elegeu. Da mesma forma, os estudos têm procurado verificar o viés governista ou oposicionista da troca. Como sintetiza MADEIRA (2006, p. 28), esses estudos mostram que

“a migração partidária na Câmara dos Deputados tem um perfil – parlamentares do ‘baixo clero’ e com pouco tempo de filiação ao seu partido – e um tempo – primeiro e terceiro ano de cada legislatura – característicos. Têm o seu fluxo (governista ou oposicionista) definido, por exemplo, pelo tipo de sustentação do governo da Câmara (coalizão ou cooptação), bem como pelo grau de popularidade do governo. Além destas características, tal fenômeno não ocorre de maneira aleatória entre os diferentes partidos e os diferentes estados da federação.”

Um primeiro esforço foi realizado por NICOLAU (1996, p. 70). Para ele, um parlamentar troca de legenda por causa de: conflitos de natureza ideológico-programática no partido de origem, conflitos de natureza pessoal ou para maximizar oportunidades eleitorais. Mas o autor reconhece que *“o problema dessa classificação é a impossibilidade de investigar a distância entre as motivações e os discursos sobre as motivações”*. DESPOSATO (2005) também relacionou três motivos, bastante semelhantes aos de NICOLAU: (1) busca por recursos nacionais ou estaduais, o que confere a elas um viés governista; (2) afastamento ideológico com o partido de origem e (3) busca de um partido em que seja mais fácil a continuidade da carreira, tendo em vista as regras eleitorais.

Proposta analítica com resultados mais positivos do ponto de vista empírico foi realizada por MELO (2004), que analisou o fenômeno de 1985 a 2001, e buscou identificar se as estratégias de migração corresponderiam a circunstâncias associadas ao ciclo eleitoral. O resultado indicou que a troca é mais provável no primeiro e no terceiro ano de cada legislatura. No primeiro, ela ocorreria como “ajuste” após o resultado eleitoral, realizado também como projeção para a eleição municipal que vai ocorrer no segundo ano da legislatura. As trocas no terceiro ano teriam em vista a futura eleição estadual e nacional, em destaque a renovação da

própria Câmara. Especialmente depois de 1994, ocorreriam menos mudanças no segundo e no quarto ano (períodos eleitorais), em função de a legislação exigir o prazo de filiação de um ano antes do pleito para que um candidato possa concorrer. O estudo de CARNEIRO (2004), que abarcou um recorte temporal menor (duas legislaturas completas, referentes a 1995-2003) reafirma esses achados.

MELO (2004, p. 69) também tenta associar a migração a outros indicadores, tendo verificado que *“o número de mandatos pouco interferiu ns possibilidade de que o congressista mudasse de partido.”* CARNEIRO (2004, p. 47) pondera que

“apesar de não se poder observar uma tendência clara, os deputados com apenas um mandato apresentam nas duas legislaturas analisadas um elevado percentual de trocas (32,6% na 50ª legislatura e 44,4% na 51ª legislatura), confirmando, não de forma exemplar (...),”

a hipótese de que os deputados mais antigos, isto é, com muitos mandatos, tendam a migrar menos em relação aos novatos.

A autora (Idem, p. 48) afirma que, conforme o número de filiações partidárias de um deputado cresce, aumenta também o percentual de migrações: na 50ª legislatura (1995-1999), do total de deputados com apenas uma filiação ao longo da carreira, 21% migrou; e na 51ª legislatura (1999-2003) esse número foi de 20,7%; já deputados com quatro ou mais filiações partidárias apresentaram índice de troca superior a 60%. Dessa forma, quanto mais fiel for o parlamentar ao seu partido, mais difícil será encontrá-lo entre os deputados migrantes.

Na seqüência, MELO (2004, p. 69) observa que *“aqueles eleitos no final da lista partidária em seu estado apresentaram taxas de abandono de legenda semelhantes aos mostrados pelos mais bem votados. Por fim, a força estadual do partido de origem do deputado também não mostrou relação significativa com a ocorrência da migração na Câmara.”* No entanto, foi possível associar menor acesso aos recursos do poder legislativo (Mesa, liderança partidária, presidência de comissão ou cargos no Executivo) com mais trocas.

Um novo caminho foi seguido por ARAÚJO (2000, p. 46), que estudou a migração partidária de 1979 a 1999: ele procura aproximar o tamanho do partido pelo qual o parlamentar foi eleito com a probabilidade da troca de legenda. Embora não explicita os critérios de classificação dos partidos, observa ser muito maior a probabilidade de um deputado trocar de sigla se ele tiver sido eleito por um pequeno partido, embora os eleitos por uma legenda grande troquem em proporções

consideráveis – e como estes controlam a grande maioria das cadeiras – são responsáveis pela maioria das trocas.

MARENCO DOS SANTOS (2003) testou a suposição de que a estrutura de oportunidades, configurada pelas regras eleitorais, incentivaria a estratégia de infidelidade partidária, ao analisar o ano de filiação do deputado médio de cada legenda, bem como o grau de “recrutamento endógeno” ou “filiação exclusiva” das bancadas eleitas em 2002. Se houvesse essa correlação, não deveriam ocorrer diferenças significativas entre conjunturas, geografias e fronteiras partidárias. No entanto, ele observa que este fenômeno apresenta variações significativas entre os partidos, especialmente na comparação entre aqueles que ocupam as posições mais extremas do espectro ideológico – e possuem índices menos intensos de migração – e os chamados “catch all”.

Também foi testada a associação do índice de filiação exclusiva com a taxa de volatilidade e com a magnitude (M) dos estados. (Idem, 2006, p. 183-185) Se anteriormente o pressuposto era de que não deveria ocorrer variação significativa, agora as variações deveriam ser observadas, como resultado das diferenças importantes que os distritos eleitorais estaduais apresentam nesses quesitos. Todavia, os resultados indicaram correlação moderada entre o crescimento da flutuação nas preferências eleitorais e menor taxa de filiação exclusiva em cada estado. Da mesma forma, não foi comprovada a suposição de que colégios com magnitude reduzida, ao restringir o contingente de competidores, deveriam ampliar o potencial de enquadramento partidário. Logo, o autor aponta que:

“as escalas de distância observadas entre os estados, com relação à fidelidade partidária de seus parlamentares, reforçam a constatação de ausência de um comportamento uniforme da classe política brasileira, na adoção de estratégias de trânsito inter-partidário. (...) A associação entre a frequência de filiações exclusivas e variáveis demográficas (urbanização, tamanho e crescimento do eleitorado) ou eleitorais (número de partidos, taxa de candidatos por vaga, volatilidade parlamentar) apresenta coeficientes pouco significativos.” (Ibidem, 2000, p. 197-198)

ARAÚJO (2000) e CARNEIRO (2004) confirmam que o fenômeno se manifesta com grande variedade entre os estados, inexistindo uma associação a fatores sócio-econômicos, geográficos ou às regras que regem o sistema eleitoral brasileiro.

Na mesma medida, ao analisar indicadores do efeito do sistema eleitoral (magnitude, volatilidade) sobre os distritos estaduais, MELO (2004) afirma que

parece não ser possível encontrar uma explicação abrangente para a diferença encontrada nas taxas de migração entre os estados, tanto na análise do período como um todo quanto por legislatura. Para ele, uma constatação dessas implica renunciar às macro-explicações e partir para uma análise das conjunturas, pois *“simplesmente, deve-se perceber que os deputados, em cada estado, reagem à dinâmica de competição política distinta”* (Idem, p. 147), ou seja,

“a opção de mudar ou não de partido passou a depender, para citar uma célebre frase de Lênin, da ‘análise concreta da situação concreta’, o que incluía tanto a atenção ao jogo nacional (posição perante o governo e melhor posicionamento no interior da Câmara) quanto ao cenário estadual (posição frente ao governo estadual e perfil da lista partidária, em especial)”. (Ibidem, p. 146)

MADEIRA (2006, p. 174) lembra que as abordagens levam em consideração tão-somente as esferas nacional ou estadual, em especial o peso da coalizão governista como fator de atração, razão pela qual acrescenta outro elemento:

“a manutenção das bases eleitorais dos deputados também é uma variável relevante e é levada em consideração pelos deputados. Estes achados permitem levantar a hipótese que a influência do âmbito local na migração é identificada no ‘poder de veto’ exercido por deputados federais rivais na esfera eleitoral. Exemplificando: se um deputado x lança a estratégia de migrar para a base governista na Câmara dos Deputados, o número de opções que ele possui é igual (em princípio) ao número de legendas representadas nos ministérios. No entanto, se um destes partidos possui um deputado federal (rival político) com base eleitoral nesta mesma região, a probabilidade que o deputado x escolha esta legenda diminui consideravelmente. O contexto local pode não definir para qual legenda o deputado irá se filiar, mas pode atuar no sentido de eliminar algumas possibilidades, restringindo a margem de escolha do deputado x.”

Os apontamentos de outros analistas são semelhantes. MARENCO DOS SANTOS (2003, p. 33) afirma que:

“embora se deva considerar que o tempo e a rotina eleitoral contribuam para uma nacionalização do sistema partidário brasileiro (...) não se deve negligenciar a presença de tradições e de uma topografia política e eleitoral peculiares a cada unidade da federação, o que implica na geração de custos e incentivos singulares para estratégias de lealdade ou migração.”

Na mesma medida, ARAÚJO (2000, p. 73) pondera que:

“para entender a variação identificada e sua evolução temporal seria preciso retomar a história política de cada estado acompanhando a acomodação das elites políticas locais ao ambiente democrático. Em outras palavras, é possível reconstituir a evolução histórica do sistema partidário em cada estado e a forma peculiar como suas elites vieram a se acomodar para entender a diversidade do quadro apresentado acima.”

Em resumo: depois de analisarem a Câmara dos Deputados e de utilizarem variáveis estruturais ou institucionais, os pesquisadores indicam que a migração partidária pode assumir características diferentes em cada região, em razão de peculiaridades locais, logo que não existe um determinado fator ou uma teoria específica capaz de explicar as diferentes realidades. Portanto, é preciso estudar realidades específicas para entender como a migração efetivamente se apresenta.

Tal conclusão é muito significativa para esta pesquisa, que se propõe a analisar o fenômeno em apenas um município.

4. As conseqüências para o sistema partidário

Novo campo de análise diz respeito às conseqüências geradas pela migração para o sistema político como um todo e o partidário em particular.

O primeiro enfoque diz respeito à eficácia da migração como estratégia individual de maximização de oportunidades, ou seja, busca relacionar a migração com o fenômeno da reeleição. SCHMITT (1999) estudou o pleito de 1994, tendo constatado a

“probabilidade de um parlamentar disputar um novo mandato aumenta se ele tiver abandonado o partido pelo qual se elegeu, sobretudo se tiver efetuado mais de uma troca, independentemente da sua permanência no bloco ideológico a que pertence o seu partido de origem.” (Idem, p. 145)

Contudo, é bem maior o percentual de deputados reeleitos (65,8% contra 54,7%) entre os que não migraram de partido durante o mandato. Constata-se, então, que a chance de um deputado reeleger-se diminui se ele tiver se transferido para outro partido, não importando o número de trocas efetuadas nem o(s) partido(s) de destino. (Ibidem, p. 143-145)

MELO (2004) debruçou-se sobre o mesmo tema, tendo testado a associação em um período mais amplo, correspondente a 1983-2003 e a cinco eleições. O resultado é semelhante:

“os deputados que mudam de partido apresentam um desempenho eleitoral inferior aos demais em todas as legislaturas. Considerando todo o período, 53% dos deputados que mudam de partido e buscam nova eleição têm sucesso, contra 68,5% dos que permanecem em seu partido de origem”. (MELO, 2004, p. 128)

Um estudo relativo à Câmara de Vereadores de Pelotas, nas eleições de 1988 a 2004, verificou o mesmo cenário descrito na Câmara dos Deputados. (LIMA, 2007)

Essa tendência não se manifesta de modo idêntico conforme os campos ideológicos: “os *deputados eleitos pelos partidos de direita são os menos ‘punidos’ do ponto de vista eleitoral, por terem mudado de legenda. Para os deputados eleitos pelos partidos de esquerda, o custo da deserção parece ser maior*” (Idem, 132), o que não ocorre entre os não-migrantes, onde a taxa de reeleição é praticamente a mesma, independentemente da ideologia do partido de origem.

Contudo, o autor (Ibidem, p. 127) “atenua” o valor dessa associação, pois

“(...) não tem sentido tratá-la como fator determinante para o sucesso eleitoral no legislativo brasileiro. O deputado, provavelmente, tem consciência disso: em um contexto em que a escolha eleitoral é personalizada, o que importa não é o novo partido em si, mas as condições que este lhe oferece para a disputa – o que envolve considerações que vão do quadro da competição de cada um dos estados até o potencial de recursos eleitoralmente utilizáveis que a legenda pode proporcionar. (...) dadas as condições em que realiza a competição eleitoral no país, não existe nenhuma garantia de que a nova opção partidária melhore o desempenho do parlamentar nas urnas. Se tudo isso é verdade, pelo menos uma certeza o congressista que troca de legenda precisa ter: a de que a mudança não lhe acarretará prejuízo eleitoral direto”.

Outros pesquisadores apontam as conseqüências que tais perspectivas individualistas causam ao conjunto do sistema político, caso de MARENCO DOS SANTOS (2006, p. 180). Ele argumenta que a migração no curso das legislaturas representa uma violação na correspondência entre votos e cadeiras, tal como firmada originalmente pelo voto do eleitorado. Para o autor, isso viola uma regra básica da representação política, a de que a distribuição de preferências dos eleitores constitua a condição e a medida para definir as oportunidades de acesso a postos públicos:

“para entendermos isso, devemos lembrar que apenas um pequeno número de candidatos às cadeiras legislativas obtém sufrágios nominais em número igual ou superior ao quociente eleitoral (a relação entre o número de votos válidos e as vagas em disputa), assegurando sua eleição com os seus próprios votos. A grande maioria dos eleitos, embora tendo obtido votos nominais em proporção inferior ao quociente, conquista sua vaga beneficiando-se dos votos partidários: os votos excedentes dos deputados que alcançaram o quociente eleitoral, os votos dos candidatos partidários que não são eleitos e os votos conferidos à legenda partidária (Santos, 2003). Assim, mesmo que afirme que sua eleição deveu-se à sua reputação individual e ao voto pessoal de seus eleitores, esses votos foram insuficientes para assegurar a eleição da maioria dos deputados eleitos.” (2006a, p. 184)

O autor está reafirmando o que havia sido apontado por LIMA JÚNIOR (1993a, p. 111): *“no final da década de 80 assistimos à criação de um elevado número de legendas mediante diversos processos: cisão, criação de legendas no Congresso sem passar pelo crivo eleitoral inicial e migração de parlamentares por razões de pura conveniência pessoal.”*

O estudo de NICOLAU (1996, p. 73) confirmou esta hipótese ao verificar que, entre 1985 e 1994, em comparação aos resultados eleitorais, a migração ampliou tanto o número efetivo de partidos quanto a fragmentação na Câmara dos Deputados. MELO (2004, p. 135-136) realizou o mesmo teste no período 1995-2003, tendo identificado igual tendência. Ele demonstra que, para a bancada eleita em 1998, seriam 94 as cadeiras "fora do lugar", ou seja, cuja bancada partidária não correspondia ao resultado das urnas ou a qualquer interferência posterior dos eleitores. Este índice é bem maior do que aquele produzido por outras das distorções do sistema eleitoral brasileiro, caso das coligações e da cláusula de barreira coincidente com o cociente eleitoral (que deslocaram 38 e 43 cadeiras, respectivamente). (Idem, p. 154)

A partir desse fato, MARENCO DOS SANTOS (2006, p. 180) evidencia que a migração amplia o custo de informação a ser adquirida pelo eleitor na atribuição do voto legislativo, pois, mesmo escolhendo seu voto a partir de atributos individuais de seu candidato, com o tempo o eleitor pode vir a relacionar candidatos e partido, e incorporar a legenda como um parâmetro relevante no processo de escolha. Trocas freqüentes tornam esse processo mais complexo para o eleitor. Mais uma vez, MELO (2004, p. 160) concorda com o autor, pois a

“constatação de que as bancadas encontradas ao final das legislaturas apresentaram pouca semelhança com aquelas que iniciaram os trabalhos reforça o argumento de que a representatividade dos partidos brasileiros da CD é questionável. Mais ainda, o ‘entra e sai’ de deputados torna o sistema político brasileiro ainda menos inteligível para o eleitor comum.”

Finalmente, MARENCO DOS SANTOS (2006, p. 180) observa que a migração torna mais difícil ao parlamento ocupar uma posição institucional autônoma frente ao Executivo, visto que ela traz problemas de coordenação,

“isso diz respeito aos recursos de informação disponíveis a cada membro de uma bancada parlamentar, em especial acerca do comportamento dos demais pares. Em um contexto de informação incompleta, incerteza e risco de ação não-cooperativa, a possibilidade de movimentos concertados parece depender quase exclusivamente de incentivos seletivos ou mecanismos de sanção, controlados, via de regra, pelo Poder Executivo.”

Por outro lado, alguns autores têm criticado o fato de a migração estar sendo observada quase que exclusivamente pela ótica individualista, ou seja, do parlamentar que quer trocar de partido e encontra as “condições ambientais” para isso. Os partidos estariam sendo tratados como meras legendas que os parlamentares poderiam escolher como bem quisessem, sem vontade própria ou sem serem elementos atuantes e interessados neste mercado. Em certa medida, haveria a reafirmação da idéia da fragilidade institucional dos partidos brasileiros. Como destaca DESPOSATO (2005, p. 19), não é isso o que acontece: ironicamente, a migração indica que a filiação partidária é importante para os parlamentares, pois se assim não fosse eles não migrariam.

Logo, estariam faltando análises que enfatizassem mais fortemente o papel desempenhado pelos partidos como atores que também maximizam oportunidades e montam estratégias para se qualificar no mercado político. Como argumenta CARNEIRO (2004, p. 15) “as trocas de partido podem ser um arranjo mutuamente vantajoso para os partidos e para os deputados”, o que é seguido por ROMA (2007, p. 352), para quem,

“a deslealdade é resultado de um jogo de interesses entre atores coletivos e individuais. As organizações partidárias incentivam o ingresso de políticos em seus quadros com o intuito de aumentar o tamanho de suas bancadas e, com isso, obter maior poder de barganha no Congresso Nacional, mais recursos do Fundo Partidário e mais tempo de exposição no horário de propaganda política”.

LIMONGI, FIGUEIREDO e MARCONDES (2005, p. 7) afirmam que

“nesta versão [a de MELO, 2004], os líderes dos partidos não agem, como também não agem os demais parlamentares. Ora, para que tal versão fosse verdadeira, a entrada em um partido qualquer deveria ser livre, bastando ao parlamentar interessado assinar a ficha de inscrição para automaticamente obter a filiação almejada. Do ponto de vista legal, no entanto, não é assim que as coisas se passam. Partidos controlam a entrada de novos membros, sobretudo e especialmente, de detentores de mandatos eletivos. Isto tudo para dizer o óbvio: deputados não ingressam em partidos se não forem bem vindos. Mas isto coloca em dúvida o verdadeiro motor da troca: são os deputados que decidem trocar de partidos escapando ao controle da liderança do partido a que está filiado ou são aliciados pelas lideranças dos partidos em que ingressam? A primeira versão aponta para a autonomia do deputado, a segunda para sua subordinação à liderança.”

Na realidade, há acenos no trabalho de MELO (2004) que indicam que o autor não desconhece o papel dos partidos, apenas não os toma como a principal “variável explicativa”. Um desses momentos é aquele em que afirma que os partidos da base são estimulados a “assaltarem” as demais bancadas, como forma de

ficarem mais fortes na coalizão e, desse modo, aumentar o seu cacife nas negociações internas (Idem, p. 140). A idéia se coaduna com a de que os parlamentares, maximizadores de oportunidades, são estimulados a trocar de partido dentro da base de apoio, o que na grande maioria dos casos não implica mudar o comportamento em plenário.

O enfoque de MARENCO DOS SANTOS (2006, p. 181) é relativo às identidades políticas configuradas pelos partidos, o que facilita ou impede determinadas trocas. Ele afirma que

“explicações para a migração partidária direcionadas para os incentivos disponíveis, como procedimentos legislativos, oportunidades de acesso a recursos governamentais e o voto personalizado produzido pelo procedimento de lista aberta, embora relevantes, parecem reforçar um diagnóstico da inconsistência partidária brasileira, uma vez que não identificam dispositivos e comportamentos existentes que representem custo potencial para a infidelidade – e, portanto, elementos para explicar a lealdade como estratégia de carreira política – subestimando, entre outros componentes, o voto do eleitor como mecanismo inibidor a estratégias maximizadoras de políticos e candidatos.”

Desse modo, em um cenário como o que foi descrito anteriormente, com legislação permissiva e plena possibilidade de troca de partido com vistas à maximização de oportunidades, torna-se um desafio saber por que determinados políticos não migram. A mudança de perspectiva é relevante, ainda mais ao se saber que a média de migrantes fica na ordem de 30% a cada legislatura, ou seja, apesar de disseminada, a troca de legendas não é uma regra para a elite política e a “filiação exclusiva” permeia muitas carreiras.

MELO (2004, p. 116) chega a especular que a lealdade pode ser a melhor estratégia, mas não desenvolve as razões porque ela se configura desse modo. Para MARENCO DOS SANTOS (2001, p. 239-249), o princípio investigativo é que

“um rastreamento dos vínculos partidários firmados pelos parlamentares ao longo de suas carreiras permite estimar a durabilidade e consistência dos laços de lealdade intrapartidários, bem como a homogeneidade de cada bancada. Em circunstâncias nas quais as organizações partidárias são os principais fornecedores dos insumos necessários para a arregimentação eleitoral (eleitores fiéis, bandeiras políticas, pessoal de apoio, finanças), ou quando estes não podem ser obtidos junto a outras fontes, aspirantes à carreira parlamentar terão incentivos para permanecer fiéis às suas estruturas, sendo premiados por sua lealdade com a investidura eleitoral. O quanto as oportunidades de carreira são efetivamente controladas por organizações partidárias condiciona as estratégias de indivíduos que aspiram à profissionalização política.”

Enfim, como já foi citado anteriormente, o autor (2003, p. 32-33) pondera que

“a presença de identidades partidárias duráveis, capazes de estruturar a distribuição de preferências eleitorais pode representar custos mais elevados para a transgressão de lealdades partidárias, uma vez que indica a disponibilidade de eleitores aptos a punir eventuais infidelidades.”

A perspectiva de que a maior estruturação do sistema partidário seja um inibidor da migração não é aceita por MELO (2004, p. 140-147). Ele entende que a mudança de partido, em larga escala e de forma continuada, apresenta um razoável potencial de desorganização do sistema partidário ou, pelo menos, funciona como um obstáculo a sua estabilização. Logo, nos estados onde a migração foi mais intensa, o sistema partidário se revelou menos eficaz no sentido de organizar continuamente a competição eleitoral ou, dito de outro modo, de conferir mais regularidade e previsibilidade a seus resultados.

Na mesma medida, ele volta a argumentar que não havia como o nascente sistema partidário dos anos 1980 consolidar identidades junto ao eleitorado, com as exceções do estado do Rio Grande do Sul e, talvez, de Santa Catarina. Por isso, as diferenças entre os índices de migração entre os estados não se deve à força dos partidos como identidades duráveis, cuja traição implica em punição pelo eleitorado, e sim a fatores mais aleatórios, vinculados às disputas regionais, como os *“caminhos traçados pelas lideranças dotadas de amplos recursos políticos”*. (Idem, p. 146) O autor reafirma a sua interpretação: dentre tais caminhos, a troca de legenda fragmenta o sistema partidário, aumenta a volatilidade eleitoral e dificulta a consolidação do sistema partidário estadual. Por fim, o que MELO evidencia é o aspecto anteriormente destacado: a compreensão efetiva do fenômeno exige o estudo pormenorizado dos aspectos conjunturais, regionais ou locais.

5. O que as migrações revelam sobre os partidos nacionais

Um outro campo de pesquisa está menos centrado nos parlamentares que migram, e busca verificar como este fenômeno tem se manifestado pela ótica dos partidos políticos. Esta foi a questão que preocupou os autores que mais precocemente referiram-se à migração partidária, caso de LAMOUNIER e MENEGUELLO (1986), MAINWARING (1991, 2001), LIMA JÚNIOR (1993) e NOVAES (1994).

Para eles, a troca de partido se vinculava a outras características que, somadas, redundavam em um juízo bastante negativo a respeito dos partidos, tidos como frágeis e não institucionalizados, ideologicamente frouxos, tomados por políticos individualistas. LAMOUNIER e MENEGUELLO (1986, p. 9-10) sintetizam a tendência: “*em perspectiva comparada, o Brasil é um caso notório de subdesenvolvimento partidário*”, pois

“a chamada questão partidária não diz respeito apenas à indisciplina individual dos membros dos partidos, nem mesmo às mazelas faccionais que afligem este ou aquele partido. Ela se refere também à descontinuidade entre os próprios sistemas partidários que se sucederam ao longo de nossa história.”

A mesma convicção foi reafirmada por vários pesquisadores, sendo que AMES (2003, p. 334) vai ainda mais longe e decreta que os partidos brasileiros: “*no plano nacional, raramente se pode adequadamente chamá-los de partidos políticos.*”

No caso da migração partidária – como já foi visto –, a raiz estaria em uma legislação eleitoral permissiva, estabelecida a partir de 1985, a qual tornou possível o troca-troca, sem que o parlamentar corresse qualquer risco de perda do mandato. NOVAES (1994, p. 100) responsabiliza a legislação eleitoral, pois ela “*solapa toda possibilidade de realização do espírito agregador que subjaz à idéia de partido*” e, ao estimular a proliferação de legendas oriundas de ambições pessoais não domesticadas, engendra uma permissiva liberdade de ação que repercute dentro da Câmara num sentido pernicioso para a consolidação democrática, pois favorece uma prática atomizada de diligência e proposição legislativa, e uma altíssima concentração decisória.

RODRIGUES (2002, p. 31-32) procurou sintetizar os indicadores negativos da situação partidária brasileira, presentes nesta corrente interpretativa: (1) excessivo número de partidos (alta fragmentação partidária), muitas vezes sem que tenham passado pelo teste das urnas; (2) fragilidade dos partidos, expressa pela descontinuidade em sua existência, meras legendas criadas para atender a projetos pessoais, “partidos” que pouco tempo depois desapareceriam ou perderiam qualquer influência na política brasileira; (3) sucessivas mudanças de partidos por parte dos políticos, aspecto que se vincula à falta de coesão, disciplina e fidelidade; (4) falta de consciência ideológico-programática, fato que possibilitaria coligações eleitorais as mais esdrúxulas; (5) a prática de patronagem, clientelismo e patrimonialismo; (6) individualismo dos políticos, característica que levaria à competição intrapartidária, à

predominância de estratégias pessoais sobre as coletivas; (7) indisciplina partidária em plenário, o que dificultaria a coordenação partidária da ação parlamentar.

O quadro encontrado pelos pesquisadores que analisaram especificamente a migração partidária contrasta fortemente com este. MELO (2004), por exemplo, relacionou as trocas com o perfil ideológico das legendas de origem e de destino na Câmara dos Deputados. Para isso, seguiu a classificação fornecida por FIGUEIREDO e LIMONGI (1995), a qual é bastante próxima daquela apresentada por KINZO (1993) e NOVAES (1994).

Ele observou que, para o conjunto do período analisado (1985-2003), deputados eleitos por partidos de direita migram muito mais do que os de esquerda (38,9% a 16,9%). As conclusões de ARAÚJO (2000, p. 47) e MARENCO DOS SANTOS (2000, 2001), referentes ao período 1983-1998, são de igual teor, assim como as de CARNEIRO (2004), cuja análise abarca 1995-2004, e a de ROMA (2007), relativa aos anos 1991-1996.

Para os autores, evidencia-se que deputados eleitos pelos partidos de direita possuem maior autonomia em face da sua organização de origem e, portanto, tendem a migrar sempre que isto lhes proporcionar um melhor posicionamento político. No entanto, os cinco pesquisadores verificaram que isto não significa que a direita parlamentar brasileira seja disforme: se os deputados migram intensamente, na grande maioria dos casos o partido ao qual se filiam pertence ao mesmo campo ideológico.

Situação semelhante eles não verificaram no que tange aos parlamentares ligados a partidos de centro, que trocam em direção aos dois campos ideológicos contíguos, embora o façam mais à direita. Por fim, a mesma coerência não se apresenta no campo da esquerda: conforme o levantamento de MELO (2004, p. 102-103), o percentual de deputados de esquerda que cruzam o espectro ideológico (e passam para a direita) é de 35,8% contra apenas 3,5% de parlamentares que fazem o caminho inverso. Por isso, afirma que o grau de coerência das migrações parece diminuir à medida que se caminha da direita para a esquerda.

Apesar dessa diferença de comportamento entre os parlamentares, conforme o campo em que se situam, ROMA (2007, p. 372) destaca que

"a movimentação de parlamentares entre os partidos revela-se altamente coerente do ponto de vista ideológico. Eles trocam de partido, mas, na prática, continuam expressando os mesmos ideais e votando de igual maneira. Embora a proporção de desertores se revele alta em termo

absoluto e seja motivada por seus interesses individuais, o número daqueles que ultrapassam a fronteira da ideologia é bem reduzido, na medida em que implica abandonar a defesa das preferências dos seus eleitores, enfrentando as conseqüências nas urnas; apresentar-se ao público com outro discurso, manifestando incoerência; e conviver com parlamentares com os quais rivalizavam nas votações, enfrentando a desconfiança deles. Para contornar esses obstáculos, os emigrantes escolhem uma alternativa de filiação partidária apropriada ao seu matiz político."

Assim, se do ponto de vista do efeito do sistema eleitoral os autores não conseguiram uma explicação unívoca para a migração partidária, constatando diferenças significativas entre os estados, a variável "ideologia" mostrou-se bem mais eficaz para ajudar na compreensão do fenômeno. Ela indica que os partidos não são tão vazios de significado quanto faziam crer os autores citados anteriormente.

O estudo de KINZO (2007) propõe uma explicação para essa "coerência" das trocas. Ela classificou ideologicamente os partidos, em uma escala de zero a 10, conforme a resposta de 770 deputados estaduais da legislatura 1999-2003 a um questionário relativo a aspectos "programáticos". O resultado mostrou que, apesar de existirem diferenças ideológicas, elas não se apresentam de modo tão intenso: os partidos brasileiros estão situados entre os pontos 4 e 9, ou seja, separados por cinco pontos, a metade da escala.⁸ As posições mais extremadas estariam ocupadas por PT e PFL (mais PP), porém um contingente significativo de partidos ficou alocado no mesmo ponto, indicando não haver diferenças efetivas entre eles (PTB, PSDB, PL, PMDB). Assim, a autora conclui que *"se muitos partidos são parecidos ideologicamente, não há razão que impeça que políticos migrem de um partido para outro, pois estarão no mesmo espaço ideológico, como de fato é o padrão mais freqüente das trocas de partido."* (Idem, p. 158)

Ao realizar a análise por legenda, MELO (2004, p. 104-107) identifica que o campo da esquerda pode ser dividido em dois blocos: um formado pelo PT e os PCs, no qual há menos trocas e maior coerência ideológica nessas mudanças; outro, composto pelo PSB e pelo PDT, onde ocorrem mais trocas e há maior probabilidade de que elas rompam o critério ideológico. Dos 81 deputados de esquerda que trocaram de legenda entre 1985 e 2001, 86,4% haviam sido eleitos

⁸ - Na realidade esta distância pode ser até menor, pois o PT amplia a escala (é o único posicionado no ponto 9), as demais forças de esquerda (PDT, PSB e outras pequenas legendas) estão no ponto 7.

pelo PSB e pelo PDT, sendo os trabalhistas responsáveis por 89,7% das trocas para legendas de direita.

O autor argumenta (Idem, p. 63, 99) que a pouca frequência com que deputados do PT e do PCdoB migram para outras legendas pode ser explicada para além dos vínculos sabidamente existentes entre deputado e partido, mas também por um cálculo racional: os deputados podem se beneficiar de estratégias eleitorais coletivas desenvolvidas pelas legendas, o que lhes dá a chance de conquistar uma cadeira com votação menor do que a necessária em outra. Na mesma medida, ele corre o risco, ao migrar, de ver cortados os seus laços com os militantes oriundos dos movimentos sociais próximos a seu partido, perdendo, desta forma, outro importante recurso eleitoral.

Novamente, ARAÚJO (2000, p. 55) chega a resultados semelhantes:

“embora considerado aqui como um partido de esquerda (de acordo com a literatura especializada) por seu programa, sua linha de atuação na oposição, etc., o PDT tem, desde sua fundação, adotado estratégias de crescimento que consistem em alianças pragmáticas com lideranças locais (de esquerda ou não). Este tipo de estratégia faz com que o PDT, no que diz respeito ao comportamento de seus deputados com relação às migrações partidárias dentro da Câmara Federal, ter um perfil mais parecido com um partido de centro do que com o outro grande partido de esquerda no Congresso, o PT.”

No campo da direita, MELO (2004, p. 108-109) também observa duas situações distintas: o PFL apresenta índice de deserção bem menor do que o das outras legendas (23% a 48%). Logo, a direita apresenta fronteiras partidárias internas difusas: à exceção do PFL, nenhum outro partido firmou-se como referência para a massa de deputados que se posiciona à direita no espectro ideológico brasileiro.

CARNEIRO (2004, p. 40-43) propõe o desenvolvimento de um índice, chamado de Permanência por Partido (IPP), que representa a permanência média dos deputados em um partido em nível nacional, calculado a partir da soma dos dias do mandato que cada deputado passou na legenda, dividida pelo número de deputados diferentes que passaram pelo partido. Ao realizar o cálculo para as legislaturas de 1995/99 e 1999/2003, ela chega aos mesmos resultados atingidos pelo MELO (2004) e ARAÚJO (2000): PT e PCdoB possuem o mais alto IPP (acima de 95%), sendo que PDT e PTB apresentam os piores índices dentre as maiores legendas do período (próximo a 70%).

6. Fechamento

Como ficou evidente pela revisão da bibliografia apresentada acima, as pesquisas sobre migração partidária estão centradas na Câmara dos Deputados, de tal forma que o conhecimento hoje disponível diz respeito a, fundamentalmente, este domínio. Os estudos não abrangem o Congresso Nacional como um todo – o Senado Federal é praticamente ignorado. MELO (2004, p. 26), por exemplo, afirma que a

“opção pelos deputados, deixando de lado os senadores, deve-se ao fato de que abordar o Congresso em seu conjunto levaria a que se tratassem duas instituições tão distintas, como a Câmara e o Senado, como um mesmo universo analítico. Por outro lado, analisar a Câmara e o Senado diferentemente tornaria o trabalho por demais extenso”.

A mesma ausência é sentida no que tange a estados e municípios. Foram encontrados estudos referentes ao Paraná (LEPRÉ, 2000) e Pará (COSTA, 1999). Para o caso dos municípios, há dois estudos de LIMA (2005, 2007) sobre Pelotas (RS), um formulado como trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, outro como artigo final do curso de Especialização em Política. No primeiro, a autora faz um mapeamento e análise das migrações ocorridas na Câmara de Vereadores de Pelotas, entre 1983 e 2004, em uma proposta bastante semelhante a que será desenvolvida nesta dissertação.

Os dados encontrados corroboram os de MELO (2004): aproximadamente um terço dos vereadores migrou, havendo maior incidência no primeiro e no terceiro ano das legislaturas. Ao analisar as motivações para as trocas, a autora se baseou na proposta de NICOLAU (1996), tendo verificado que a maior parte muda de filiação para maximizar oportunidades, sendo menos comuns aquelas relativas a conflitos com o partido ou o Prefeito. No segundo estudo, LIMA (2007) relacionou migração com a tentativa de reeleição, tendo observado em Pelotas o mesmo quadro identificado por SCHMITT (1999) e MELO (2004): quem troca, reelege-se menos que os que não migraram.

Posteriormente, BARRETO (2008, 2008a) realizou dois estudos, nos quais relaciona o impacto das trocas para o sistema partidário. O autor consegue identificar que o sentido das trocas obedece à capacidade da legenda para viabilizar a eleição, de modo que alguns são “procurados” nesse período, ao mesmo tempo em que são “abandonados” logo depois. Na mesma medida, outras legendas atraem políticos no início das legislaturas, sendo preteridas quando da época eleitoral. De

qualquer forma, o fluxo migratório modifica sensivelmente o tamanho e a influência dos partidos na Câmara de Vereadores, além de garantir representação a outros, sem que o eleitor possa influenciar nesse processo, assim como havia sido apontado por LIMA JÚNIOR (1993).

Não se pode excluir a perspectiva da existência de outras produções, não localizadas pela pesquisa. De qualquer forma, o cenário aponta para a carência de estudos que permitam o desenvolvimento de uma visão de conjunto sobre como o fenômeno se apresenta nas realidades estaduais e municipais, notadamente nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores. Nesse caso, fica no mínimo uma grande questão: as análises relativas à Câmara dos Deputados se reproduzem da mesma maneira nessas instâncias ou, de alguma forma, ainda não suficientemente estudada, há modificações, sutilezas e peculiaridades?

Viu-se anteriormente que muitos autores chegam à conclusão que a efetiva compreensão do fenômeno da migração implica estudos de caso ou o olhar sobre as realidades locais e regionais, visto que macro-explicações se mostraram insuficientes para abranger a diversidade de elementos que influenciam esse processo. No entanto, como esses estudos ainda não foram realizados, as dúvidas permanecem.

A dissertação em questão pretende reduzir essa incerteza, ao estudar o caso específico do município de Bagé (RS), como será visto na seqüência.

Capítulo 2

O primeiro desafio metodológico deste trabalho refere-se à definição dos conceitos com os quais pretende desenvolver a investigação. Como eles subsidiam as ferramentas a serem utilizadas no processo de delimitação do fenômeno, coleta e análise dos dados a que se propõe a pesquisa, o modo como serão concebidos e entendidos assume uma dimensão fundamental para o bom andamento da dissertação.

O conceito fundamental é o de “migração partidária”. Além deste, outros termos utilizados pela bibliografia para identificar o fenômeno são: “troca”, “troca-troca”, “mudança”, assim como os menos difundidos “trânsito” e “deserção”. O “parlamentar”, “político” ou “deputado” que pratica este ato é considerado “migrante” ou “desertor”, entre outras denominações, sendo que todas estão vinculadas a: “partido”, “legenda”, “sigla” ou “filiação”. Também são utilizadas: “lealdade”, “disciplina”, “coesão” e “fidelidade”, dos quais decorrem os “infiéis” (os que migram) e os “leais” ou “fiéis” (os que permanecem filiados ao mesmo partido).¹

¹ - A “fidelidade partidária” tem uma forte correspondência com a problemática da “migração”, mas o tema é mais amplo e envolve outras dimensões. Talvez por isso, apresenta ambigüidade, pois pode referir-se ao parlamentar que vota conforme a orientação da sua legenda (o que também é chamado de “disciplina”), assim como ao parlamentar que não muda a sua filiação (o que é identificado como “coesão partidária”). (REINER, 2001; ROLLO, 2007) Para alguns, o termo “fidelidade” envolve essas duas dimensões (MACIEL, 2004), mas determinadas abordagens evidenciam apenas um desses aspectos e trabalham com a idéia de distinguir “disciplina” de “coesão”, caso de SCHMITT (1999, p. 128) que afirma que fidelidade descreve a situação na qual o parlamentar permanece filiado à legenda pela qual foi eleito durante todo o exercício do mandato. Mas há concepções mais exigentes, como a de MARENCO DOS SANTOS (2006, p. 181), que a vincula à manutenção da mesma filiação ao longo da carreira, o que ele chama de “filiação exclusiva”.

MELO (2004) afirma que ser disciplinado ou fiel em plenário é um comportamento racional, tal como preconizado por FIGUEIREDO e LIMONGI (1999). No entanto, ele considera que trocar de partidos (ser infiel), dadas as circunstâncias legais e políticas do país, também pode ser racional. Em outras palavras, os partidos podem, pelas mesmas razões, serem disciplinados, mas não coesos, enquanto os parlamentares podem, igualmente, serem “fiéis” e “infiéis”. Nesse caso, o termo “fidelidade partidária” perde em capacidade explicativa e se presta a confusões.

Uma das dificuldades em torno do conjunto desses termos, quando aplicados à “migração partidária” é que, como mostra a análise desenvolvida no capítulo anterior, a concepção do fenômeno foi se modificando conforme os estudos empíricos e as abordagens se sofisticaram. LIMONGI, FIGUEIREDO e MARCONDES (2005, p. 3) afirmam que

“os dados relativos à migração partidária são bem mais complexos do que pode parecer à primeira vista. Nem sempre é tão claro o que deve ser tratado como uma troca de sigla. Fusões e criações de partidos assim como trocas em dois estágios, isto é, com um período sem filiação formal, criam uma série infinita de problemas, multiplicando o número de notas de rodapé com complicadas explicações sobre decisões operacionais.”

Na seqüência, baseado nessas observações, tenta-se destrinçar alguns desses problemas.

A pesquisa adota a definição de SCHMITT (1999, p. 128), segundo a qual, “migração partidária” é *“um termo referente a qualquer ocorrência em que um detentor de mandato eletivo abandona o partido pelo qual se elegeu para se filiar a um outro partido”*.²

Uma série de conceitos correlatos e de peculiaridades cerca este enunciado. O primeiro é que são necessários dois movimentos de parte do detentor de cargo eletivo: (1) o abandono da sigla pela qual se elegeu; e (2) a filiação a outro partido. SCHMITT (1999) estabelece a necessidade da intencionalidade de parte de quem troca para que haja “migração partidária”, logo nem toda “mudança de legenda” pode ser considerada “migração”.

O autor exclui os casos oriundos de fusões ou mudanças de nomes de partidos, visto que estes parlamentares não abandonaram a sigla e tampouco filiaram-se a outra, simplesmente a legenda pelo qual haviam se elegido deixou de existir ou trocou de nome. A exceção é quando deputados provenientes de terceiros partidos se incorporaram a algum destes, após terem sido concluídos os referidos processos. A mesma orientação foi seguida por ARAÚJO (2000), MELO (2004), CARNEIRO (2004) e LIMA (2005), bem como pelo TSE na Resolução 22.610/07, que inclui estas situações dentre as exceções à troca partidária punível com perda de mandato.

² - O conceito utilizado pelo site POLÍTICA PARA POLÍTICOS (2007) é bastante semelhante: *“fenômeno comportamental dos políticos em relação aos partidos. Quando um político muda de filiação partidária, isto é, sai de um partido e entra em outro dizemos que ele está migrando de partido.”*

À luz dessas indicações, no âmbito deste trabalho não serão contabilizadas como “migração” as alterações oriundas de fusões, como as de: PST e PTR, que originou o PP; PDC e PDS, da qual surgiu o PPR; PPR e PP, que criou o PPB. Também estarão excluídas as mudanças de nome dos partidos, caso de: PCB para PPS; PPB para PP, PJ para PRN.

SCHMITT (1999) não faz referência específica à situação a seguir, mas a exclusão parece ser extensiva às mudanças compulsórias, fruto de reforma partidária. Lembra-se que a classe política teve de deixar as suas filiações em 1965, quando as legendas anteriormente existentes foram extintas, e vincular-se às que surgiram (MDB e Arena). O que se repetiu em 1979, quando outra reforma extinguiu tais partidos e estabeleceu a criação de novos. MARENCO DOS SANTOS (2006, p. 181), consciente dessa situação, desconsidera as filiações a legendas de sistemas partidários distintos.

ARAÚJO (2000, p. 3-4) delimita ainda mais a concepção de “migração partidária”. Para ele não devem ser consideradas como tal as trocas coletivas, aquelas realizadas por grupos de parlamentares que deixam a legenda pela qual foram eleitos com a finalidade de fundar novos partidos. Concretamente, exclui as cisões partidárias que sofreram PDS e PMDB, e que deram origem a PFL e a PSDB, respectivamente.

Quando o autor fala em migração, pensa em trocas realizadas individualmente pelos parlamentares. A razão alegada para esta distinção é que essas trocas coletivas são motivadas por razões políticas claras: a sucessão presidencial e a solução para a transição democrática; os trabalhos constitucionais e o estabelecimento de eleições diretas para Presidente da República. “*Não foram razões menores, da baixa política e dos interesses particulares e imediatos dos parlamentares*” que as justificaram (Idem, p. 33). Logo, para o autor, mudanças coletivas ditadas por conjunturas institucionais instáveis não podem ser equiparadas às trocas individualistas, aquelas realizadas em função de interesses duvidosos (Idem, p. 42), por razões oportunistas e ilegítimas (p. 36), pois estas configuram a verdadeira essência do fenômeno.

Independentemente do fato de considerar a “migração” uma ação espúria e indesejável, a diferenciação de ARAÚJO (2000) corrobora a tendência interpretativa que a vincula à lógica de maximização de interesses daqueles que a praticam. Nesse sentido, foi somente na década de 1990, quando as turbulências vividas pelo

país nos anos 1980 estavam superadas, que ela apresentou-se como realmente é: uma ação motivada por razões egoístas e de ordem individual. (MELO, 2004)

Não surpreende que MARENCO DOS SANTOS (2006a, p. 183) a conceitue como “*estratégia individual de troca de partido, adotada por candidatos ou parlamentares, buscando incrementar suas oportunidades de carreira política.*” Porém, tal conceituação permite especular que, para este autor, as trocas promovidas por ocasião da fundação do PFL e do PSDB não foram “migração partidária” ou compõem uma forma particular do fenômeno, não totalmente correspondente ao “tipo ideal”. Desse modo, a concepção é em grande medida contraditória com a idéia de “filiação exclusiva” que ele desenvolve em outros trabalhos. Isso porque esta categoria é muito mais exigente: qualquer troca durante a carreira (exceção feita aquelas de ordem compulsória, como as oriundas de reformas partidárias) implica excluir o parlamentar dessa condição e incluí-lo no rol daqueles que apresentam “infidelidade partidária”.

No entanto, e ao contrário de ARAÚJO (2000), neste trabalho as cisões partidárias, como aquelas ocorridas nos anos 1980, serão consideradas migrações. Dessa forma, a pesquisa segue o entendimento de NICOLAU (1996, p. 68), SCHMITT (1999, p. 128) e MELO (2004, p. 27, nota 6), e não faz distinção entre trocas realizadas coletivamente, como é o caso dos primeiros parlamentares que saíram do PDS e do PMDB para criarem novas legendas, e aquelas promovidas individualmente e que se tornaram comuns nos anos 1990. Obviamente, as diferenças conjunturais entre a crise institucional dos anos 80 e as décadas seguintes serão ponderadas na análise e configurarão manifestações diferenciadas de trocas, porém todas são consideradas igualmente “migração partidária”.

Um segundo conceito de importância capital para a pesquisa é o de “detentor de mandato eletivo”, o que, no âmbito desta pesquisa, corresponde ao termo “vereador” ou mais genericamente “parlamentar”. Seguindo o procedimento de LIMA (2005, p. 30), definiu-se como “vereador” aquele candidato que foi eleito para o cargo e que assumiu o mandato ao início de cada legislatura. A delimitação visa a evitar a situação de um candidato que tivesse sido eleito e que não assumisse o cargo, por algum motivo, como: morte, não diplomação ou cancelamento da candidatura.

No trabalho de campo, o único caso encontrado foi o de Graciano Pereira, candidato à reeleição em 1992, pelo PFL, que chegou a ser eleito, mas teve a

candidatura impugnada pela Justiça Eleitoral. No entanto, o vereador não trocou de partido nessa ocasião, ele o havia feito em 1986, e voltaria a fazê-lo apenas em 2007 – em período além da delimitação temporal da pesquisa. Ele foi para o PTB, descontente com a mudança de nome do PFL para DEM, o que deu origem a um processo do partido de origem, que exigia a cadeira, tendo em vista a decisão do STF relativa à fidelidade partidária. (MINUANO, 2008)

Para efeito de contabilização, considerou-se a condição de vereador a cada legislatura, o que torna possível que um mesmo político seja contabilizado em mais de um período. Ressalva-se que, para eventuais discussões sobre “carreira parlamentar”, o número de mandatos e de reeleições serão levados em consideração. Em termos concretos, haveria, no mínimo, 21 vereadores nas cinco legislaturas consideradas (1983/88, 1989/92, 1993/96, 1997/2000, 2001/04).

A partir desse critério, as 105 vagas de vereador foram ocupadas, em realidade, por 71 pessoas – aqui considerados os três que se elegeram pela primeira vez em 2005/08, os quais serão apenas referenciados. Desses 71, três foram vereadores em quatro legislaturas, sete em três, 21 em duas e 39 em uma.³

Contudo, deve-se ponderar sobre uma questão suscitada pela definição de MARENCO DOS SANTOS (2006a) vista anteriormente. Ao falar que a migração é realizada por parlamentares e por candidatos, ele afirma que quem ainda não possui mandato pode trocar de legenda.⁴ O conceito de SCHMITT (1999) é mais restrito: a migração só pode ser realizada por “detentor de mandato eletivo”, ou seja, quem foi eleito para o cargo e dele tomou posse.

Uma autora que faz referência a esta diferença é LIMA (2005, p. 30), em cujo trabalho está explicitado que *“não foram consideradas trocas partidárias todas aquelas realizadas por pessoas que foram vereadores, quando elas não estavam exercendo o cargo ou não estavam eleitas para tal”*. A restrição envolve duas situações: a primeira é da troca realizada quando o vereador ainda não havia sido eleito e era apenas um pretendente ao cargo. Acontece que muitos candidatos derrotados em uma eleição concorrem novamente (e obtêm sucesso) por outra legenda, sendo que a mudança pode ter ocorrido com vistas à obtenção de um partido mais competitivo. Nesse caso, a migração partidária ocorreu antes de o

³ - A relação completa encontra-se nos anexos.

⁴ - O conceito utilizado pelo site política para políticos (nota 2) é mais amplo e impreciso, pois fala que quem a pratica são os “políticos” (e, seguindo os termos utilizados, pode-se verificar que “políticos” são aqueles que possuem filiação partidária).

político ser eleito, mas já fez parte da estratégia de maximização de oportunidades – como bem observa MARENCO DOS SANTOS (2006a). LIMA (2005, p. 30) também desprezou a situação do político que deixou o mandato (perdeu a reeleição, desistiu ou concorreu a outro posto) e, ao obter o cargo em uma eleição posterior, está filiado a outro partido, ou seja, migrou durante o período em que não foi parlamentar. Como afirma a autora, *“no âmbito deste trabalho, esta ‘troca partidária’ não foi realizada por um vereador, nem ocorreu na Câmara, e sim foi ‘migração’ de um cidadão que tinha sido e seria vereador, mas não o era, naquele momento.”*

O critério adotado por LIMA (2005), seguindo a indicação de SCHMITT (1999), é bastante razoável se o estudo estiver voltado para o dimensionamento da incidência da migração de parlamentares em um determinado tempo, ou seja, cujo foco seja identificar e compreender o significado desse fenômeno para o legislativo. Desse modo, considerar a troca de “não parlamentares” está fora do escopo de pesquisa dos autores. No entanto, tal critério perde em capacidade explicativa, se o interesse principal for a análise da “carreira” e dos vínculos que se estabelecem entre políticos e partidos, visto que serão considerados como fiéis aqueles que trocaram de legenda, aliás, alguns que conseguiram a eleição depois desse fato. Para este segundo tipo de investigação, são mais úteis os conceitos de “migração” e de “filiação exclusiva”, formulados por MARENCO DOS SANTOS (2000, 2003, 2006), bem como os indicadores por ele utilizados, tais como: tempo de filiação, duração e trajetória da carreira antes de tornar-se deputado.

Como o objetivo principal desta pesquisa é analisar a migração partidária na Câmara de Vereadores de Bagé, entre 1983 e 2004, e não a carreira dos vereadores ou dos políticos locais, seguindo a indicação de LIMA (2005), não será considerada “migração”, quando um ex-detentor ou um ainda não detentor do cargo de vereador trocar a filiação partidária. Porém, graças ao alerta trazido por MARENCO DOS SANTOS (2006a), a pesquisa estará atenta a essas situações e poderá incorporá-las à análise, sempre que necessário.

Foi possível localizar quatro casos de vereadores que estiveram filiados a outros partidos antes de conquistarem o mandato pela primeira vez: (1) Delvo Oliveira, eleito pelo PT em 1996, partido ao qual se vinculou no ano anterior, e que militou no PCB, inclusive tendo concorrido a vereador em 1988; (2) Carmen Vargas, a esposa do ex-prefeito Luiz Alberto Vargas, eleita pelo PT em 2004, depois de muitos anos de participação no PDT, partido que abandonou durante o primeiro

governo Mainardi, quando era Secretária Municipal de Ação Social; (3) Nasser Youssuf, eleito pelo PFL em 1992, mas que concorrera a vereador em 1988 pelo PDS; e (4) Airton Leão, eleito pelo PDT em 1992 e que ficara como primeiro suplente no pleito anterior, ocasião em que concorrera pela PT. Na mesma linha apontada por Marengo dos Santos, LEMIESZEK (2008, p. 461), ao comentar a troca, indicou que: “*talvez Airton Leão, com seu potencial eleitoral, estivesse à procura de uma legenda que lhe garantisse uma cadeira na Câmara de Vereadores*”. Reforça-se, no entanto, que o trabalho não contabiliza estas mudanças como migração partidária.

Quanto a trocas realizadas por vereadores, quando eles não estavam mais na Câmara, isto é, por ex-vereadores, a pesquisa empírica identificou uma grande quantidade, seja depois de perderem o mandato, seja no intervalo entre um mandato e outro. Citam-se alguns casos.

(1) Laudares Urrutia foi vereador na legislatura 1983/88, pelo PDT, ocasião em que permaneceu na legenda. Não conseguiu se reeleger em 1988 e, desde o término do mandato até hoje, peregrinou por, pelo menos, três outras legendas: PTB e PT, pelas quais tentou retornar ao cargo em 1996 e em 2000; e PSOL, sua filiação mais recente, ocorrida em setembro de 2005.

(2) Maurício Proença de Campos, também vereador na legislatura 1983/88, período no qual passou do PMDB para o PFL (1985). Permaneceu na nova legenda por longo tempo, mas, desde setembro de 1999, está vinculado ao PHS.

(3) Luis Gustavo Moreira de Moraes, vereador do PDT que não migrou na legislatura 1993/96. Filiou-se ao PFL, depois de não se reeleger em 1996, e pela nova legenda concorreu a vereador em 2000 e 2004, mas depois aderiu ao PMDB em fevereiro de 2005, tendo sido eleito vereador no pleito mais recente (2008).

(4) Elói José Thomas, que migrou do PDT para o PMDB durante a legislatura 1989/92, na qual foi reeleito e pela qual concorreu a vice-prefeito em 1996. Deixou o PMDB apenas em 2007, quando se vinculou ao PR.

Pelos dados informados pela Justiça Eleitoral, 29 dos 71 vereadores apresentaram “filiação exclusiva” (40,8%). No entanto, como os dados incluem apenas a última adesão, não se pode excluir a hipótese de que tenha ocorrido uma filiação anterior. A única certeza refere-se ao vereador de filiação mais longa: João Corrêa Dóglia (legislatura 1983/88), que está no PDS desde agosto de 1980. (JUSTIÇA ELEITORAL, 2007)

A conceituação adotada traz outros desafios, observados por LIMA (2005) e que serão acompanhados pela pesquisa. A autora argumenta que um vereador pode ter se eleito por um partido e ter trocado de legenda antes mesmo de tomar posse. Como tecnicamente para ser “detentor de mandato eletivo” ele deveria assumir o cargo, esta mudança não poderia ser considerada “migração partidária”, pois corresponderia aos casos apontados anteriormente de quem ainda não era vereador ou trocou no intervalo em que ficara sem mandato. Por essa razão, a autora passou a considerar que, cumpridos os requisitos para ser vereador (ter sido eleito e assumir o cargo), a condição valeria desde o momento da eleição e, nesse caso, eventuais trocas de filiação, realizadas antes de o político tomar posse oficialmente, seriam consideradas “migração”.

Outra preocupação é com a definição da “filiação partidária”, mais um dos elementos presentes no conceito de “migração”. Novamente, seguindo LIMA (Ibidem),

“fixou-se como referencial básico na identificação partidária do vereador, o partido ao qual ele estava filiado, quando da eleição para a legislatura subsequente. Toda e qualquer migração teria esta filiação como base, e não o partido em que ele estivesse ao ser empossado. O objetivo era, justamente, o de identificar possíveis migrações ocorridas entre a eleição e a posse. Pelo mesmo motivo, tal migração foi contabilizada para o ano seguinte, isto é, aquele que inaugura a legislatura.”

A pesquisa não encontrou nenhuma situação dessas, embora Bob Machado, reeleito vereador para a legislatura 2005/08 (não incluída na análise), trocou o PMDB pelo PPS antes mesmo de tomar posse no novo período legislativo. Isto é, se a pesquisa abordasse apenas a legislatura 2005/08, tal mudança seria contabilizada. No entanto, como ele era vereador em 2001/04, a migração foi computada para tal legislatura e está incluída no trabalho.

As dificuldades não são apenas estas. Um desafio metodológico presente em vários estudos relativos aos legislativos é como considerar os suplentes, afinal, é bastante comum a ocorrência de substituições na nominata dos parlamentares que iniciam uma legislatura, sendo que aqueles que assumem o posto poderiam ter trocado de partido. Na mesma medida, considerar tais suplentes poderia modificar os dados relativos à migração partidária, em especial a incidência do fenômeno, o fluxo entre as legendas e entre os blocos ideológicos.

Esta questão tem motivado decisões diferenciadas dos pesquisadores: NICOLAU (1996), SCHMITT (1999) e CARNEIRO (2004) optaram por não incluí-los

na amostra. SCHMITT (1999, p. 135) justificou a decisão ao afirmar que, embora as substituições tenham sido numericamente significativas na Câmara dos Deputados, a inclusão dos suplentes “enviesaria a amostra”. MELO (2004, p. 27), ao contrário, incorporou-os, sob a alegação de que “*examinando o histórico das posses na Câmara dos Deputados, observou-se que a maioria (55%) dos que assumem a vaga no lugar do titular cumpre pelo menos a metade do mandato em curso*”. E ARAÚJO (2000), que também incorporou os suplentes, dividiu a incidência da “migração” entre titulares e suplentes, tendo observado, assim como MELO, que não há diferenças significativas entre eles, ou seja, que ambos mudam de partido em intensidade muito semelhante.

No entanto, no caso de uma Câmara de Vereadores, formada por relativamente poucos parlamentares, incluir todo e qualquer suplente que tenha assumido o cargo poderia efetivamente “enviesar a amostra”, como afirma SCHMITT (1999), e ampliar demasiadamente o número de casos estudados, sem que tais substitutos tenham tido importância no processo legislativo e nas migrações. Por outro lado, dependendo do tipo e da duração das substituições, não incluir os suplentes poderia construir uma amostra pouco representativa das legislaturas e excessivamente calcada naqueles que foram originalmente eleitos, e que, talvez, não tenham atuado de modo significativo como vereadores.

Por conseqüência, a questão é relevante para a pesquisa e, mais do que uma simples decisão aleatória (considerar ou não os suplentes), precisa ser definida a partir de critérios mais rigorosos.

A Secretaria Geral da Mesa da Câmara dos Deputados classifica os parlamentares em três categorias: “titular”, “suplente” e “ex-suplente”, o que pode ser útil para a fixação de parâmetros para solucionar esta questão. (CARNEIRO, 2004)

O “titular” é aquele que, quando da disputa, conseguiu se eleger para o cargo, foi diplomado pela Justiça Eleitoral e tomou posse. O “suplente” é um político que não detém o mandato de fato, embora esteja em plenas condições legais para exercê-lo na impossibilidade do “titular”. Logo, um “suplente” pode nunca vir a exercer o mandato ou vir a exercê-lo por períodos muito curtos, quando o “titular” abre mão do mandato temporariamente e licencia-se, ação que pode ter por motivação: interesse pessoal, tratamento de saúde ou doença, nomeação para postos administrativos (ministérios, secretarias estaduais ou municipais, estatais ou outros órgãos públicos). Todavia, há diversos exemplos de político que na condição

de “suplente no exercício do mandato” fica como parlamentar por períodos mais longos do que o próprio titular (ocorre normalmente quando este se licencia para ocupar cargos político-administrativos).

Também é possível que o “titular” deixe definitivamente esta condição, por diversas razões, entre elas: cassação produzida pelo próprio legislativo ou pela justiça, morte ou renúncia. Nesses casos, o posto passa a ser ocupado permanentemente por um suplente, que se torna, então, “ex-suplente”. Em outras palavras, o “ex-suplente” é um “suplente” que se tornou “titular”, cuja identificação visa a indicar que o atual “titular” nem sempre esteve nessa condição. Já a concepção de “suplente” indica alguém apto a exercer o cargo de parlamentar ou que, no exercício desse posto, não detém definitivamente o mandato e, por consequência, pode ter de voltar à condição de reserva.

É evidente que a dificuldade metodológica não estaria no caso de “ex-suplentes”, visto que estes, seja porque motivo for, tornaram-se vereador. O problema reside nos “suplentes”, até porque substituições são bastante comuns, mas a grande maioria delas dura pouco tempo. Por isso, acompanhando LIMA (2005, p. 31), buscou-se incluir no estudo um “suplente” (isto é, considerá-lo como “vereador”) – o que aumentaria o universo da pesquisa e afetaria os cálculos de incidência da troca partidária –, quando o exercício do cargo envolvesse uma perspectiva temporal mais ampla.

Sabe-se que este não é um critério muito preciso, pois o que é “perspectiva temporal mais ampla”? Explica-se a intenção: por um lado, ele quer excluir os afastamentos temporários dos titulares, como licenças médicas e viagens (embora se saiba que determinadas licenças apresentam-se como curtas, e acabam se tornando muito longas); por outro lado, quer incluir as licenças de titulares para ocupar cargos de nomeação, pois estas se apresentam como mais longas (apesar de ser possível que, por desentendimentos políticos, tais nomeações durem muito pouco tempo e o político retorne rapidamente à Câmara). Reconhece-se a amplitude e a imprecisão do critério, mas pode-se atestar que a aplicação dele acabou sendo eficiente, pois tais limitações puderam ser testadas frente aos casos envolvidos neste estudo.

A partir desses critérios, além dos 21 candidatos que foram eleitos a cada legislatura, tornou-se necessário incluir mais nomes em três períodos. No período 1983/88, Luiz Alberto Vargas (PDT) renunciou ao mandato para tomar posse como

Prefeito, no início de 1986. Assumiu, então, o ex-suplente Geolar Corrêa (PDT). Na legislatura seguinte, Fernando Antônio Duarte Teixeira licenciou-se do cargo no mesmo dia em que tomou posse, pois foi nomeado Secretário Municipal de Obras Viárias, cargo que ocupou por durante quase toda a legislatura. Em seu lugar assumiu interinamente o suplente Roberto Burns (PDS). Na legislatura 1997/2000, houve a renúncia de Luis Augusto Barcellos Lara (PTB), que foi eleito deputado estadual em 1998. Quem tornou-se vereador definitivamente foi Manoel Machado (PL).

Desse modo, aos 71 nomes anteriormente considerados, devem-se acrescentar mais dois (excluído Manoel Machado, que já estava contabilizado por ter sido vereador eleito em 2000): Corrêa e Burns. Cada um deles exerceu apenas um mandato, não havia apresentado filiação anterior e tampouco migrou enquanto esteve na Câmara, logo não afetou drasticamente o estudo da migração.

Finalmente, devem-se esclarecer as decisões metodológicas relativas aos parlamentares que ficam “independentes” ou “sem partido”. O primeiro problema é saber quando um parlamentar está de fato nessa condição. LIMA (2005, p. 31) pondera que

“não é considerado independente, aquele que desliga-se do partido por alguns dias ou meses, sem formalizar sua condição junto à Justiça Eleitoral ou abandona este, mas continua tendo os privilégios de fazer parte ou constituir uma bancada. Em muitas oportunidades, o vereador declara que deixou um partido e que se tornou independente, no entanto, a referida condição refere-se ao período em que ele ainda não filiou-se a um outro partido ou não resolveu o conflito com a agremiação de origem.”

Considerando-se um parlamentar que ficou efetivamente sem filiação partidária, há dois procedimentos fundamentais. O primeiro é capitaneado por SCHMITT (1999), que não considera “migração” a situação daquele que deixa o partido pelo qual se elegeu e não se filia a outro até o término da legislatura, pois ele cumpre o ponto 1 (abandonar a sigla pela qual se elegeu), mas não o 2 (filiar-se a outro partido). Na mesma linha, CARNEIRO (2004), seguindo NICOLAU (1996), diz que o período em que o parlamentar fica sem partido vale como “ausência de filiação”, por conseqüência, não houve migração se ele permanecer um período como independente e voltar à legenda de origem, sem importar o tempo decorrido. A troca só será computada, e ainda assim apenas uma vez, quando o parlamentar que deixou o partido e ficou independente, filiar-se a outra legenda.

O segundo procedimento é o de LIMA (2005), que contabiliza como “migração”, quando um parlamentar deixa o seu partido para se tornar “independente” e, na mesma medida, se este “independente” filiar-se a um novo partido, contabilizou uma segunda migração.

No âmbito deste trabalho, seguindo o conceito de SCHMITT (1999), o fato de um parlamentar ficar “independente” não será contabilizado como “migração”. Isso ocorrerá somente e quando ele se filiar a um partido diferente daquele que abandonou. Contudo, as circunstâncias políticas em que um parlamentar rompe com o partido e se declara independente, bem como o comportamento em plenário que ele adota durante este período, não deixarão de ser observadas.

A partir dessas definições operacionais foi promovida a pesquisa de campo e montado o cenário da migração partidária em Bagé, no período de 1983 a 2004, cujos dados serão apresentados e analisados nos capítulos seguintes.

Capítulo 3

Este capítulo trata das trocas de partidos ocorridas durante a legislatura 1983/88. O texto se estrutura da seguinte forma: inicialmente, aborda brevemente a história partidário-eleitoral de Bagé durante os períodos de 1945-64 e da ditadura militar, com vistas a caracterizar a trajetória política do município; depois, apresenta o processo eleitoral de 1982, pois ele trouxe importantes novidades que iriam repercutir ao longo da legislatura. Na seqüência, apresenta os casos de troca de legenda, os quais são expostos isoladamente, em suas motivações ou circunstâncias. Por fim, procura sistematizar essas informações e interpretar como e por que o fenômeno se apresentou do modo como foi identificado.

1 – A trajetória político-eleitoral do município (1946-82)

Serão apresentados elementos relativos à história política do município a partir do período pluripartidário de 1946-64, pois é neste que, pela primeira vez no país, consolida-se um sistema político calcado em eleições livres e estáveis.

Até o início do Estado Novo, as forças políticas que controlavam o município representavam a classe pecuarista, tanto que Bagé era um dos centros da oposição aos governos do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e, depois, do Partido Republicano Liberal (PRL), sempre apontados como inimigo da região da Campanha. A cidade havia sido uma das bases do Partido Federalista de Silveira Martins (e da Revolução de 1893), a que se seguiu o Partido Libertador de Assis Brasil e, depois da Revolução de 1930, a Frente Única Gaúcha. (TRINDADE / NOLL, 1991)

O período entre a redemocratização e o golpe de 1964 foi marcado pelo predomínio de um partido com outro referencial, o PTB. O município também viveu turbulências no comando do Executivo, pois apenas um prefeito conseguiu terminar o mandato, tendo ocorrido renúncia, morte ou cassação dos demais.

Realizada a primeira eleição municipal após o Estado Novo, em 15 de novembro de 1947, a vitória coube a Carlos Kluwe, do PSD, partido que também garantiu a maioria na Câmara (oito cadeiras em 13). (TABORDA, 1966) Mas o predomínio da legenda ficou restrito a este primeiro momento da retomada institucional do país, pois quem passou a comandar a política local foi o PTB, que elegeu o Prefeito em todas as eleições posteriores (1951, 1955, 1959 e 1963), completando quatro vitórias em cinco disputas. Também conseguiu eleger todos os vice-prefeitos, com exceção de 1959.¹ O mesmo se repetiu nos cargos legislativos: depois de obter três cadeiras em 1947, fez a maioria da Câmara nas demais eleições, com seis ou sete cadeiras. (Idem)

Além de PTB e PSD, outros dois partidos conseguiram representação na Câmara ao longo do período: a UDN, que sempre foi minoritária (uma cadeira de 1947 a 1955), sendo que a partir de 1959 não conseguiu mais eleger vereador; e o PL, que ampliou o seu espaço ao longo do tempo (uma cadeira em 1947, duas em 1951 e três a partir de 1955), tendo inclusive superado o PSD no pleito de 1955.

Tabela 1 - Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé (1947-1963)

Partido	1947	1951	1955	1959	1963	Total
PTB	3	6	7	7	7	30
PSD	8	4	2	3	3	20
PL	1	2	3	3	3	12
UDN	1	1	1	-	-	3
Total	13	13	13	13	13	65

Fonte: TABORDA, 1966

O Prefeito eleito em 1951 foi João Baptista Fico. Ele não completou o mandato, pois renunciou em 23 de novembro de 1954 para tomar posse como deputado federal, cargo para o qual havia sido eleito alguns dias antes. Foi substituído pelo vice, Frederico Petrucci, também do PTB, que completou o

¹ - Nesse período, as disputas para Prefeito e Vice ocorriam separadamente.

mandato. (Ibidem, p. 96) No pleito seguinte, em 1955, quem venceu foi Hugo Almeida Souza. Como relata TABORDA (Ibid., p. 98):

“o prefeito Hugo Souza exerceu o mandato até 2 de janeiro de 1958, afastando-se sem renunciar. Por sua vez, o vice-prefeito, Deputado Justino Costa Quintana, para não perder sua cadeira na Assembléia Legislativa do Estado, não podia assumir a Prefeitura. Era, então, convocado o Presidente da Câmara Municipal para o exercício da substituição.”

Na eleição de 1959, João Baptista Fico retornou à Prefeitura, tendo como vice Camilo Gomes (aliança PSD, UDN, PL), que havia sido eleito para o mesmo cargo em 1947. Assim como ocorreu anteriormente, Fico não completou o mandato, pois faleceu em quatro de março de 1962. Gomes (PL) concluiu o governo.

Em novembro de 1963, o PTB elegeu Luiz Maria Ferraz para Prefeito e, mais uma vez, Frederico Petrucci para vice. Esta foi a última eleição direta para o Executivo municipal em mais de 20 anos: apenas em 1985, a população local voltaria a escolher o Prefeito.

Ano	Prefeito	Partido	Vice	Partido
1947	Carlos Kluwe	PSD	Camilo Gomes	PTB-UDN-PL
1951	João Baptista Fico	PTB	Frederico Petrucci	PTB
1955	Hugo Almeida Souza	PTB	Justino Quintana	PTB
1959	João Baptista Fico	PTB	Camilo Gomes	PSD-UDN-PL
1963	Luiz Maria Ferraz	PTB	Frederico Petrucci	PTB

Quadro 1 – Prefeitos e Vice-prefeitos eleitos no município de Bagé, no período 1947-1963, e partido ou coligação pela qual concorreram

Fonte: TABORDA, 1966

Todavia, Ferraz e Petrucci não terminaram o mandato: foram cassados pela ditadura militar em nove de maio de 1964, quando haviam cumprido 129 dias de governo. Diante do ocorrido, a Câmara de Vereadores reformou a Lei Orgânica do Município, a fim de poder eleger substitutos por meio indireto, quando indicou José Wilson Barcellos para prefeito e Darci Barcelos para vice, os quais tomaram posse já no dia seguinte, 10 de maio de 1964. (Ibid.)

Marca dos novos tempos, a escolha não partiu de fato da Câmara, e sim do General Hugo Garrastazu, principal autoridade militar no município. Outra característica da nova orientação é que Barcellos não tinha carreira política anterior: ele era diretor da Cicade, o mais importante frigorífico da região, cargo que exerceu conjuntamente com o de Prefeito. (LEMIESZEK, 2003, p. 59)

O mandato de Barcellos deveria terminar no início de 1968, assim como o dos vereadores. No entanto, a Constituição elaborada pelo regime militar marcou as eleições para o final de 1968 e um ato complementar prorrogou o mandato dos prefeitos e vereadores do país até 31 de janeiro de 1969. (Idem, p. 89) A Constituição também trazia outra inovação: o estabelecimento de municípios que seriam área de interesse de segurança nacional, cujos prefeitos não poderiam ser eleitos, e sim seriam nomeados. A Lei 5.449, de junho de 1968, incluiu Bagé nessa categoria, bem como definiu que a nomeação do Prefeito seria prerrogativa do Governador do Estado, que deveria submeter o nome escolhido à aprovação do Presidente da República.

Assim, no início de 1969, José Wilson Barcellos foi substituído pelo Coronel Washington Bandeira, tido como uma indicação direta do presidente, o bageense Emílio Garrastazu Médici. Ele era outro prefeito sem perfil político, o que trouxe impacto para a administração:

"a vida na caserna não havia preparado Bandeira para os embates da vida política, onde são requisitos imperiosos a habilidade política e a paciência. Assim, em seu primeiro ano, acabou tendo alguns desentendimentos e confrontos com a Câmara de Vereadores (...)." (Ibid., p. 111)

Ressalva-se que a tradição oposicionista de Bagé continuou depois do estabelecimento do regime militar: o MDB conquistou a maioria das cadeiras no pleito de 1968, com oito vereadores contra cinco da Arena. (Ibid., p. 100)

Bandeira permaneceu no cargo até julho de 1971, quando tomou posse Antônio Cândido Silveira Pires (Ibid., p. 144), indicado pelo governador Euclides Triches. Ele era um prefeito com perfil distinto dos dois antecessores: *"Bagé ganhava um administrador talentoso, especialista por formação e vocação e, mais do que isso, um homem com vasta experiência administrativa, acostumado com os meandros do poder e da política (...)"*, pois havia sido Secretário de Administração e diretor do Banrisul. (Ibid., p. 140)

A maior habilidade política do novo prefeito, a circunstância de o Presidente da República ser natural do município e o endurecimento do regime militar fizeram com que, no pleito seguinte, em 1972, o partido governista tenha conseguido a maioria da Câmara de Vereadores, com 11 cadeiras, contra oito do MDB – a Câmara havia passado de 13 para 19 vagas. (Ibid., p. 168) Essa foi a única vitória da Arena nas disputas de âmbito municipal do período.

Antônio Pires, no entanto, não concluiu o mandato, pois preferiu deixar o cargo em 15 de março de 1975. A data coincidia com o final do mandato do governador Triches, que o havia nomeado, e a posse do sucessor, Synval Guazzelli. (Ibid., p. 197) O cargo, então, passou a um vereador, e como a Arena tinha a presidência da Câmara, a decisão não causou a inusitada situação de o MDB chegar ao poder em um município que era área de segurança nacional.²

Quem assumiu a Prefeitura foi Carlos Mário Mércio Silveira, político experiente, vereador durante mais de duas décadas e descendente de uma família de chefes do Executivo: o pai, Tupy Silveira, foi quem mais tempo esteve à frente do município (11 anos, nas décadas de 1910 e 1920); o tio, Luis Mércio Teixeira, foi prefeito eleito em 1935, tendo sido mantido no cargo pelo Estado Novo; e o irmão, Jerônimo, sucedeu ao tio na década de 1940. (Ibid., p. 202; TABORDA, 1966) No entanto, ele governou por pouco mais de quatro meses, até completar o mandato do prefeito originalmente nomeado.

Para o lugar de Carlos Mário Mércio Silveira foi indicado o professor Camilo Moreira, que tomou posse em 17 de julho de 1975. Ele era outro personagem com vivência política: fora vereador e Secretário Municipal de Educação. Seguindo uma tradição no município, Moreira também não terminou o mandato, visto que acabou por se desincompatibilizar em agosto de 1978, para concorrer a deputado estadual. Tendo sido eleito, renunciou ao mandato. (Ibid., p. 207)

Novamente, o cargo passou para o Presidente da Câmara, o arenista Luis Simão Kalil, que posteriormente foi eleito prefeito (em 1988). Quem detinha a maioria dos vereadores era o MDB, que havia recuperado a hegemonia nas eleições de 1978, ao conquistar 10 cadeiras contra nove da Arena. O partido do governo estava com a Presidência do legislativo em razão de conflitos internos do MDB. (Ibid., p. 232, 256)

Tabela 2 - Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé (1968-1976)

Partido	1968	1972	1976	Total
MDB	8	11	10	29
Arena	5	8	9	22
Total	13	19	19	51

Fonte: LEMIESZEK, 2003

² - Durante a ditadura militar, não havia a figura do vice-prefeito. Na falta do titular, quem assumia o cargo era o Presidente da Câmara de Vereadores.

Luís Kalil exerceu o mandato por cerca de oito meses, até março de 1979, quando foi dada posse ao novo prefeito, o último a ser nomeado pelo regime militar: o ex-vereador e secretário municipal Carlos Sá Azambuja, também conhecido como “Guanaco”, que governou até o início de 1986, quando tomou posse o primeiro prefeito eleito pela população desde 1963. Dentre os prefeitos nomeados, ele acabou por ser aquele com a mais longa carreira política, depois de restabelecida a normalidade institucional: foi deputado estadual (1987-1991), deputado federal (1991-1995), vice-prefeito (1989-1992) e prefeito (1997-2000). (DHBB, 2001, p. 431)

Início	Término	Indicado
05 / 1964	01 / 1969	José Wilson Barcellos
01 / 1969	07 / 1971	Washington Bandeira
07 / 1971	03 / 1975	Antônio Candido Silveira Pires
03 / 1975	07 / 1975	Carlos Mário Mércio Silveira
07 / 1975	08 / 1978	Camilo Moreira
08 / 1978	03 / 1979	Luís Simão Kalil
03 / 1979	01 / 1986	Carlos Sá Azambuja

Quadro 2 – Prefeitos de Bagé nomeados pela ditadura militar e período de governo, entre 1964-1986

Fonte: LEMIESZEK, 2003; FAGUNDES, 2005

2 – A legislatura 1983/88

Até agora foi apresentada uma breve recapitulação da história político-eleitoral do município, na qual destaca-se: o predomínio do PTB no período 1946-64, a interrupção das eleições para prefeito durante a ditadura militar e as dificuldades para os detentores do Executivo concluírem os mandatos, pelas mais variadas motivações. A seguir, vai-se apresentar e analisar o processo político na legislatura 1983/88.

2.1 – O pleito de 1982

As eleições de 1982 são tidas como a arrancada do processo de redemocratização que o país vivenciou naquela década. KINZO (1988, p. 213) destaca que *“refletiriam com exatidão esse novo período: novos partidos haviam sido criados e participaram do processo eleitoral; políticos que haviam perdido seus direitos políticos nos anos 60 retornaram à vida pública; e, pela primeira vez desde 1965, realizaram-se eleições para governador.”*

Diversas inovações faziam com que o interesse da opinião pública fosse ainda maior. Foi a primeira da qual participaram as legendas surgidas depois do fim do bipartidarismo (Arena-MDB) e do estabelecimento do pluripartidarismo, caso de PDS, PMDB, PDT e PT – para citar aquelas que participaram do pleito no Rio Grande do Sul. Estavam em disputa os cargos de: senador, deputado federal e deputado estadual, cujo calendário nunca havia sido interrompido, mais o de governador, que quase 20 anos depois voltava a ser escolhido diretamente. Mas, por conta da prorrogação dos mandatos dos prefeitos eleitos em 1976, incluía também a disputa municipal, com a escolha de prefeito e vereador, o que a tornou diferente de todas as demais que a antecederam e a sucederam. Assim, o eleitor brasileiro foi chamado a votar para seis cargos, relacionando os níveis municipal e estadual.

No entanto, em Bagé e em outros municípios que eram capitais, estações hidrominerais ou de segurança nacional, correspondentes a aproximadamente 25% do eleitorado nacional, o pleito de 1982 foi ainda mais inusitado: não houve escolha direta do prefeito e a disputa municipal ficou restrita à definição dos vereadores.³

No que tange aos resultados, os analistas evidenciam o caráter surpreendente daquele pleito, pois tanto o PDS, quanto as oposições, em especial o PMDB, anunciaram a vitória. Na realidade, com tantos cargos em disputa, houve espaço para que cada um fizesse a leitura dos resultados como mais lhe interessasse. De um lado, o PDS fez mais governadores e ficou como a maior bancada na Câmara de Deputados; de outro, 10 governos estaduais passaram às mãos da oposição (nove do PMDB e um do PDT) e o PDS perdeu a maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

Para LAMOUNIER (1986, p. 315), a eleição de 1982 foi um marco verdadeiramente significativo, quando o processo de abertura atingiu um novo patamar e os resultados originaram um sistema político de caráter diárquico. ARTURI (2001, p. 19) avalia que o resultado deu uma vitória política expressiva às oposições e foi diretamente responsável pela perda do controle do processo de

³ - O pleito também trazia uma série de regras estabelecidas pela ditadura, com vistas a constranger a oposição e a beneficiar o PDS, o partido do regime, como: proibição de coligação (associação eleitoral de duas ou mais legendas); estabelecimento do voto vinculado (exigência de que os seis indicados fossem do mesmo partido); obrigação de as legendas lançarem concorrentes para todos os cargos. A eles se somavam: a utilização da sublegenda para prefeito e senador (a possibilidade de um partido lançar mais de uma candidatura para o mesmo cargo), em vigor desde 1966, e as restrições ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), fixadas pela Lei Falcão em 1976. (ALVES, 1984)

transição pelo regime, o que geraria a crise da sucessão presidencial, a campanha das Diretas Já, a cisão no PDS e, finalmente, a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985.

No entanto, do ponto de vista estritamente partidário, o sistema resultante das urnas continuava a ser, em essência, bipartidário, controlado pelo PDS e pelo PMDB, tendo em vista a extraordinária dificuldade para as novas legendas implantar-se nacionalmente. (SOUZA e KUGELMAS, 1983) Apesar de existirem cinco partidos legalizados no período que disputaram o pleito, o número efetivo de partidos parlamentares após 1982 era de 2,4, e PDS e PMDB somavam 435 dos 479 deputados federais ou mais de 90% das cadeiras, sendo que nenhum dos demais partidos ultrapassava a marca de 5% (LIMA JÚNIOR, 1993). BAQUERO (1984, p. 6) afirma que a bipolarização partidária repetia a existente entre Arena e MDB, e que um terceiro partido conseguiu ser influente – no caso o PDT – apenas em dois estados (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul).

O PDT obteve a sua vitória mais expressiva no Rio de Janeiro, ao conquistar o governo do estado. O feito é reputado muito mais à força da figura de Leonel Brizola do que a uma consolidada e eficiente organização do PDT que teria conseguido sobrepujar PMDB e PDS. (DINIZ, 1988) Dessa forma, teria sido apenas no Rio Grande do Sul que o PDT conseguiu se destacar como organização partidária. Para BAQUERO (1984, 1988), foi no estado que ele conseguiu se apresentar como uma terceira força de fato, tendo um desempenho nitidamente superior aquele conquistado nos demais estados: obteve seis cadeiras de deputado federal, equivalentes a 19,4% da representação, e 12 de deputado estadual (21,4%). Esta é a maior representação estadual do PDT no país, tanto em termos absolutos, quanto relativos, e responsável por 60% da bancada nacional. (LIMA JÚNIOR, 1993, p. 44)

Tabela 3 – Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos, no Rio Grande do Sul, na eleição de 1982

Partido	Deputado Federal	%	Deputado Estadual	%
PDS	13	41,9	23	41,1
PMDB	12	38,7	21	37,5
PDT	6	19,4	12	21,4
Total	31	100	56	100

Fonte: NOLL/TRINDADE, 2004

Ao observar a distribuição de votos no Rio Grande do Sul, BAQUERO (1988, p. 5) anotou que ela mostra que no interior do estado prevaleceu o confronto entre PDS (35,4%) e PMDB (34,8%), embora em menor escala do que em pleitos anteriores, quando havia MDB e Arena. Entretanto, o PDT aparecia como terceira força com uma votação relativamente significativa (18,4%), o que alterava de alguma forma o padrão bipartidário tradicional.

A consequência do multipartidarismo fez com que o Rio Grande do Sul tenha sido o único estado em que as oposições como um todo alcançaram uma ampla maioria de votos (cerca de 60%), não obstante, perderam o executivo estadual para o PDS. Ele evidencia que

“um estado onde a bipolarização partidária não se materializou foi no RS. Não se pode negar que um dos elementos fundamentais (senão o mais importante) que inviabilizou a vitória das oposições no RS foi a divisão intransigente dos partidos de oposição. Esta divisão provou ser fatal para as pretensões eleitorais, principalmente as do PMDB”. (BAQUERO, 1984, p. 6)

Afirma que a grandeza alcançada pelo PDT no Rio Grande do Sul se deu porque era, e foi considerado pelos eleitores, como o antigo PTB.

“O partido renasceu em torno de Leonel Brizola (...), recém chegado do exílio de mais de 15 anos. O discurso utilizado pelo partido e por Brizola e Collares para ‘resgatar’ seu antigo eleitorado baseava-se nas teses do trabalhismo e nas figuras de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. Esperava o PDT conchamar as ‘classes exploradas’ a se identificarem com o partido.” (Idem, 1988, p. 9)

O autor vai mais além e evidencia que, quando se examina a história política do Rio Grande do Sul, pode-se dizer que o PDT, continuação do PTB, nada mais fez do que ocupar naturalmente o seu espaço político num contexto multipartidário, ou seja, seguiu a forte tradição trabalhista existente desde 1946-64. (Idem, 1984, p. 8) Nesse sentido, ele veio a ocupar uma parcela do espaço que, em outros contextos estaduais, foi do PMDB, legítimo e único grande herdeiro do MDB.

No Rio Grande do Sul, o espólio do MDB foi dividido entre duas legendas de expressão, o PMDB e o PDT, com maior importância para a primeira, porém o destaque obtido pelo PDT foi significativo, acabou por dividir as forças de oposição e a colaborar decisivamente para a vitória do PDS na disputa estadual. Logo, a estratégia do regime militar de “dividir para conquistar” deu resultado no Rio Grande do Sul, muito em função da expressão que o PDT veio a ocupar.

Este cenário se repetiu na disputa em Bagé, desde que sejam apontadas algumas diferenças não desprezíveis. A principal delas é que, no município, o PDS obteve a maioria absoluta das cadeiras de vereadores (11 de 21). Como o voto era vinculado e não houve eleição para Prefeito, verifica-se que o PDS venceu a eleição de 1982, ainda que a votação das forças de oposição fosse somada. O mesmo não aconteceu na votação para governador, como se verifica pela tabela a seguir, pois PMDB-PDT-PT totalizam 46,6% contra 40,6% do PDS. Ao que tudo indica, o longo período de ditadura havia conseguido neutralizar parcialmente a tendência trabalhista-oposicionista que o município apresentara nos períodos anteriores.

Tabela 4 – Votação para governador do estado no município de Bagé e no Rio Grande do Sul, em 1982

Partido	Bagé	Rio Grande do Sul
PDS	40,6	34,1
PDT	25,0	20,4
PMDB	21,1	33,5
PT	0,5	1,3
Branco	10,9	8,8
Nulo	2,0	1,9
Total	100,1	100

Fonte: NOLL/TRINDADE, 2004

Da mesma forma, a estratégia de dividir a oposição também deu bons resultados em Bagé e garantiu ao Prefeito nomeado, Carlos Sá Azambuja, a maioria na Câmara. Por outro lado, as 10 cadeiras da oposição foram divididas equitativamente entre PMDB e PDT. Na realidade, como a tabela anterior mostra, em Bagé o desempenho eleitoral do PDT foi superior ao do PMDB, ainda que isto não tenha revertido em uma bancada maior: o primeiro somou 11.256 votos contra 9.676 do segundo. (LEMIESZEK, 2008, p. 153)

O fato contrasta com o panorama estadual, assim como o da grande maioria dos municípios do estado. Ainda que seja possível apontar que o desempenho do PDT tenha sido ajudado pelo fato de o seu candidato a governador ser Alceu Collares, natural de Bagé, não se pode desprezar a importância que o trabalhismo havia tido no período 1946-64, importância essa que podia ter sido neutralizada pelo regime militar, mas não desaparecera. Veja-se o fato de que os movimentos para formar o PDT no município começaram antes da confirmação da reforma partidária de 1979, ocasião em que, inspirados por Brizola, que recém retornara do exílio, o

“Núcleo Organizador do Partido” publicou um comunicado, em 10 de outubro. Neste texto, era convocada uma reunião preliminar para acelerar o processo de reestruturação do PTB.⁴ Antigas lideranças assinavam a nota, como: Mathias Nagelstein, José Carlos Teixeira Giorgis e João de Deus González. (Idem, p. 43) Realizada a reforma partidária, três dos 19 vereadores de então aderiram ao partido de Brizola, enquanto o PDS detinha 10 cadeiras e o PMDB três. (Ibidem, p. 64)

Nesse sentido, em Bagé o resultado do pleito de 1982 parece confirmar a importância dessa herança. E, como outra face da mesma moeda, indica que o PMDB ocupava no município uma posição menos significativa do que ocorria em escala nacional e mesmo estadual. E, ao menos para vereador, apontavam um sólido predomínio do PDS, a oposição minoritária, dividida e, principalmente, a relativa fragilidade do PMDB frente a um PDT mais fortalecido.⁵ A relação dos 21 vereadores eleitos é apresentada na seqüência.

⁴ - Nesse momento os adeptos de Brizola falavam na legenda do PTB, posteriormente perdida para Ivete Vargas. Como alternativa, fundaram o PDT.

⁵ - O PT teve a nominata de candidatos a vereador impugnada pela Justiça Eleitoral, sob a alegação de não ter o diretório municipal organizado (apresentava número de filiados inferior ao patamar mínimo fixado pela legislação). Assim, não participou da disputa municipal em 1982, tendo apresentado candidatos apenas a governador, senador, deputado federal e deputado estadual. A candidatura de Olívio Dutra (governador) somou apenas 220 votos em Bagé naquele pleito. (LEMIESZEK, 2008, p. 141, 157)

N	Vereador	Partido
1	Albino Vasconcellos	PDS
2	Antonio Abdalah Fayad	
3	Antônio Fernando de Oliveira Ferreira	
4	Artêmio de Oliveira Portela	
5	Clementino Machado Molina	
6	Graciano Aristimunha Pereira	
7	João Correa Dóglia	
8	João de Deus Lima Galvão	
9	Neil Cunha de Moura	
10	Remídio dos Santos Garcia	
11	Sigmar Schievelbein	
12	Iolando Alves Branco Maurente	PMDB
13	Irio Souza de los Santos	
14	Luiz Fernando Mainardi	
15	Mauricio Proença de Campos	
16	Valmir Pereira	
17	Adair Lacerda de Oliveira	PDT
18	José Pedro Leal	
19	Laudares Nunes Urrutia	
20	Luis Alberto Corrêa Vargas	
21	Pompílio Nunes	

Quadro 3 – Composição da Câmara de Vereadores de Bagé, conforme a eleição de 1982

Fonte: 7ª Zona Eleitoral – Tribunal Regional Eleitoral-RS

2.2 – As migrações partidárias

Esta nominata e esta distribuição de filiação partidária permaneceram as mesmas até 1985, afinal, como já foi visto, até aquele ano o fenômeno era muito raro no país, pois a Emenda Constitucional número 1, de 1969, estabelecia a perda de mandato para quem mudasse de legenda. Com a Emenda Constitucional 25, elaborada nos primeiros momentos da Nova República, vista como uma medida que redemocratizava o sistema político, a migração partidária foi liberada, dado que a troca não implicava custos para o político. Assim, os vereadores de Bagé eleitos em 1982 permaneceram nos partidos pelos quais haviam concorrido até 1985, ocasião em que – a exemplo dos políticos do país como um todo – começaram a trocar de partido.

Neste ano, as três primeiras migrações são registradas. Logo em abril, o presidente da Câmara de Vereadores, Neil Cunha de Moura, renunciou ao cargo, pois havia deixado o PDS para ir para o PFL. (CORREIO DO SUL, 03 abr. 1985, capa)⁶ Ele repetia, em escala local, a movimentação realizada por uma grande quantidade de parlamentares eleitos pelo PDS e que, em meio à crise da sucessão

⁶ - A seguir, o jornal será identificado pela sigla CS.

presidencial, fundaram a Frente Liberal e, a partir de janeiro de 1985, o Partido da Frente Liberal. Como destaca FIGUEIRA (Idem), *“desde o lançamento do PFL (...) iniciou-se um período de contínuo esvaziamento do até então partido do governo. Dezenas de parlamentares abandonaram o PDS nos anos seguintes, temendo as dificuldades eleitorais caso permanecessem na legenda.”* Dos 235 deputados federais eleitos em 1982, o PDS mantinha 158 em 1985. Dos 12 governadores, perdeu nove ainda em 1985.

Mas o fator local também colaborou para a troca. Como anota LEMIESZEK (2008, p. 240): *“a saída de Neil Moura do PDS não era muita surpresa. Suas relações com o partido, ou melhor, com o Prefeito, estavam há muito desgastadas, desde quando Neil se elegeu presidente da Câmara, já que não era o preferido de Azambuja.”* O próprio vereador afirmou que: *“eu saí por não me acertar com o Guanaco. Não me acertava, pois ele mandava em todo o mundo, mas em mim ele não conseguiu mandar. Então ele me perseguia com coisinhas baixas”.*

O PFL foi instalado oficialmente no município em maio de 1985, quando lideranças da nova legenda, como o senador Carlos Chiarelli e o ex-governador Amaral de Souza, estiveram no município. O presidente da comissão provisória ficou sendo Carlos Roberto Thompson Flores, tendo Neil Cunha de Moura como vice, o que trará repercussão no ano seguinte, como será narrado. (CS. 12 maio 1985, capa)

O partido ganhou uma segunda vaga, quando Maurício Proença de Campos deixou o PMDB, sob a alegação de falta de espaço em sua bancada. (CS. 21 maio 1985, p. 3) Em realidade, o vereador já estava em litígio com a legenda desde novembro de 1984, quando se declarou independente da liderança partidária. (LEMIESZEK, 2008, p. 222)

A terceira troca ocorreu no mês de maio, quando Luiz Fernando Mainardi, do PMDB, anunciou o seu ingresso no PT. (CS. 29 maio 1985, p. 6) Estudante de direito das Faculdades Unidas de Bagé (Funba, hoje Urcamp, Universidade da Região da Campanha), da qual foi chegou a ser expulso em fevereiro de 1984 por estar envolvido no movimento estudantil, ele havia sido eleito para o seu primeiro mandato pelo PMDB, legenda da qual havia sido presidente da ala jovem e, depois, secretário-geral do diretório municipal. (DHBB, v.3, p. 3497) O afastamento do PMDB começou em novembro de 1984, quando, a exemplo de Maurício Campos, reclamou na tribuna do tratamento recebido pela legenda, com restrição de espaço e

ausência de apoio para a sua atuação, e declarou-se independente da liderança. (LEMIESZEK, 2008, p. 222)

Em março de 1985, o dirigente petista Adeli Sell já anunciava a possível adesão do vereador, o que ele negou enfaticamente. (CS. 5 mar 1985, capa; 7 mar. 1985, p.6) Mas havia algum fundamento na declaração, como se viu, tanto que o parlamentar não aceitou compor o diretório municipal do PMDB. Em entrevista realizada em 2007, Mainardi declarou que saiu porque o partido mudou o posicionamento político em relação aos compromissos históricos: “o PMDB aderiu à direita. Saímos do PMDB quando ele se tornou governo e nós nos tornamos oposição, trilhando o caminho mais difícil, que foi o de ajudar a construir o Partido dos Trabalhadores.” (MAINARDI, Luiz Fernando apud LEMIESZEK, 2008, p. 249)

A trajetória de fundação do PT no município indicava uma série de dificuldades. A primeira convenção municipal, realizada em 1982, foi anulada pela Justiça Eleitoral e a legenda não pôde concorrer com candidatos a vereador naquele pleito. Uma nova convenção foi promovida em janeiro de 1984, quando havia 359 filiados no município. Posteriormente, esta convenção também foi anulada, mais uma vez por causa pelo número de filiados inferior ao exigido em lei (Ibid., p. 197, 210), o que mantinha a legenda com uma Comissão Provisória.

No entanto, a adesão encontrou a resistência dessa Comissão, que a vetou sob a alegação de que o vereador “*nunca discutiu com o conjunto do partido e a sua direção municipal esta possibilidade, posição esta que passa por cima da democracia interna do PT, desrespeitando as bases do partido*”. (CS. 31 maio 1985, capa) Por conta disso, Mainardi recorreu à executiva estadual, que enviou ao município o secretário César Alvarez, interveio na Comissão Provisória e referendou a filiação do vereador. (Idem. 4 jun. 1985, capa) Ele assim resumiu o episódio:

“foi uma reação natural de quem milita há um bom tempo tentando construir um partido, com todas as dificuldades que era construir o PT aqui em Bagé. (...) Estavam desconfortados pelo fato de que não só eu, mas um grande número de pessoas, estava indo para o PT, e eles poderiam perder o controle do partido.” (MAINARDI apud LEMIESZEK, 2008, p. 249)

Em 1986 ocorreram seis trocas. Três vereadores do PDS deixaram a sigla e foram para o PFL: Graciano Aristimunha Pereira, seguindo-se Remídio dos Santos Garcia e, depois, Artêmio de Oliveira Portela. As três mudanças ocorreram logo no início do ano e acompanharam a perda do comando do executivo municipal pelo PDS – a ser comentado na seqüência –, bem como o caminho do governador do

estado, Jair Soares. Os migrantes foram nomeados, em abril de 1986, para cargos estaduais: Graciano tornou-se diretor do Centro Social Urbano; Portela, chefe do escritório da Cohab e Remídio, chefe da merenda escolar. (CS. 07 ago. 1986, capa)

Graciano afirmou que ingressava no PFL porque o partido surgiu com a finalidade de corrigir os equívocos do PDS. *“Eu não diria que houvesse desentendimentos pessoais, mas houve na verdade um desgaste que realmente entendi que o melhor momento para mim, a melhor coisa que eu poderia fazer era deixar as fileiras do PDS.”* (PEREIRA, Graciano apud LEMIESZEK, 2008, p. 295)

Conforme o jornal “Correio do Sul” (25 fev. 1986, capa)

“embora ainda não confirmado oficialmente, é certa a passagem dos vereadores Remídio Garcia, Sigmar Schievelbein e Artêmio Portela (...). Segundo assessores do PFL bageense, Remídio, Sigmar e Portela teriam viajado a Porto Alegre, junto com a caravana bageense que foi encontrar-se em audiência, com o Governador Jair Soares, que também, recentemente aderiu ao PFL.”

No dia seguinte, o jornal divulgou o desmentido de Schievelbein, o qual declarou que continuaria no PDS, o que se mostrou efetivo. Já Artêmio Portela, só confirmou a troca no início de março, ocasião em que destacou que:

“uma vez que a política do PDS está se esvaziando e por não ter nada a oferecer aos seus eleitores. Destaca que tem inúmeros amigos no antigo partido e que continua à disposição deles na nova sigla, assim como todos quantos necessitarem de seus serviços.” E complementou que: *‘não trocou de partido por cargo já que não tem nenhum convite para ocupar qualquer função.’* (CS. 11 mar. 1986, p. 8)

No entanto, o PFL local logo sofreu com o fato de estar com uma bancada de cinco vereadores. Ainda no mês de março, é noticiada crise interna, com a saída de Neil Cunha de Moura, o primeiro a aderir, no que foi acompanhado de 20 membros do diretório municipal e 300 filiados. (CS. 28 mar. 1986, capa) A razão seria um conflito entre a ala de Moura e o presidente do diretório local, Paulo Roberto Thompson Flores, indicado como “candidato preferencial” a deputado estadual nas eleições de novembro de 1986. Em realidade, o conflito era o desdobramento de uma rixa anterior, que havia principiado com a decisão de o partido coligar com o PDS na eleição para Prefeito – o que o fez deixar a vice-presidência municipal (CS. 18 maio 1985, capa) – e se acirrar no final de 1985, quando Maurício Campos (PFL) havia sido eleito presidente da Câmara, com o voto contrário de Moura.

“Depois avolumou-se na convenção para a eleição do executivo municipal; quando a chapa apresentada por José Pery Ungaretti, foi derrotada pela de Paulo Roberto, com a diferença de um voto. Agora, os dissidentes da

agregação deverão avaliar o atual quadro político a nível municipal, antes de optarem por seu ingresso em outro partido. Desde já, no entanto, dão um aviso: 'Não iremos nem para o PDS, nem para o PMDB, pois as nossas raízes são trabalhistas e o mais provável é o ingresso no PDT ou no PT, com mais possibilidades para o primeiro.' (CS. 30 mar. 1986, capa)

De fato, Moura filiou-se ao PDT. A direção do PFL afirmou que, ao contrário do que era divulgado pela imprensa, a saída do grupo não representava uma crise, e sim a resolução de uma crise, *“motivada pela absoluta inadequação dos referidos ex-filiados aos princípios ideológicos e programáticos que inspiraram a formação do PFL.”* (CS. 08 abr. 1986, capa)

No mês de fevereiro, Irio de los Santos aderiu ao PDT. (CS. 08 fev. 1986, capa) Ele havia aceitado o convite do prefeito eleito Luiz Alberto Vargas para ser Secretário Municipal de Ação Social, o que desagradou o PMDB. Por conta disso, havia se desligado da legenda em dezembro de 1984, antes mesmo de tomar posse. Esperou algum tempo e, finalmente, vinculou-se formalmente ao partido do novo governo, do qual fazia parte. No entanto, não permaneceu muito tempo no cargo: em março ele se exonerou, com vistas a concorrer a deputado estadual pelo PDT nas eleições daquele ano.

Nos dois anos seguintes foi registrada uma troca, realizada pelo mesmo Irio de los Santos. O vereador deixou o PDT em dezembro de 1986, em razão da discordância com a coligação realizada com o PDS na disputa do governo estadual. A mesma composição dos adversários em escala local repetiu-se na escolha para a mesa diretora, quando Antônio Ferreira (PDS) foi eleito presidente, o que significou a gota d'água para o vereador. Preferiu não se vincular a nenhuma outra legenda e tornou-se independente. Ele só voltou a ter filiação partidária em 1988, quando aderiu ao recém fundado PSDB.

A imprensa chegou a noticiar o pedido de desfiliação de José Pedro Leal, em fevereiro de 1987. O vereador do PDT, também vice-presidente do diretório municipal, chegou a encaminhar o pedido à Justiça Eleitoral, desgostoso que estava com os rumos da administração do partido no município e com a falta de apoio que havia recebido em sua campanha para ser deputado estadual no ano anterior. O presidente do diretório, José Carlos Giorgis afirmou que *“com Edson Maidana, atual secretário do partido, tentaram demover Pedro Leal de desfiliar-se: 'Em princípio sentimos no diálogo, uma boa vontade de que essa decisão poderia ser revogada. Ocorre que ele viajou, e o assunto ficou pendente', afirmou Giorgis.”* (CS. 07 fev.

1987, capa) O fato é que a desfiliação de Leal não ocorreu e no mês seguinte ele confirmou a permanência no PDT, partido pelo qual concorreu a um novo mandato em 1988, sem sucesso.

Desse modo, a legislatura 1983/88 encerrou-se com nove trocas e a seguinte composição partidária, conforme o quadro a seguir.

N	Vereador	Partido
1	Albino Vasconcellos	PDS
2	Antonio Abdalah Fayad	
3	Antônio Fernando de Oliveira Ferreira	
4	Clementino Machado Molina	
5	João Correa Dóglia	
6	João de Deus Lima Galvão	
7	Sigmar Schievelbein	
8	Adair Lacerda de Oliveira	PDT
9	José Pedro Leal	
10	Laudares Nunes Urrutia	
11	Geodar Corrêa	
12	Pompílio Nunes	
13	Neil Cunha de Moura	
14	Iolando Alves Branco Maurente	PMDB
15	Valmir Pereira	
16	Artêmio de Oliveira Portela	PFL
17	Graciano Aristimunha Pereira	
18	Remídio dos Santos Garcia	
19	Mauricio Proença de Campos	
20	Irio Souza de los Santos	PSDB
21	Luis Fernando Mainardi	PT

Quadro 4 – Composição da Câmara de Vereadores de Bagé, ao final da legislatura 1983/88

2.3 – O impacto das migrações

As movimentações trazidas por essas trocas serão sistematizadas e analisadas a partir de agora.

Legislatura	Vereadores	Migrantes	Não Migrantes	% Migrantes	Trocas
1983/88	22	7	15	31,8	9

Quadro 5 - Número de vereadores, número e percentual de vereadores migrantes, em Bagé, na legislatura 1983/88

O quadro acima indica que, dos 22 vereadores em questão⁷, sete trocaram de partido, o equivalente a cerca de um terço da Câmara. Estes sete vereadores realizaram nove trocas, cuja sistematização é apresentada no quadro adiante.

Vereador	Origem	Destino	Ano
Luiz Fernando Mainardi	PMDB	PT	1985
Maurício Proença de Campos	PMDB	PFL	
Neil Cunha de Moura	PDS	PFL	
Neil Cunha de Moura	PFL	PDT	1986
Artêmio de Oliveira Portela	PDS	PFL	
Graciano Aristimunha Pereira	PDS	PFL	
Remídio dos Santos Garcia	PDS	PFL	
Irio Souza de los Santos	PMDB	PDT	
Irio Souza de los Santos	PDT	PSDB	1988

Quadro 6 – Movimentação dos vereadores migrantes na Câmara de Vereadores de Bagé, ao longo da legislatura 1983/88

A tabela a seguir articula o número de trocas a cada ano, na qual se observa a preponderância da migração em 1986 (55,5%), o que ainda será analisado.

Tabela 5 - Incidência de trocas partidárias na Câmara de Vereadores de Bagé, conforme o ano da legislatura, na legislatura 1983/88

Ano	Trocas	%
1983-84	-	-
1985	3	33,3
1986	5	55,5
1987	-	-
1988	1	11,1
Total	9	100

Tais trocas modificaram sensivelmente o tamanho das legendas na Câmara e a vontade manifesta pelo eleitor no pleito de 1982. PDS e PMDB foram os mais atingidos: o primeiro perdeu quatro cadeiras e o segundo três, sendo que nenhum dos dois recebeu qualquer adesão. No entanto, a legenda mais envolvida em trocas

⁷ - É preciso considerar a renúncia de Luiz Alberto Vargas, eleito prefeito em 1985, e a sua substituição por Geolar Corrêa (PDT). (TABORDA, 1987)

foi o PFL, que ganhou cinco vereadores e perdeu um. Além do PFL, apenas o PDT cedeu (1) e recebeu vereadores (2). PSDB e PT aparecem como beneficiários (uma vaga cada).

Tabela 6 - Número de vezes em que cada partido perdeu ou recebeu vereadores migrantes, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88

Partido	Origem	Destino	Saldo	Fluxo migratório
PDS	4	-	(-) 4	4
PMDB	3	-	(-) 3	3
PFL	1	5	(+) 4	6
PDT	1	2	(+) 1	3
PSDB	-	1	(+) 1	1
PT	-	1	(+) 1	1
Total	9	9	=	18

A situação fica mais bem demonstrada se o total de vagas obtidas pelos partidos na eleição for multiplicado pelo número de anos da legislatura (seis) – indicador do quanto cada um deveria ter ocupado, se não houvesse migração – e comparado ao total efetivamente ocupado. A diferença marca o total de cadeiras realocadas, sem a participação do eleitor.

Tabela 7 - Comparação entre a projeção de cadeiras obtidas e o número de cadeiras ocupadas pelos partidos na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88

Partido	Projeção	Ocupadas	Diferença
PMDB	30	19	-11
PDS	66	53	-13
PDT	30	34	+4
PT	-	4	+4
PFL	-	14	+14
PSDB	-	1	+1
Independente	-	1	+1
Total	126	126	-

De três partidos representados, conforme o resultado das urnas (PDS, PMDB e PDT), Bagé encerrou a legislatura com o dobro (seis). Em 1985, duas novas bancadas foram criadas (PT e PFL), a qual se juntou a do PSDB, em 1988, como expõe o quadro a seguir.

Período	1983-1984	1985-1987	1988
Nº partidos	3	5	6
Partidos	PDS PMDB PDT	PDS PMDB PDT PFL PT	PDS PMDB PDT PFL PT PSDB

Quadro 7 – Número e discriminação dos partidos representados na Câmara de Vereadores de Bagé, a cada ano da legislatura 1983/1988

Se três das nove trocas criaram bancadas, sete delas tiveram como destino as novas legendas e apenas duas ocorreram para partidos representados desde 1983. Nesse sentido, o fenômeno da migração no município seguiu aquilo que KINZO (1993, p. 21) classificou como o traço mais saliente do quadro partidário brasileiro: a constante proliferação de agremiações. NICOLAU (1996, p. 73) afirma que, nas legislaturas 1983 a 1990, a troca contribuiu para o aumento da fragmentação partidária.

Partido Origem/Destino	Nº de trocas
PDS – PFL	4
PMDB – PT	1
PMDB – PDT	1
PMDB – PFL	1
PFL – PDT	1
PDT – PSDB	1

Quadro 8 - Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88

Origem	Destino	Nº de trocas
PDS	PFL	4
PMDB	PT	1
	PDT	1
	PFL	1
PDT	PSDB	1
PFL	PDT	1

Quadro 9 - Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88, tendo por base os partidos de origem e de destino

O fluxo migratório entre os partidos é diversificado, como mostram os quadros 8 e 9. Apenas a passagem PDS-PFL se repetiu (quatro das nove trocas envolveram

tais partidos), todas as demais registram apenas uma troca. Logo, verifica-se que, se o destino dos vereadores eleitos pelo PDS foi o PFL, no caso do PMDB houve dispersão: um foi para o PT, outro para o PDT e o terceiro para o PFL, o que também será analisado a seguir.

Origem	Destino	Nº de trocas
Direita	Direita	4
	Esquerda	1
Centro	Esquerda	2
	Direita	1
Esquerda	Centro	1

Quadro 10 - Incidência da troca entre os blocos ideológicos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88

Tabela 8 – Incidência do envolvimento dos blocos ideológicos com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1983/88

Bloco Ideológico	Origem	Destino	Início	Final	Saldo
Direita	5	5	11	11	=
Centro	3	1	5	2	(-) 3
Esquerda	1	3	5	7	(+) 3
Total	9	9	21	21	=

Conforme mostram o quadro 10 e a tabela 8, ao seguir-se a classificação ideológica dos partidos de FIGUEIREDO e LIMONGI (1995) – segundo a qual PMDB e PSDB compõem legendas de centro, PDS e PFL de direita, PT e PDT de esquerda –, verifica-se que a direita esteve mais envolvida em trocas (10 das 18, sendo cinco como partido de origem e cinco como de destino), das quais quatro circunscritas ao próprio campo da direita (PDS-PFL). Os partidos de centro envolveram-se em quatro trocas (três como de origem e uma como de destino). As três em que o centro foi legenda de origem referem-se ao PMDB, sendo que duas dessas trocas foram para partidos de esquerda e um de direita. Não houve o caso de mudança centro-centro. A esquerda, por sua vez, esteve envolvida em três trocas: uma como partido de origem e duas como de destino. Não houve trocas entre legendas da esquerda, e sim deste campo para o centro e do centro para a esquerda.

A única troca considerada ideologicamente inconsistente envolveu a passagem de um partido de direita (PFL) para outro de esquerda (PDT). Embora a incidência seja pequena (um caso ou 11,1%), ela contraria a tendência identificada

por MELO (2004), segundo a qual as trocas oriundas da esquerda é que seriam as menos consistentes do ponto de vista ideológico.

Tabela 9 - Relação do número de vereadores por partido, em Bagé, a cada ano da legislatura 1983/1988

Partido	Eleição a 1984	1985	1986	1987	1988
PDS	11	10	7	7	7
PMDB	5	3	2	2	2
PDT	5	5	7	6	6
PT	-	1	1	1	1
PFL	-	2	4	4	4
PSDB	-	-	-	-	1
Independ.	-	-	-	1	-
Total	21	21	21	21	21

Tabela 10 - Relação do % da Câmara de Vereadores ocupado pelos partidos, em Bagé, a cada ano da legislatura 1983/1988

Partido	Eleição a 1984	1985	1986	1987	1988
PDS	52,4	47,6	33,3	33,3	33,3
PMDB	23,8	14,3	9,6	9,6	9,6
PDT	23,8	23,8	33,3	28,6	28,6
PT	-	4,8	4,8	4,8	4,8
PFL	-	9,6	19,0	19,0	19,0
PSDB	-	-	-	-	4,8
Independ.	-	-	-	4,8	-
Total	100	100	100	100,1	100,1

As tabelas 9 e 10 sistematizam o tamanho das bancadas a cada ano da legislatura 1983/88. Sem a necessidade de uma análise mais aprofundada, torna-se claro que, assim como o número de bancadas aumentou, o tamanho médio delas se reduziu. Tal percepção pode ser traduzida por intermédio de um indicador: o número efetivo de partidos parlamentares (NICOLAU, 1996), como apresenta o quadro 11.

Ano	N	Variação
Eleição a 1984	2,58	-
1985	3,17	0,59
1986	3,71	0,54
1987	4,12	0,41
1988	4,12	-

Quadro 11 – Número efetivo de partidos e variação no índice, na Câmara de Vereadores de Bagé, a cada ano da legislatura 1983/88

Pode-se perceber que a Câmara de Vereadores de Bagé inicia a legislatura com 2,58 partidos efetivos – índice um pouco superior ao registrado na Câmara dos Deputados (2,4), ocasionado pela grandeza que o PDT atingiu na eleição de 1982 – e a encerra com 4,12, exatamente o mesmo registrado em escala nacional. (NICOLAU, 1996) O ano de maior variação é 1985, quando o índice cresceu 0,59 ou pouco mais de 20% daquele apresentado no ano anterior – embora a variação ocorrida em 1986 (0,54 ou pouco menos de 20%) seja semelhante.

Mas há um outro índice, o de mudança parlamentar agregado, desenvolvido por NICOLAU (1996), que pode traduzir com mais clareza as variações constantes no quadro 11. Este índice ajuda a mensurar as diferenças entre dois momentos consecutivos e

“seu cálculo é feito de maneira bastante simples: o percentual de cadeiras da Câmara é subtraído do percentual de cadeiras deste mesmo partido na eleição antecedente – os sinais de (-) ou (+) revelam, respectivamente, declínio ou crescimento da bancada de um partido. Dividindo por dois a soma (desconsiderando-se o sinal) do índice de mudança parlamentar de cada partido, obtém-se o índice de mudança parlamentar agregado.” (NICOLAU, 1996, p. 66)

Ano	Índice Mudança Parlamentar Agregado
1984-1983	-
1985-1984	14,4
1986-1985	19,0
1987-1986	4,8
1988-1987	4,8

Quadro 12 – Índice de mudança parlamentar agregado na Câmara de Vereadores de Bagé, a cada ano da legislatura 1983/1988, em comparação à eleição de 1982

Ano	Índice Mudança Parlamentar Agregado
1984	-
1985	14,4
1986	33,3
1987	33,3
1988	33,3

Quadro 13 – Índice de mudança parlamentar agregado na Câmara de Vereadores de Bagé, na comparação entre cada ano da legislatura 1983/1988

Os quadros 12 e 13 conseguem traduzir com mais transparência aquilo que as informações precedentes traziam: 1986 registrou muito mais trocas do que em 1985, ano em que elas começaram a ser praticadas no país todo, assim como em

relação a 1987 e 1988. A situação da Câmara em 1986, comparada a 1985, registra mudança agregada de 19,0 contra 14,4 em 1985 em comparação a 1984. Se o referencial for a eleição de 1982, em 1986 a mudança é de 33,3 contra 14,4 em 1985, tendo se mantido no mesmo patamar nos dois anos seguintes, ou seja, as alterações nas bancadas ocorridas depois de 1986 mantêm o índice de afastamento da distribuição de poder em relação ao pleito de 1982.

Logo, a grande mudança ocorreu, efetivamente, em 1986 e, no conjunto da legislatura, um terço das cadeiras foram realocadas por meio da migração. A questão é entender porque isto acontece. A ocorrência de apenas três migrações em Bagé no ano de 1985 contrasta com o cenário nacional, quando muitos políticos mudaram de partido (até como forma de se reposicionar no cenário da Nova República) e muitas legendas foram criadas.

NICOLAU (1996) estima que 29 partidos estavam registrados na Justiça Eleitoral naquele período, quando eram apenas cinco em 1984. O mesmo autor anota que o índice de mudança parlamentar agregado diminuiu constantemente, a partir de 1985, ou seja, o impacto das trocas de legenda sobre a composição das bancadas é cada vez menor. MELO (2004, p. 67) anota que nas legislaturas da década de 80, há claramente um momento de pico na movimentação dos deputados entre as legendas, que pode ser associado a um fator conjuntural: as mudanças concentram-se em 1985 (69,1%), quando uma primeira onda de deputados do PDS se transfere para o PFL. Como anota NICOLAU (1996, p. 68), a criação do PFL foi a principal causa da alta volatilidade no ano de 1985. O cenário bageense contrasta também com o de outros municípios, caso de Pelotas, onde, conforme LIMA (2005), ocorreram cinco trocas em 1985, a maior quantidade daquela legislatura.

Há um fator que pode ajudar a entender a razão para que, apesar das importantes mudanças que estavam ocorrendo no sistema político nacional, a quase totalidade dos vereadores de Bagé tenham preferido manter-se em seus partidos. É que desde o final de 1984, o município havia deixado de ser área de segurança nacional, o que abriu a discussão sobre como ficaria o comando do executivo municipal.

Consagrada a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, uma das possibilidades era a de exoneração do prefeito Carlos Sá Azambuja e a transmissão do cargo para o presidente da Câmara. Outra era a de nomeação de um prefeito “*pro tempore*” – o PMDB local chegou a decidir em assembléia quem ocuparia o

cargo e o escolhido, Arthur Roberto Brasil Alves, instalou-se em uma sala na Câmara de Vereadores para elaborar o plano de governo. (LEMIEZSEK, 2008, p. 240-241) Finalmente, havia a expectativa de que ocorressem eleições ainda naquele ano, o que foi confirmado pela Emenda Constitucional 25, que convocou eleições diretas para prefeito naqueles municípios em que não havia ocorrido a disputa em 1982.

Em meio à legislatura 1983/88, o município se viu, mais uma vez, envolvido em uma campanha política, o que desestimulou os vereadores a formarem novas legendas ou a buscarem partidos já existentes, mas não tão organizados quanto aqueles fundados imediatamente após a reforma de 1979. A lembrança do resultado das eleições de 1982 e o conhecimento do cenário político local apontavam para uma disputa entre PDS, PDT e PMDB, sem espaço para outras legendas. Qualquer movimentação dos vereadores poderia ser promovida com muito menos riscos se eles esperassem a escolha do novo prefeito, quando a conjuntura política e a correlação de forças locais poderiam ser alteradas drasticamente.

As legendas rapidamente começaram as movimentações com vistas ao pleito. Um primeiro movimento visava à formação de uma coligação entre PMDB e PDT, a união das oposições, para competir com a candidatura do PDS. As negociações foram muitas, em diferentes períodos daquele ano, mas a coligação não vingou, pois nenhum dos dois pretendia ceder a cabeça de chapa. No fim das contas, o PDT lançou o médico Luiz Alberto Vargas, então presidente da Câmara de Vereadores, e o PMDB, o veterano político Justino Quintana. O PDS apresentou o nome do ex-vereador e médico Luís Simão Kalil, e conseguiu agregar o apoio do PFL. Finalmente, o PT acolheu o nome de Luiz Fernando Mainardi. (LEMIESZEK, 2008, p. 229-258)

Como afirma LEMIESZEK (Idem, p. 269),

“a campanha ficou polarizada entre duas candidaturas: dois médicos, ambos humanitários, com larga experiência e reconhecimento público. Kalil despontava como favorito, era herdeiro da então tida como a maior administração que o município já tivera (...). Kalil propunha dar continuidade a uma administração vencedora, sem descuidar das novas reivindicações que seriam atendidas de forma mais humanizadora. Vargas tinha como herança o populismo do antigo PTB, agora representado por Brizola, aliado ao seu carisma pessoal que lhe assegurava imensa popularidade. Vargas propunha inovações, mudanças e principalmente uma administração popular que representasse o povo no poder.”

Tabela 11 – Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 1985, considerando-se os votos válidos

Coligação	Candidatos	Votação	%
PDT	Luis Alberto Vargas / Marília Loguércio Ferreira	20.540	42,8
PDS/PFL	Luis Simão Kalil / Clementino Molina	17.771	37,0
PMDB	Justino Quintana / Sedenir Martins	7.822	16,3
PT/PSB	Luiz Fernando Mainardi / Sidenir Ferreira	1.886	3,9
Total		48.019	100

Fonte: FEE, 1986; CS. 15 nov. 1985, capa

O pleito de 1985 marcou uma mudança significativa nas relações políticas de Bagé, pois quem se elegeu prefeito foi Luiz Alberto Vargas. Passados mais de 20 anos, quando o PTB havia vencido o pleito (1963), coube ao seu herdeiro político, o PDT, conquistar a Prefeitura na primeira oportunidade em que a população pôde escolher diretamente o chefe do executivo. Na mesma medida, depois de seis anos de comando de Carlos Sá Azambuja, o poder mudaria de mãos.

O próprio Luis Kalil, candidato derrotado, afirmou que a vitória do PDT se deu porque

“havia um espírito mudancista. Nós tínhamos saído de um regime militar, e o governo municipal representava o espírito militar da época. (...) Não havia outros motivos maiores: eu era, tanto quanto o Vargas, um médico bem conceituado na comunidade. Vínhamos de um governo exitoso do Dr. Carlos Azambuja que realizou obras de vulto em Bagé, de modo que eu atribuo apenas a esse espírito mudancista, essa troca de governo e enfoque da vida política nacional que repercutem na eleição municipal”. (KALIL, Luis apud LEMIEZSEK, 2008, p. 270)

A leitura de Luiz Carlos Deibler, dirigente do PMDB e futuro vereador, aponta para a história política e a inserção social dos partidos, fato passível de ser identificado pelos resultados de 1982. Para ele, *“nós tínhamos uma equipe muito qualificada de militantes ativos dentro do PMDB de então, mas não tínhamos o respaldo popular. O grande eleitorado da periferia tinha uma identificação muito forte com o antigo PTB, e acabou aderindo ao PDT e não ao PMDB.”* (DEIBLER, Luiz Carlos apud Idem)

A expectativa de que o número de migrações em 1985 tenha sido pequeno em função da conjuntura eleitoral, embora houvesse “potencial” para mais, em razão das mudanças que estavam ocorrendo no país como um todo, pode ser confirmada pelo que ocorreu no ano seguinte. Em 1986, passado o período eleitoral e após ser confirmado um novo cenário político no município, ocorreu um número muito maior de trocas. Ao que tudo indica, os vereadores procuraram adequar-se à nova

correlação de forças locais, bem como ao novo arranjo partidário que ocorria tanto em âmbito nacional quanto estadual, cuja pressão sobre a classe política local já vinha se verificando desde o ano anterior.

Desse modo, três vereadores do PDS abandonam a sigla. Embora a perda de importância do PDS já se registrasse desde 1984, com a fundação do PFL, a situação no Rio Grande do Sul tornou-se mais difícil depois que o governador Jair Soares decidiu passar para a Frente Liberal. Apesar disso, a manutenção da legenda no comando do Executivo bageense, se fosse garantida nas urnas em 15 de novembro de 1985, poderia preservar algumas das vantagens do partido do regime militar. Como isso não aconteceu e a sigla perdeu a hegemonia também no município, depois de um longo período de controle da máquina pública, a permanência no PDS tornou-se insustentável para alguns: o partido não oferecia mais os ganhos de antes e ainda poderia inviabilizar a carreira política dos que continuassem vinculados a ele. Assim, como mostra a tabela 9, o PDS recuou de 10 cadeiras em 1985 (havia eleito 11 vereadores) para sete em 1986, o que, apesar de tudo, ainda o deixava como principal força na Câmara.

Deve-se ressaltar que a maioria dos vereadores preferiu permanecer na sigla, apesar do cenário local, estadual e nacional não indicar um período dos mais animadores. Logo, por questões ideológicas, interesse e/ou por ainda acreditar no potencial da legenda, eles se mantiveram no partido pela qual haviam se eleito.

Se o PDS conseguiu reter a maioria dos seus vereadores, o mesmo não ocorreu com o PMDB. Das cinco cadeiras conquistadas em 1982, ele já havia perdido uma em 1985, e perdeu mais duas em 1986, de forma a concluir aquele ano com apenas duas vagas. Ou seja, a maioria dos vereadores eleitos pelo partido o abandonou, apesar de ele ter liderado a transição à Nova República e de estar prestes a vivenciar, nas eleições daquele mesmo ano, a grande consagração popular, oriunda do Plano Cruzado.

A movimentação dos vereadores do PMDB local pareceu cristalizar uma situação de fragilidade frente ao PDT que já havia se manifestado nas eleições de 1982 e seria consagrada no pleito de 1985. O fato de ambos terem conquistado cinco cadeiras em 1982, ao invés de indicar equilíbrio, já demonstrava que o PDT era mais expressivo politicamente em Bagé, isso porque a expectativa seria de, naquela oportunidade, o PMDB liderar de modo incontestável a oposição ao PDS. Esta tendência se confirmou em 1985, quando o PMDB não se mostrou competitivo

na eleição para Prefeito, tendo ficado em terceiro lugar, bastante distante dos dois partidos que disputaram acirradamente o pleito. Como o PDT conseguiu vencer, credenciou-se não só frente ao PDS, como consolidou-se como a oposição ao partido de apoio ao regime militar, suplantando o PMDB.

O novo partido no poder executivo local recebeu duas adesões: uma vinda do PFL (de um desafeto do prefeito Carlos Azambuja) e outra do PMDB (de um vereador que se tornou secretário municipal, em uma clara movimentação para reforçar a base de apoio do novo governo). O pêndulo parece evidente: quem perdeu poder nacionalmente e localmente também perdeu filiados; quem ganhou espaço, recebeu novas adesões de vereadores por conta dessa ampliação, a ponto de se tornar, ao lado do PDS, a maior bancada.

A realocação ocorrida em 1986 pareceu ter “corrigido” o sistema partidário da Câmara de Vereadores aos novos tempos ou, então, fixado um novo cenário, pois nos dois anos seguintes, os quais marcaram o final de legislatura, o fluxo migratório se reduziu. Ocorreu apenas uma troca, realizada pelo mesmo vereador (Irio de los Santos), ocasionada por conflitos com a administração municipal.

A confirmar este fato, a distribuição de cadeiras entre os partidos políticos, decorrente das eleições de 1988 apresentou poucas alterações em comparação ao cenário do final da legislatura, como pode ser verificado a seguir.

Tabela 12 – Comparação entre o número de vereadores dos partidos o pleito de 1982, o final de legislatura 1983/88 e aquele definido na eleição de 1988

Partido	Eleição 1982	Final da legislatura	Eleição 1988	Diferença 1988-1982	Diferença 1988-Final
PDS	11	7	9	-2	+2
PMDB	5	2	2	-3	=
PDT	5	6	6	+1	=
PT	-	1	1	+1	=
PFL	-	4	2	+2	-2
PSDB	-	1	1	+1	=
Total	21	21	21	-	-

Observe-se que nenhum partido novo ganhou representação com a eleição de 1988, assim como nenhum dos representados ao término da legislatura deixou a Câmara. As mesmas seis legendas que encerraram o período foram as que abriram a legislatura 1989/92. As mudanças no tamanho das bancadas também foram

poucas e envolveram, apenas, PDS e PFL: o primeiro ganhou duas cadeiras, as quais foram perdidas pelo segundo.

Se a referência for a eleição de 1982, quando o PDS fez 11 cadeiras, e se considerar-se que o PFL surgiu em Bagé basicamente a partir da migração dos vereadores do PDS, vai-se se verificar que, em certa medida, os partidos identificados à direita do espectro político mantiveram a mesma representação. O PDS mostrou que, apesar da crise porque passara, continuava a ser uma legenda importante no município, tanto que ampliou a sua representação e fez a maior bancada, cerca de 1/3 superior a do PDT. Já o PFL, que perdeu duas cadeiras, comprovou que ocupava um espaço desproporcional a sua força eleitoral.

A redução do PMDB, consagrada pelas migrações, foi confirmada nas urnas em 1988, pois a legenda manteve as duas cadeiras com as quais havia concluído a legislatura e não recuperou o espaço conquistado na eleição de 1982. O PDT comprovou que o crescimento registrado ao longo do período pôde ser mantido, assim como o espaço obtido via migração por duas novas bancadas, a do PT e a do PSDB.

Por outro lado, se a disputa para vereador não trouxe muitas alterações para as bancadas partidárias, o mesmo não pode se dizer da nominata dos vereadores. Dos 21 que concluíram o mandato, um decidiu não concorrer à reeleição (João Corrêa Dóglia, PDS), enquanto 20 se rerepresentaram, dos quais 10 conseguiram um novo mandato (quatro pelo PDS, dois pelo PDT, um pelo PMDB, um pelo PFL, um pelo PT, um pelo PSDB). Isso indica um índice de reeleição de 50% e uma renovação da Câmara da ordem de 52,4%. A nominata da legislatura 1989/92 pode ser verificada abaixo.

N	Vereador	Partido
1	Albino Vasconcellos	PDS
2	Antonio Abdalah Fayad	
3	Antonio Fernando de Oliveira Ferreira	
4	Dejalma Augusto do Canto Leite	
5	Fernando Antonio Duarte Teixeira ⁸	
6	João de Deus Lima Galvão	
7	Luiz Carlos Moreira da Cunha	
8	Oscarino Simões de Lima	
9	Pedro Celso Barcellos de Oliveira	
10	Antonio Vanderlei de Oliveira	PDT
11	Eloi José Thomaz	
12	Humberto Alves Gasso	
13	Jacy Jacinto Coelho	
14	Pompílio Nunes	
15	Neil Cunha de Moura	
16	Iolando Maurenre	PMDB
17	Luiz Carlos Deibler	
18	Graciano Artimunha Pereira	PFL
19	Milton Carlos Fábrica Martins	
20	Luiz Fernando Mainardi	PT
21	Irio Souza de Los Santos	PSDB

Quadro 14 – Composição da Câmara de Vereadores de Bagé, conforme a eleição de 1988
 Fonte: 7ª Zona Eleitoral – Tribunal Regional Eleitoral-RS

Na análise dos vereadores por partido, o cenário pode ser dimensionado com mais propriedade, como mostra a tabela abaixo. Os partidos que se mostraram mais seguros para os parlamentares que buscavam a reeleição foram: PT e PSDB, com 100% de sucesso (um caso cada). São duas bancadas criadas por intermédio da coligação, mas isso não significa que migrar para partidos sem representação tenha sido a estratégia que garantiu a reeleição dos vereadores, pois o PFL, que está na mesma situação, é quem apresenta os piores índices de sucesso (20%). A mais alta taxa é a do PDS, com 66,6%, seguido pelo PMDB, com 50%. O PDT, embora tenha repetido a mesma bancada, apenas um terço dos seus vereadores conseguiu um novo mandato, o que parece indicar que o desgaste de governar o município no período final da legislatura (1985-88) atingiu mais diretamente aos vereadores do que à própria legenda, embora ela tenha perdido a eleição majoritária, como será indicado adiante.

⁸ - Licenciou-se do cargo logo após tomar posse para ser Secretário Municipal de Obras Viárias, tendo sido substituído pelo segundo suplente, Roberto Burns (PDS). O primeiro suplente, o vereador não reeleito Clementino Molina (PDS), também foi nomeado secretário municipal. (CS. 02 jan. 1989, capa)

Tabela 13 – Resultado por partido da tentativa de reeleição na Câmara de Vereadores de Bagé, em 1988

Partido	Bancada	Reeleitos	Não reeleitos	Não concorreu	Taxa de sucesso	Taxa de fracasso
PDS	7	4	2	1	66,6	33,3
PDT	6	2	4	-	33,3	66,6
PFL	4	1	3	-	20	60
PMDB	2	1	1	-	50	50
PT	1	1	-	-	100	-
PSDB	1	1	-	-	100	-
Total	21	10	10	1	50	50

Part.	Reeleitos	Não reeleitos	Novos
PDS	Albino Vasconcellos Antonio Abdalah Fayad Antônio Ferreira João de Deus Galvão	Clementino Molina João Correa Dóglia Sigmar Schievelbein	Dejalma Leite Fernando Teixeira Luiz Carlos Cunha Oscarino Lima Pedro Celso Oliveira
PDT	Pompílio Nunes Neil Cunha de Moura	Adair Lacerda de Oliveira José Pedro Leal Laudares Nunes Urrutia Geodar Corrêa	Antonio Oliveira Eloi José Thomaz Humberto Alves Gasso Jacy Jacinto Coelho
PFL	Graciano Pereira Aristimunha	Mauricio Proença Campos Artêmio Portela Remídio Garcia	Milton Carlos Martins
PMDB	Iolando Maurenre	Valmir Pereira	Luiz Carlos Deibler
PT	Luis Fernando Mainardi		
PSDB	Irio Souza de los Santos		

Quadro 15 – Vereadores de Bagé da legislatura 1983/88 que concorreram à reeleição em 1988, conforme o resultado, e novos componentes da Câmara, na legislatura 1989/1992

Da mesma forma, dos sete vereadores migrantes, quatro se reelegeram e três não, um índice de sucesso de 57,1%. Este é superior ao dos vereadores como um todo (50%), embora dos 10 reeleitos, 40% sejam migrantes, quando haviam 30% de migrantes na Câmara. Os que fracassaram eram todos do PFL (Mauricio Proença Campos, Artêmio Portela e Remídio Garcia) e os reeleitos, de: PT (Mainardi), PSDB (Irio de los Santos), PFL (Graciano Pereira) e PDT (Neil Cunha de Moura).

Tais dados, no entanto, não permitem afirmar que trocar de partido seja compensatório ou vantajoso, apesar de os dados apontarem para isso. Como afirma MELO (2004), a reeleição depende de uma série de fatores, talvez não diretamente ligados à troca de legendas, logo, a simples relação entre esses dois elementos pode gerar interpretações equivocadas.

Se no pleito de 1988, em Bagé, assim se apresentou em termos de dados agregados, o sucesso ou o insucesso dependeu de outros fatores, tais como: a legenda escolhida pelo vereador, além do seu próprio desempenho e o da legenda ou coligação pela qual concorreu.

Migrar para o PFL não foi uma boa estratégia para quem buscou a migração, embora ir para o PT ou para o PSDB, sim. Na mesma medida, permanecer no PDS também o foi. Por isso não se pode generalizar essas informações, tanto pelo caráter episódico (apenas um pleito, em uma determinada circunstância), quanto pela variedade de situações.

Embora em termos de resultado na disputa para a Câmara, a realidade política do pleito de 1988 não tenha trazido muitas novidades, não se pode menosprezar o fato de que, pela primeira vez nas eleições municipais no período pluripartidário, havia a possibilidade de coligação nas eleições proporcionais. Assim, cinco eram os concorrentes naquela disputa, os quais reuniam nove legendas.

Partido/Coligação	Prefeito	Vice
PDS / PFL / PL <i>Pela Reconstrução de Bagé</i>	Luis Simão Kalil	Carlos Sá Azambuja
PDT / PSDB <i>Caminhando Juntos</i>	José Carlos Teixeira Giorgis	Mathias Nagelstein
PT / PCB <i>Frente Popular</i>	Sebastião Valdir Gomes	Mário Pinheiro
PMDB	Fredolin Brauner	João Galvão Vargas
PSB	Carlos Alberto Fico	Bayard Pereira

Quadro 16 – Relação dos concorrentes à Prefeitura de Bagé, em 1988

Os partidos do campo ideológico da direita, caso de PDS, PFL e PL, apesar de todas as divergências anteriores, marcharam unidos na disputa, com a coligação “Pela Reconstrução de Bagé”. O partido do governo municipal aliou-se ao recém fundado PSDB e compuseram a aliança “Caminhando Juntos”, enquanto PT e PCB formaram a “Frente Popular”. O PMDB não se coligou, assim como o PSB. No total, das nove diferentes legendas, três eram estreantes: PL, PSB e PCB – exatamente aquelas que não conseguiram representação.

O fato de o PDS ter ficado com nove cadeiras e o PFL com duas quer dizer, antes de tudo, que a coligação conquistou 11 vagas e que, dentre os candidatos

individualmente mais votados, nove eram do PDS e dois do PFL, e não que o PDS recebeu mais votos, visto que eles constituíram, naquele pleito, um mesmo “partido virtual”. (SCHMITT e KRAUSE, 2005; SOARES, 2001)

Tabela 14 – Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 1988, considerando-se os votos válidos

Coligação	Candidato	Votação	%
PDS/PFL/PL	Luis Simão Kalil	28.298	52,5
PDT/PSDB	José Carlos Teixeira Giorgis	13.947	25,9
PMDB	Fredolin Brauner	9.154	17,0
PSB	Carlos Alberto Fico	1.278	2,4
PT	Sebastião Valdir Gomes	1.241	2,3
Total		53.918	100,1

Fonte: CS. 18 nov. 1988, capa

As mesmas alianças disputaram a eleição para Prefeito e, nesse caso, as urnas apresentaram novidades. O PDT, depois de vencer o pleito de 1985 e de formar um governo mais curto, de apenas três anos, perdeu a disputa para o PDS, que recuperou o controle do Executivo municipal.

A chapa apresentada reunia Luís Kalil e o ex-prefeito e então deputado estadual (eleito em 1986), Carlos Sá Azambuja, que sobrepujou por larga margem a José Carlos Teixeira Giorgis e Mathias Nagelstein, ex-vereadores no período 1945-64, que atingiram 25% dos votos válidos. Os vencedores somaram a maioria absoluta dos votos válidos (52,5%). O PMDB ficou, novamente, em terceiro lugar, com 17% dos votos. Fecharam a disputa duas candidaturas de esquerda, a do PSB somou 2,4% e sobrepujou por pequena margem a do PT (2,3%), que finalizou em último lugar.

Desse modo, o primeiro ciclo de trocas de partidos se encerrou no município. Como foi observado, ele modificou sensivelmente a distribuição de espaço entre as legendas ao penalizar principalmente PDS e PMDB. Seguindo tendências esboçadas em 1982, depois potencializadas pelo pleito isolado para o Executivo, realizado em 1985, tais trocas adequaram o panorama partidário às perspectivas eleitorais, o que foi sacramentado nas eleições de 1988, e deram origem a novas bancadas (PFL, PT e, finalmente, PSDB).

Os novos ciclos de migração serão apontados no capítulo seguinte, que vai abordar sucintamente as três legislaturas seguintes (1989/92, 1993/96, 1997/2000)

para, em seguida, dedicar-se mais detidamente ao processo ocorrido na legislatura 2001/04, quando o Partido dos Trabalhadores alcançou, pela primeira vez na história local, o comando do executivo.

Capítulo 4

Este capítulo trata das trocas de partidos ocorridas durante a legislatura 2001/04. A parte inicial vai apresentar de modo sucinto as informações sobre as eleições majoritárias de 1992 e de 1996, seguindo-se dados sobre a migração partidária ocorrida nas legislaturas de 1989/92, 1993/96 e 1997/00. A intenção é situar a incidência do fenômeno no intervalo entre os dois períodos que a pesquisa estuda mais detidamente (1983/88 e 2001/04), assim como dimensioná-lo historicamente.

Na seqüência, a exemplo do que foi realizado no capítulo anterior, apresentam-se os casos de troca de legenda, os quais são expostos em suas motivações ou circunstâncias. Depois, vai comentar o processo eleitoral do ano 2000, visto que ele é fundamental para o processo de ampliação das trocas, a se desenrolar durante a legislatura 2001/04. Finalmente, procuram-se sistematizar essas informações e interpretar como e porque o fenômeno se apresentou do modo como foi identificado.

1 – As Eleições para Prefeito de 1992 e de 1996

Depois de perder o comando da Prefeitura para o PDS em 1988, o PDT retornou ao Executivo em 1992, ocasião em que, mais uma vez, teve Luiz Alberto Vargas como candidato. Esta eleição já demonstrou o processo de polarização em curso, pois o número de candidaturas diminuiu para três, embora o de legendas participantes tenha se ampliado para 11. O PT, por sua vez, prosseguiu com sua estratégia de formar alianças com legendas de esquerda e de apresentar candidatura própria. No caso, lançou pela segunda vez Luiz Fernando Mainardi, até então vereador.

Tabela 15 – Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 1992, considerando-se os votos válidos

Coligação	Candidatos	Votação	%
PDT/PTB/PSDB/PCdoB <i>Força Popular</i>	Luis Alberto Vargas / Sapiran Brito	21.230	37,8
PDS/PMDB/PL/PFL/PRN <i>Aliança por Bagé</i>	Fernando Antônio Duarte Teixeira / Vilsomar Ribas	18.719	33,3
PT/PSB <i>Frente Popular</i>	Luiz Fernando Mainardi / Mário Pinheiro	16.243	28,9
Total		56.192	100

Fonte: TRE-RS

A grande diferença foi que o PMDB não apresentou candidato e preferiu aliar-se ao antigo rival, o PDS. A aliança foi um assunto polêmico na convenção do PMDB, pois uma parcela do diretório, os “autênticos”, considerou a idéia uma manipulação da executiva, visto que nem constava dentre as alternativas disponíveis. Apesar disso, a proposta foi acolhida, o que gerou ação judicial dos “autênticos”, anulação da convenção e a realização de uma nova votação, oportunidade em que a coligação com os antigos rivais venceu mais uma vez. Por conta disso, uma parcela do diretório não fez campanha para Fernando Teixeira, o candidato do PDS, e resolveu apoiar Luiz Alberto Vargas.

LEMIESZEK (2008, p. 680) anota que, a princípio, a vitória de Vargas era surpreendente, pois este, quando ocupou o executivo, não tinha feito uma boa administração, segundo sua auto-avaliação. Por sua vez, o governo de Luís Kalil, que se encerrava, havia sido melhor. Fernando Teixeira, o candidato derrotado, afirmou que:

“foram vários os fatores. Praticamente a metade do PMDB não apoiou a minha candidatura. (...) Minha imaturidade, minha falta de experiência política contribuiu. Mas acredito que o fator determinante foi o voto do Carlos Azambuja no Collor de Melo uma semana antes da eleição.” (TEIXEIRA, Fernando apud Idem, p. 680)

Para Juscelino dos Santos, vereador pelo PDT,

“o Mainardi era novo, e Bagé tinha muito medo do PT. O Fernandinho era inexperiente, era também novo, com muita arrogância e prepotência. O Vargas era um sujeito tranqüilo, bom médico, a sociedade já tinha visto que ele não assustava mais e o PDT não era mais problema. O carisma dele era impressionante”. (SANTOS, Jucelino apud Ibidem)

Quatro anos depois, em 1996, houve nova alternância no poder: o PDS, então PPB, retomou à Prefeitura, tendo obtido quase 50% dos votos válidos, a maior

votação do período até então, muito em função das dificuldades administrativas vivenciadas pela segunda administração do PDT.

Eram quatro concorrentes: Azambuja, capitaneando uma coligação formada por cinco legendas de centro-direita; Mainardi, da aliança PT/PMDB; Maria Cirstina Lahorgue, um nome até então desconhecido e que liderava uma coligação formada por pequenos partidos de esquerda (PPS, PSB e PCdoB); e a isolada do PTB, tendo Oinei Gomes. Um fato a se destacar neste pleito é que o PDT não apresentou candidatura própria e tampouco coligou com algum outro competidor.

Tabela 16 – Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 1996, considerando-se os votos válidos

Coligação	Candidato	Votação	%
PPB/PL/PFL/PSDB/PTdo B <i>Ordem e Desenvolvimento</i>	Carlos Sá Azambuja / Luiz Guarany Trindade de Bem	31.025	49,7
PT/PMDB <i>Pra Frente Bagé</i>	Luiz Fernando Mainardi / Eloi José Thomas	27.970	44,8
PTB	Oinei Francisco de Paula Gomes / Nelson dos Santos Monteiro	2.132	3,4
PPS/PSB/PCdoB	Maria Cristina Mauren Netto Lahorgue / Jorge Antônio Lehr	1.288	2,1
Total		62.415	100

Fonte: TRE-RS

Se forem acrescentadas as eleições de 1985 (vencida pelo PDT) e de 1988 (vencida pelo PDS), verifica-se que, em quatro eleições desde a redemocratização, apenas PDS e PDT dividiram o poder. Como será observado, as duas legendas também controlavam o maior número de cadeiras da Câmara. Mais do que a alternância de dois partidos, Bagé vivenciava o confronto entre duas personalidades políticas: Carlos Sá Azambuja e Luiz Alberto Vargas. O primeiro fora prefeito nomeado pelo regime militar, tendo permanecido no cargo até 1985; foi eleito deputado estadual em 1986 e retornou como vice, entre 1988 e 1992; tornou-se deputado federal no início dos anos 90 e, finalmente, prefeito em 1996. Vargas era o grande nome da oposição: venceu em 1985 e em 1992, embora não tenha conseguido se eleger deputado.

A respeito do conflito entre essas duas personalidades políticas, perguntado se esse confronto passou do campo ideológico para o pessoal, Vargas afirmou que: *“lamentavelmente passou. Ficou uma coisa muito forte e continua assim.*

Praticamente dá para dizer que nós somos inimigos, porque quem não se cumprimenta, quem não se olha, são inimigos". (VARGAS, Luiz Alberto apud Ibid., p. 420) Azambuja, por sua vez, declarou que: *"eu não tenho nada contra ele, absolutamente nada. Admiro o médico, admiro a pessoa, mas não tenho relacionamento com ele. Porém, não tenho mágoa nenhuma, essas coisas eu já ultrapassei todas elas."* (AZAMBUJA, Carlos apud Ibid., p. 285)

Este padrão só seria rompido na eleição do ano 2000, quando o PT conseguiu vencer a disputa, com Luiz Fernando Mainardi, candidato que vinha disputando o cargo nos pleitos precedentes (1992 e 1996), o que será discutido mais adiante. Em 2004, ele foi reeleito com uma grande votação, que chegou a quase 63% dos votos válidos, o que lhe daria a vitória em primeiro turno, se porventura o município tivesse a possibilidade de disputas em dois turnos.

Eleição	Vitorioso	Partido
1985	Luiz Alberto Vargas	PDT
1988	Luis Simão Kalil	PDS
1992	Luiz Alberto Vargas	PDT
1996	Carlos Sá Azambuja	PDS
2000	Luiz Fernando Mainardi	PT
2004	Luiz Fernando Mainardi	PT

Quadro 17 – Prefeitos de Bagé, eleitos entre 1985 e 2004, e partido ao qual estavam filiados

2 – As migrações no período 1989 a 2000

Como foi visto no capítulo anterior, na legislatura 1983/88, quando a migração passou a estar liberada para a classe política, foram registradas nove trocas, as quais remodelaram o sistema partidário de Bagé, adaptando-o tanto ao panorama nacional quanto ao cenário local pós-retomada das eleições diretas para prefeito.

Nas três legislaturas seguintes, 1989/92, 1993/96 e 1997/00, o fenômeno foi registrado com menos intensidade. Ele não desapareceu, pois, como a bibliografia nacional registra, tornou-se "endêmico". (MELO, 2004; NICOLAU, 1996) Por outro lado, não se manifestou com a mesma profusão de antes: em 1989/92 ocorreram quatro trocas, seguindo-se cinco em 1993/96 e oito em 1997/2000.

Legislatura	Vereadores	Migrantes	Não Migrantes	% Migrantes	Trocas
1989/92 ¹	22	4	18	18,2	4
1993/96	21	5	16	23,8	5
1997/00 ²	22	8	14	36,7	8
Total	65	17	48	26,2	17

Quadro 18 - Número de vereadores, número e percentual de vereadores migrantes por legislatura, em Bagé, no período 1989/2000

A primeira observação é que o número de trocas diminuiu significativamente entre as legislaturas 1983/88 e 1989/92 (nove a quatro). Desde então, ele voltou a crescer sucessivamente (cinco e oito). Depois, verifica-se que, na média das três legislaturas, houve 26,2% de vereadores migrantes, os quais promoveram 17 trocas. Ao desagregarem-se os dados, podem-se corrigir determinadas informações, como se verifica pelo quadro abaixo.

Vereador	Origem	Destino	Legislatura
Humberto Alves Gasso	PDT	PTB	1989/92
Antônio Fernando de Oliveira Ferreira	PDS	PL	
Eloi José Thomas	PDT	PMDB	
Antônio Vanderlei de Oliveira	PDT	PSD	
Humberto Alves Gasso	PTB	PFL	1993/96
Milton Carlos Fábrica Martins (Miti)	PFL	PDS	
Clementino Machado Molina	PDS	PTB	
Pompílio Nunes	PDT	PTB	
Antonio Abdalah Fayad	PDS	PDT	1997/00
Antônio Abdalah Fayad	PDT	PDS	
Airton Carvalho Leão	PDT	PSB	
Volmir Oliveira Silveira	PMDB	PDT	
Luis Augusto Barcelos Lara	PDS	PTB	
Luis Felipe Vaz Alves	PDS	PTB	
Fernando Antônio Duarte Teixeira	PDS	PFL	
Nasser Mohamd Nimir Yusuf	PFL	PDT	
Luiz Carlos Palma Vaz	PMDB	PDT	

Quadro 19 – Vereadores migrantes por legislatura, ano de migração e sentido das trocas realizadas, em Bagé, no período 1989-2000

¹ - Fernando Antônio Duarte Teixeira licenciou-se para ser Secretário Municipal e foi substituído pelo suplente Roberto Burns (PDS). Ele retornou no prazo de desincompatibilização para quem pretendesse concorrer em 1992. No caso, Teixeira foi candidato a Prefeito.

² - Luis Augusto Lara renunciou ao mandato em 1999, pois foi eleito deputado estadual. Em seu lugar assumiu definitivamente Manoel Luiz Gonçalves Machado (PL).

O quadro 19 mostra que dois vereadores migraram duas vezes cada um, em legislaturas sucessivas. Portanto, as 17 trocas foram promovidas por 15 pessoas diferentes.

Humberto Gasso passou do PDT, partido pelo qual havia se eleito em 1988, para o PTB em junho de 1989, tendo sido reeleito em 1992. A mudança teria sido causada porque o seu nome não foi incluído na executiva do diretório municipal do PDT na convenção realizada poucos dias antes. Ele foi para o PTB, que estava em processo de organização no município, inaugurou a bancada na Câmara e conseguiu viabilizar a candidatura dele a deputado federal nas eleições do ano seguinte, na qual obteve 2.424 votos. (TRE-RS, 1992) Na nova legislatura (1993/96), ele deixou o PTB para ir para o PFL, legenda pela qual tentou mais um mandato em 1996, todavia, sem sucesso.

Já Antônio Fayad apresenta uma trajetória ainda mais inusitada: na legislatura 1993/96 deixou o PDS, partido pelo qual havia sido eleito nos três pleitos anteriores (1982, 1988 e 1992), para migrar para o principal rival, o PDT. Isso ocorreu durante a vigência do governo do PDT, isto é, ele passou de uma legenda de oposição para uma de governo. Na legislatura seguinte, realizou a troca em sentido inverso e deixou o PDT, que lhe havia garantido mais um mandato e se tornara oposição, e retornou ao PDS (então PPB), legenda que havia retomado o governo municipal na eleição de 1996. Enfim, nas duas trocas deixou a oposição e aderiu ao partido que estava no comando do Executivo municipal. Ao término da legislatura, em 2000, concorreu à reeleição pelo PPB, sem sucesso.

Em maio de 1990, o deputado estadual Sanchotene Felice, presidente do diretório regional do PL, veio a Bagé para abonar a ficha de filiação do vereador Antônio Ferreira, que deixava o PDS, após muitos anos de militância. No mesmo ano, Ferreira foi indicado candidato a deputado estadual preferencial do PL no município, o que desagradou o grupo que havia organizado o partido, liderado por Norberto Cimirro e que era, até então, o provável candidato. A solução foi apresentar os dois como “preferenciais”, porém Cimirro acabou por renunciar à candidatura. (LEMIESZEK, 2008, p. 506) Como candidato único do PL bageense a deputado estadual no pleito de 1990, Ferreira somou 3.074 votos, não tendo sido eleito. Todavia, ao concorrer a um novo mandato de vereador pelo PL, garantiu a reeleição.

Em abril de 1992, Elói Thomas filiou-se ao PMDB. A decisão, necessária para que pudesse concorrer a vereador nas eleições daquele ano, pôs fim a um período

de um ano e meio como independente, já que havia deixado o PDT em outubro de 1990, a partir de desentendimentos com a cúpula partidária, problemas de ordem político-administrativos e discordância com algumas correntes ideológicas existentes no partido. (Idem, p. 526)

Caso semelhante é o de Antônio Vanderlei de Oliveira, eleito pelo PDT, que rompeu com o partido por ocasião da disputa para o governo do estado em 1990, descontente com o fato de sua iniciativa de formar um comitê de apoio à candidatura de Alceu Collares não ter recebido a atenção que ele achava ser merecedor. Tornou-se, então, independente e apenas no limite do prazo legal vinculou-se a outra legenda, o PSD, que se organizava no município a partir da adesão dele. No entanto, a legenda não conseguiu atender às exigências estabelecidas pela legislação eleitoral e, conseqüentemente, o vereador teve a candidatura impugnada. (Ibidem, p. 512-513, 644, 660)

Em dezembro de 1995, o vereador Clementino Molina, ex-secretário municipal no governo Luís Kalil (1989-1992), rompeu com o partido ao qual aderira por ocasião da reforma partidária. O destino dele foi o PTB, legenda pela qual concorreria a Prefeito no ano 2000. (JUSTIÇA ELEITORAL, 2007) Praticamente na mesma data, o PTB recebeu uma segunda adesão, a do vereador Pompílio Nunes, que deixou o PDT. Era mais um caso de político que rompia com o partido a que aderira desde o final dos anos 70. (Idem) O vereador Nasser Mohamed Nimir Yusuf deixou o PFL e se vinculou ao PDT, em abril de 1999. (Ibidem)

Outra mudança digna de destaque é a de Luis Augusto Lara, um jovem empresário da noite, que se elegeu vereador em 1992 pelo PDS, com a quinta maior votação naquela oportunidade (1.221 votos). (TRE-RS, 1992) Em 1996, ele foi reeleito, novamente pelo PDS, dessa vez como o candidato mais votado do município, com 2.147 votos (TRE-RS, 1996), o que o credenciou a buscar vôos mais altos. A pretensão de ser candidato a deputado estadual no pleito de 1998 encontrou resistência no PDS, que tinha como preferencial o vice-prefeito Luiz Guarani de Bem, então muito vinculado ao prefeito Carlos Azambuja. Nessa situação, Lara procurou um novo caminho político, tendo encontrado disponibilidade no PTB, ao qual aderiu em 1997 e pelo qual foi eleito deputado estadual no ano seguinte. Foi o candidato mais votado em Bagé, com 12.527 votos (somou ao total, 16.221), ficando à frente de Guarani de Bem (PPB), que somou 10.323 no município e 14.666 no estado, sem ter sido eleito. (TRE-RS, 1998)

O vereador Luiz Felipe Vaz Alves acompanhou Lara na troca do PDS pelo PTB, em 1997. O partido ainda sofreria uma outra defecção nesta legislatura: a ruptura entre o prefeito Azambuja e o vice Guarani de Bem fez com um grupo de pedessistas passassem para o PFL. Neste grupo encontrava-se Fernando Teixeira, vereador entre 1988 e 1992, ex-candidato a prefeito derrotado em 1992 e que havia se tornado vereador em 1996.

Tabela 17 - Número de vezes em que cada partido perdeu ou recebeu vereadores migrantes, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1989-2000

Partido	Origem	Destino	Saldo	Fluxo migratório
PDT	6	4	(-) 2	10
PDS	6	2	(-) 3	8
PTB	1	5	(+) 4	6
PFL	2	2	=	4
PMDB	2	1	(-) 1	3
PL	-	1	(+) 1	1
PSB	-	1	(+) 1	1
PSD	-	1	(+) 1	1
Total	17	17	=	34

Do ponto de vista partidário, verifica-se que as trocas envolveram um número maior de partidos do que em 1983/88. Se isso pode ser fruto do maior número de trocas (17 a nove), também pode refletir a própria ampliação no número de legendas representadas e/ou concorrentes no sistema político local, processo para o qual o fenômeno da migração em muito colaborou.

Essas trocas envolveram oito legendas, das quais quatro obtiveram representação na Câmara pela primeira vez (PTB, PL, PSB e PSD). PDT e PDS, as legendas com bancadas maiores e que governaram o município, apareceram como aquelas mais envolvidas em fluxo migratório (10 e oito, respectivamente), assim como em cedência de cadeiras (seis). A preferida como destino foi o PTB, que recebeu cinco adesões, tendo se tornado a alternativa para descontentes com seus partidos de modo semelhante ao papel desempenhado pelo PFL na primeira legislatura considerada. A destacar-se, ainda, que PT e PSDB, que também haviam sido objeto de trocas na legislatura anterior passaram dessa vez três períodos sem serem envolvidos.

1989/1992		1992/1996		1997/2000	
Início	Término	Início	Término	Início	Término
6	9	8	8	8	8
PDS	PDS	PDS	PDS	PDS	PDS
PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB
PDT	PDT	PDT	PDT	PDT	PDT
PFL	PFL	PFL	PFL	PFL	PFL
PT	PT	PT	PT	PT	PT
PSDB	PSDB	PSB	PSB	PSB	PSB
	PL	PL	PL	PL	PL
	PTB	PTB	PTB	PSDB	PSDB
	PSD				

Quadro 20 – Número e discriminação dos partidos representados na Câmara de Vereadores de Bagé, nas legislaturas 1989/92, 1993/96 e 1997/00

O quadro 20 permite observar que, assim como acontecera em 1983/88, as trocas de partido realizadas em 1989/92 serviram para criar novas bancadas muito mais do que para reforçar aquelas já existentes. Se seis partidos iniciaram a legislatura 1989/92, havia nove ao final, com o acréscimo de PL, PTB e PSD.

Nos dois períodos seguintes as trocas não criaram novas bancadas, e sim ocorreram entre os partidos já representados na Câmara, ou seja, que obtiveram representação pela via eleitoral, sendo que nenhum perdeu representação por causa das migrações.

Legislatura	Trocas	Fluxo	Origem	Destino
1989-92	4	PDS – PL PDT - PMDB PDT – PTB PDT – PSD	PDS – 1 PDT – 3	PL – 1 PMDB – 1 PTB – 1 PSD – 1
1993-96	5	PDS – PDT PDS – PTB PFL – PDS PTB – PFL PDT – PTB	PDS – 2 PFL – 1 PTB – 1 PDT – 1	PDT – 1 PTB – 2 PDS – 1 PFL – 1
1997-00	8	PDS – PFL PDT – PDS PDT – PSB PFL – PDT PDS – PTB (2) PMDB – PDT (2)	PDS – 3 PDT – 2 PMDB – 2 PFL – 1	PFL – 1 PDS – 1 PSB – 1 PDT – 3 PTB – 2

Quadro 21 – Fluxo migratório entre os partidos na Câmara de Vereadores de Bagé, nas legislaturas 1989/92, 1993/96, 1997/00

Partido Origem/Destino	Nº de trocas
PDS-PFL	1
PDS – PL	1
PDS – PDT	1
PDS – PTB	3
PDT – PMDB	1
PDT – PTB	2
PDT – PDS	1
PDT – PSB	1
PDT – PSD	1
PFL – PDS	1
PFL – PDT	1
PTB – PFL	1
PMDB – PDT	2

Quadro 22 - Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1989-2000

Origem	Destino	Nº de trocas
PDS	PTB	3
	PL	1
	PFL	1
	PDT	1
PDT	PTB	2
	PMDB	1
	PDS	1
	PSB	1
	PSD	1
PFL	PDS	1
	PDT	1
PMDB	PDT	2
PTB	PFL	1

Quadro 23 - Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1989-2000, tendo por base os partidos de origem e de destino

O fluxo migratório entre os partidos é diversificado, como mostram os quadros acima. Embora as 17 trocas tenham envolvido oito partidos diferentes, houve 13 combinações de fluxo origem-destino entre eles. Apenas as passagens PDS-PTB, PDT-PTB e PMDB-PDT se repetiram (três vezes a primeira, sendo duas na legislatura 1997/2000; duas vezes as demais). Logo, não há um caminho específico ou pré-determinado a percorrer. Os vereadores do PDS escolheram: PL, PDT, PFL e PTB, enquanto os do PDT: PMDB, PSB, PDS, PSD e PTB, e os do PFL: PDS e PDT.

As tabelas 18 a 20 mostram a distribuição de cadeiras a cada legislatura, tendo em vista o resultado do pleito que definiu a composição inicial das bancadas,

o término da legislatura e a eleição que estabeleceu o tamanho das bancadas para a legislatura seguinte. A intenção é verificar como a migração alterou a composição partidária do período legislatura e o quanto esta mudança correspondeu ao desempenho eleitoral subsequente.

Tabela 18 - Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1989/92

Partido	Eleição de 1988 (A)	Término legisl. (B)	Eleição de 1992 (C)	(A-B)	(B-C)	(A-C)
PDS	9	8	7	(-) 1	(-) 1	(-) 2
PDT	6	3	6	(-) 3	(+) 3	=
PMDB	2	3	2	(+) 1	(-) 1	=
PT	1	1	1	=	=	=
PFL	2	2	2	=	=	=
PSB	-	-	1	=	(+) 1	(+) 1
PSDB	1	1	-	=	(-) 1	(-) 1
PL	-	1	1	(+) 1	=	(+) 1
PTB	-	1	1	(+) 1	=	(+) 1
PSD	-	1	-	(+) 1	(-) 1	=
Total	21	21	21	=	=	=

Fonte: TRE-RS; Câmara de Vereadores de Bagé

Na legislatura 1989/92 (tabela 18) pode-se verificar que a migração penalizou PDS e PDT, as duas maiores bancadas de então, tendo beneficiado: PMDB, PSD, PL e PTB – os três últimos são partidos que ganharam representação. No entanto, o PDT recuperou essas perdas (duas cadeiras) na eleição subsequente, o que indica que encerrou a legislatura com um espaço parlamentar desproporcional em comparação ao seu potencial eleitoral. Não se pode esquecer que, em 1992, ele foi o partido preferido para o Executivo, o que se refletiu na votação para vereador, enquanto no período 1989/92 esteve na oposição.

O PDS, por sua vez, depois de ter perdido uma cadeira por causa da migração, perdeu mais uma no pleito de 1992. Processo semelhante ao do PMDB, que ganhou uma cadeira pela migração, mas a perdeu no pleito, o que fez com que o resultado em 1988 e em 1992 tenha sido exatamente o mesmo – aliás, aquele com o qual encerrara a legislatura 1983/88 (duas cadeiras), como indicado no capítulo anterior.

PTB e PL, beneficiados pelas trocas durante a legislatura, sustentaram eleitoralmente estas cadeiras, enquanto o PSDB perdeu a sua vaga e o PSB

conquistou representação no município pela primeira vez. Já PT e PFL aparecem como legendas que não sofreram qualquer alteração, seja ao longo da legislatura, seja entre os pleitos de 1988 e de 1992.

Tabela 19 - Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1993/96

Partido	Eleição de 1992 (A)	Término legisl. (B)	Eleição de 1996 (C)	(A-B)	(B-C)	(A-C)
PDS	7	6	5	(-) 1	(-) 1	(-) 2
PDT	6	6	5	=	(-) 1	(-) 1
PMDB	2	2	3	=	(+) 1	(+) 1
PT	1	1	3	=	(+) 2	(+) 2
PFL	2	2	2	=	=	=
PSB	1	1	1	=	=	=
PSDB	-	-	1	=	(+) 1	(+) 1
PL	1	1	1	=	=	=
PTB	1	2	-	(+) 1	(-) 2	(-) 1
Total	21	21	21	=	=	=

Fonte: TRE-RS; Câmara de Vereadores de Bagé

A tabela 19, relativa à legislatura 1993/96 mostra que as trocas envolveram quatro partidos (PDS, PDT, PTB e PFL), mas produziram poucas alterações no tamanho das bancadas. Ao final, o PDS perdeu uma cadeira, a qual beneficiou o PTB. O PDS, aliás, recuou mais uma cadeira na eleição de 1996, tendo fechado o intervalo entre os dois pleitos com dois assentos a menos. Algo semelhante ocorreu com o PDT, que também perdeu uma vaga entre as duas eleições. Os dois partidos principais do município saíram do pleito de 1996 com cinco cadeiras cada.

Quem conseguiu crescer eleitoralmente foi o PMDB, que passou de duas cadeiras em 1992 para três em 1996. Na mesma medida, o PSDB recuperou a vaga que havia perdido em 1992, cadeira essa cedida pelo PTB. Mas o principal salto foi do PT: sem estar envolvido em trocas nas duas últimas legislaturas, ganhou duas cadeiras em 1996, tendo passado a três.

Tabela 20 - Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 1997/2000*

Partido	Eleição de 1996 (A)	Término legisl. (B)	Eleição de 2000 (C)	(A-B)	(B-C)	(A-C)
PPB	5	3	4	(-) 2	(+) 1	(-) 1
PDT	5	6	3	(+) 1	(-) 3	(-) 2
PMDB	3	1	2	(-) 2	(+) 1	(-) 1
PT	3	3	4	=	(+) 1	(+) 1
PFL	2	2	2	=	=	=
PSB	1	2	2	(+) 1	=	(+) 1
PSDB	1	1	1	=	=	=
PL	1	2	1	(+) 1	(-) 1	=
PTB	-	1	2	(+) 1	(+) 1	(+) 2
Total	21	21	21	=	=	=

Fonte: TRE-RS; Câmara de Vereadores de Bagé

* considerando a substituição definitiva de um vereador do PTB por outro do PL, ocorrida em 1999.

Nesta legislatura (tabela 20), as trocas atingiram prioritariamente, mais uma vez, o PDS, que cedeu duas cadeiras. Além dele, quem perdeu espaço foi o PMDB. Os beneficiados foram: PSB, PDT e PTB (o PL ganhou mais uma vaga por conta da substituição do vereador do PTB). Em termos eleitorais, quem ganhou em 2000 foram: PPB, PMDB, PTB e PT, enquanto regrediram: PL e, principalmente, PDT (três cadeiras). Na comparação entre os dois pleitos, o crescimento maior foi do PTB, que somou duas cadeiras, seguido por PT e PSB; e recuaram os três grandes de 1982: PPB (ex-PDS), PDT e PMDB.

Se o tamanho com que PPB e PDT iniciariam a legislatura 2001/04, por conta do resultado do pleito de 2000, for comparado com aquele obtido em 1982, a perda de espaço político é notável: o PDS havia somado 11 cadeiras e agora tinha quatro; o PDT, de cinco tinha três, embora tenha atingido seis na eleição de 1988. Isso sem contar o PMDB, que obtivera cinco em 1982 e desde o final daquela legislatura chegara a dois. Destaque, ainda, para o “equilíbrio” do PFL, que permanecera com duas cadeiras desde a primeira eleição de que participara (1988), bem como para o crescimento do PT, que fizera uma cadeira em 1988 e chegou a quatro em 2000, o que fazia dele a maior bancada (ao lado do PPB). Lembra-se, por fim, que o PT também conquistou a prefeitura nessa mesma eleição.

A variação no tamanho eleitoral dos partidos pode ser observada na tabela abaixo.

Tabela 21 - Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos nas eleições para a Câmara de Vereadores de Bagé, nas eleições de 1982 a 2000

Partido	1982	1988	1992	1996	2000	Total
PDS/PPB/PP	11	9	7	5	4	36
PDT	5	6	6	5	3	25
PMDB	5	2	2	3	2	14
PT	-	1	1	3	4	9
PFL	-	2	2	2	2	8
PSB	-	-	1	1	2	4
PSDB	-	1	-	1	1	3
PL	-	-	1	1	1	3
PTB	-	-	1	-	2	3
Total	21	21	21	21	21	105

Fonte: TRE-RS; Câmara de Vereadores de Bagé

As informações apresentadas pelos próximos quadros mostram o processo de ampliação no número efetivo de partidos. De 2,58 em 1982, chegou-se a 7,50 em 2000, sempre com acréscimo a cada pleito. Entretanto, quando se observa o número efetivo existente no início das legislaturas e aquele presente no final, verifica-se que a migração sempre serviu para ampliar a fragmentação. Ao contrário, nem sempre a eleição seguinte implica essa ampliação, quando comparada ao final de legislatura, pois o pleito de 1988 registrou redução do número de partidos efetivos em 0,66, e em 1992 os valores ficaram exatamente os mesmos. Nos dois pleitos seguintes (1996 e 2000), todavia, registrou-se a ampliação.

Período	N	Variação
Eleição 1982	2,58	-
Eleição 1988	3,47	(+) 0,89
Eleição 1992	4,55	(+) 1,08
Eleição 1996	5,88	(+) 1,33
Eleição 2000	7,50	(+) 1,62

Quadro 24 – Número efetivo de partidos e variação no índice, na Câmara de Vereadores de Bagé, nas eleições de 1982 a 2000

Tabela 22 – Número efetivo de partidos ao final das legislaturas e na eleição que definiu a composição da legislação seguinte, no período 1982 a 2000

Final da Legislatura	N	Eleição	N	Diferença
1982	-	1982	2,58	
1988	4,13	1988	3,47	(-) 0,66
1992	4,55	1992	4,55	=
1996	5,06	1996	5,88	(+) 0,82
2000	7,23	2000	7,50	(+) 0,27

Conforme mostram o quadro 25 e a tabela 23, ao seguir-se a classificação ideológica verifica-se que, mais uma vez, a direita esteve mais envolvida em trocas (22 das 30, sendo 10 vezes como partido de origem e 12 como de destino). O centro só esteve envolvido em duas trocas (uma como origem e outra como destino), enquanto a esquerda participou de 10 trocas (seis como origem e quatro como destino). O principal fluxo de troca foi de um partido de direita para outro de direita (oito), enquanto o fluxo esquerda-esquerda ocorreu apenas uma vez. Novamente não houve trocas centro-centro e a esquerda se mostrou mais diversificada: migrantes originários desses partidos (do PDT, para se ser mais exato) foram para os três campos ideológicos aqui considerados.

Origem	Destino	Nº de trocas
Direita	Direita	8
	Esquerda	2
Centro	Esquerda	1
Esquerda	Direita	4
	Centro	1
	Esquerda	1

Quadro 25 - Incidência da troca entre os blocos ideológicos, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1989-2000

Tabela 23 – Incidência do envolvimento dos blocos ideológicos com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1989-2000

Bloco Ideológico	Origem	Destino	Saldo
Direita	10	12	(+) 2
Centro	1	1	=
Esquerda	6	4	(-) 2
Total	17	17	=

Houve seis trocas que podem ser consideradas ideologicamente inconsistentes: duas da direita para a esquerda e quatro de esquerda para a direita. Assim como MELO (2004) havia identificado em escala nacional, as mudanças da esquerda foram realizadas por vereadores do PDT, a fonte das migrações para a direita.

Lembra-se, ainda, que duas das seis trocas foram realizadas pelo mesmo vereador, Antônio Fayad, que transitou do PDS para o PDT e do PDT para o PDS. Além disso, outras duas trocas envolveram a passagem do PDT para o PTB. Se, do

ponto de vista ideológico, elas são incoerentes, podem ser justificadas pelo fato de ambas as legendas serem da mesma vertente “trabalhista”, embora se saiba que, em escala nacional, a herança trabalhista no atual PTB se resume a sua denominação. Por fim, resta como indubitavelmente “inconsistente” a troca PFL-PDT e PDT-PSB.

3 – As migrações partidárias na legislatura 2001/04

A legislatura 2001/04 viu uma ampliação no número de migrações, as quais chegaram a 13. O desafio é explicar porque houve um número tão elevado de trocas. Uma das respostas é que o fato deu seqüência à escalada observada anteriormente: de quatro trocas em 1989/92, chegaram-se a oito em 1997/00. Todavia, considera-se que um fator foi decisivo para este comportamento da elite política bageense: a chegada do PT ao poder e todos os desdobramentos decorrentes deste fato, como se pretende demonstrar a seguir.

3.1 – O pleito de 2000

A disputa para Prefeito de Bagé no ano 2000 marcou uma importante mudança no sistema político do município. Ao invés de PDS/PPB/PP e PDT, que haviam dividido a preferência do eleitorado desde 1982, quem venceu a eleição foi o PT, por intermédio de Luiz Fernando Mainardi. Este resultado não ocorreu por acaso.

Tabela 24 – Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 2000, considerando-se os votos válidos

Coligação	Candidato	Votação	%
PT/PDT/PCdoB/PCB <i>Bagé para Todos</i>	Luiz Fernando Mainardi / Jucelino Rosa dos Santos	28.157	43,6
PPB/PSDB/PMDB/PL/PSN <i>Acima de Tudo Bagé</i>	Carlos Sá Azambuja / Irio de los Santos	25.031	38,7
PFL	Luiz Guarani Trindade de Bem /	5.671	8,8
PSB – <i>Renova Bagé</i>	Carlos Alberto Fico /	3.008	4,7
PTB	Clementino Machado Molina	2.760	4,3
Total		64.627	100,1

Fonte: TRE-RS

O primeiro aspecto é que o PT e Mainardi vinham crescendo continuamente no município. Em 1982, o partido fizera pouco mais de 1% dos votos na disputa para governador, tendo chegado a 3,9% em 1985, 28,9% em 1992 e 44,8% em 1996, ocasião em que ficou em segundo lugar na disputa para Prefeito. Em todas essas disputas, o candidato era Mainardi, que se apresentava como o preferencial, de modo semelhante ao que ocorria com Lula na presidência. Apenas em 1988 ele não concorreu ao cargo, ocasião em que o PT apresentou Sebastião Valdir Gomes. Coincidência ou não, a votação diminuiu em comparação à disputa anterior (obteve 2,9% dos votos válidos).

Ao mesmo tempo em que o partido se destacava cada vez mais na disputa eleitoral, Mainardi também crescia como liderança política. Foi vereador em dois mandatos (1983/88 e 1989/92), tendo somado 632 votos na primeira eleição e 1.029 na segunda. (LEMIESZEK, 2008, p. 153, 407) Em 1990, tornou-se o candidato a deputado estadual mais votado no município, com 5.503 votos. No total, obteve 7.047 e não conseguiu a vaga. (TRE-RS, 1990) Quatro anos depois, elegeu-se deputado federal com cerca de 22 mil votos, dos quais 17 mil obtidos no município. (Idem, 1994) Reelegeu-se em 1998, com 43 mil votos, dos quais 22 mil vieram de Bagé. (Ibidem, 1998) Em todas as eleições para deputado, além de ser o mais votado no município, apresentava votação ascendente: cinco mil em 1990, 17 mil em 1994 e 22 mil em 1998.

O segundo aspecto é que, em 2000, o PT teve ao seu lado o PDT, que apresentou o candidato a vice-prefeito, o vereador Jucelino Rosa dos Santos. O partido era, historicamente, a grande força de oposição ao PDS/PPB/PP e havia conquistado a prefeitura em duas oportunidades (1985 e 1992). Isso significou que Mainardi e o PT conseguiram formar uma frente de oposição mais forte do que a apresentada em 1996, quando o parceiro havia sido o PMDB, reconhecidamente uma legenda menos eficiente nas urnas locais.

Adiante, vale lembrar que o governo de Carlos Sá Azambuja enfrentava um importante desgaste, com atrasos no pagamento do funcionalismo público, déficit público significativo, e mais um ciclo de seca a assolar o município e a afetar a economia local. Como Azambuja era o candidato à reeleição, a crise do governo esteve diretamente em discussão no pleito e houve um julgamento pessoal muito mais do que partidário.

Por fim, o governo Azambuja chegou ao pleito dividido, isso porque houve o rompimento entre ele e o vice, Luiz Guarani Trindade de Bem, que migrou para o PFL e se apresentou como candidato a Prefeito. Desse modo, pela primeira vez, PPB e PFL foram às urnas em campos opostos, o que dividiu parcialmente a votação da “direita”. Além disso, o PTB também lançou candidatura própria, tendo em vista o interesse de sua principal liderança local, o ex-vereador e então deputado estadual, Luis Augusto Lara, em desgastar ainda mais a figura de Azambuja.

Guarani de Bem somou 8,8% ou cerca de 5.600 votos, contingente superior à diferença registrada entre Mainardi e Azambuja, que chegou a pouco mais de três mil votos. Já o candidato do PTB, o ex-vereador Clementino Molina, atingiu aproximadamente 2.700 votos, tendo ficado em último lugar.

Outro aspecto a considerar é qual parcela do PT chegava ao poder no município. Como evidenciou a revista “Veja”,

“Bagé, terra de latifúndio e de uma direita tão brava quanto o analista criado pelo escritor Luis Fernando Veríssimo, conta com 125.000 habitantes e não terá segundo turno. O prefeito está eleito. É Luiz Fernando Mainardi, do Partido dos Trabalhadores. Sua fórmula para vencer: ‘Nunca alimentei posição raivosa, xiita, de confronto gratuito. Partimos para uma disputa propositiva, para mostrar que podemos dialogar com toda a sociedade. Por isso nosso slogan ‘Bagé para todos’, diz o prefeito eleito, cujo antecessor é do PPB.” (VEJA, 2000)

A matéria da revista tem como título “Com vocês, o PT cor-de-rosa” e destaca, ainda, que “*com discurso social-democrata, o PT agiganta-se nas urnas e entra no clube dos grandes*” (Idem), no intuito de indicar que quem estava conseguindo se fortalecer era uma versão mais light e pragmática do partido.

A publicação pode ter tomado Bagé como exemplo desta tendência por causa das referências contidas na abertura (o “Analista de Bagé”, a terra do latifúndio), mas, para o trabalho, o relevante é o fato de Mainardi ter sido citado. A perspectiva da chegada de um PT disposto a “*dialogar com toda a sociedade*”, ou seja, negociar, é efetiva, como indicam: a prática política posterior, a frase do novo prefeito utilizada pela “Veja” e o posicionamento dele no partido.

O novo prefeito compunha a corrente interna “PT Amplo e Democrático”, ao lado de nomes como: Tarso Genro, Paulo Pimenta, Estilac Xavier, Adão Villaverde e Jairo Jorge. FILOMENA (2006, p. 135-136) indica que a corrente

“tem uma visão geral ideológica e estratégica orientada na sua origem pelo PRC, pelas reflexões feitas a partir da Nova Esquerda, pelos setores que vieram da Articulação e pelos dissidentes da DS. Transitou de uma

'oposição de vanguarda progressista' para uma concepção de partido e de governo como elementos comprometidos com uma visão de sociedade 'radicalmente democrática' e 'republicana'. Pensa os governos, como também o fez com a Administração Popular, como elemento constituinte de uma 'nova hegemonia' capaz de formar uma 'nova cultura política' no Brasil e no Estado. Defendeu e ainda defende um amplo leque de alianças políticas com outros partidos, desde que sob princípios políticos comuns."

A perspectiva da ampliação do leque de alianças, tendo em vista a viabilização de governos capitaneados pelo PT, foi destaque no discurso proferido por Mainardi no III Congresso Estadual da corrente, realizado em março de 2004, em Porto Alegre: "O governo Lula mostrou, também a importância de se ampliar a base de aliados. Por isto, em nossos municípios, se não for aliança com setores atrasados, desonestos ou corruptos e que tenham objetivos comuns com o nosso partido, poderemos fazer alianças, sim". (FIGUEIREDO, 2004)

Em grande medida, a aliança com PDT já era um exemplo prático desta política. No entanto, se ela garantira o apoio necessário para conquistar a Prefeitura, não fora forte o suficiente para garantir a maioria no legislativo. A distribuição de cadeiras e a composição da nova Câmara podem ser observadas a seguir.

N	Vereador	Partido
1	Antenor Teixeira	PPB
2	Elda Maria Blois Gasparri	
3	Cláudio Deibler	
4	Sônia Leite	
5	Caio (José Carlos Gularte Ferreira)	PT
6	Delvo Oliveira	
7	Luis Eduardo Colombo dos Santos	
8	Ruben Dario Salazar Arias	
9	Chico Brizola (Francisco José Rosa dos Santos)	PDT
10	Ivan Paulo de Lima	
11	Ricardo Leal Cougo	
12	Mario Mena Abunader Kalil	PFL
13	Silvio Machado	
14	Alencar Dalmolin	PMDB
15	Ivan Casartelli	
16	Adriana Lara Dias	PTB
17	Bob Carvalho Machado	
18	Paulinho Vesgo (Paulo Roberto dos Santos Figueiredo)	PSB
19	Ubaldo Brasil Saraçol	
20	Sabella (Pedro Trindade Martins)	PSDB
21	Manoel Luis Gonsalves Machado	PL

Quadro 26 – Composição da Câmara de Vereadores de Bagé, conforme a eleição de 2000

A bancada do partido do novo prefeito tornou-se a maior, ao lado do PPB, ambas com quatro cadeiras. A futura bancada governista chegaria a sete, considerando-se as três conquistadas pelo PDT. No campo oposicionista estariam, teoricamente, além das quatro do PPB, as duas do PMDB, a do PSDB e a do PL, em um total de oito. Mais próximos ao governo poderiam ser contados as duas do PSB, embora figurassem junto à oposição PFL (dois) e PTB (dois).

O cenário partidário na Câmara apontava para um governo minoritário (12 a nove). Nesse caso, uma nova “política de alianças”, a qual Mainardi se mostrava disposto a realizar, seria necessária para construir a maioria e viabilizar o governo. A política encaminhada pelo prefeito acabaria por ser um estímulo a mais para as trocas de partido, com vistas a consolidar a posição do governo no legislativo, como se pretende indicar a seguir.

Outro fator importante a considerar nesta questão é o sucesso da gestão que o governo passou a apresentar e que foi chave para que a administração apresentasse capacidade para atrair apoiadores.

3.2 – A administração Mainardi

O primeiro período do novo governo não foi fácil, tanto pelo quadro caótico em que a Prefeitura foi recebida (salários atrasados, altos índices de inadimplência, máquina pública sucateada) quanto pelo cenário político (minoridade na Câmara, manutenção da importância do PPB, recém aliado do poder). O governo do estado, na época comandado pelo PT, poderia ajudar nos dois primeiros anos, com o reforço aos investimentos no município e o apoio político a Mainardi. E, depois de 2002, este papel poderia ser exercido pelo governo federal, com o advento de Lula à Presidência. No entanto, a situação era desoladora.

Mainardi optou pelo mais simples e premente, o que fez com que apresentasse resultados positivos desde o início e conseguisse, paulatinamente, reverter o descalabro orçamentário e administrativo que havia sido registrado nos períodos anteriores. O primeiro passo foi manter em dia o pagamento dos salários do funcionalismo público, então com atrasos que chegavam a, em alguns casos, 20 meses. O que pode parecer a obrigação mínima de um administrador repercutiu positivamente na comunidade, como avaliou o jornalista Edgar Muza, quando o governo completava sete meses:

“pois bem, o que Mainardi fez: paga os funcionários em dia, pelo menos neste ano, restabelecendo o moral elevado de cada um e isto faz girar em Bagé um milhão e meio de reais, o que não acontecia no passado. (...) Por causa do débito de quase 20 milhões de reais em dívida ativa e mais de 40 milhões de débitos com terceiros, Muza expõe que não se poderia esperar muita coisa da Prefeitura. ‘O que se está fazendo é, sem prejuízo do funcionalismo, negociar as dívidas e criar projetos que possam trazer dinheiro de fora.’ (CS. 7 ago. 2001, p. 7)

Além disso, a administração procurou efetuar, paulatinamente, o pagamento dos salários atrasados, mas sempre condicionou isto à manutenção dos salários em dia e à disponibilidade de recursos em caixa. Quando completava 20 meses de governo, Mainardi declarou à imprensa: *“não posso dizer que em outubro vou pagar um mês atrasado, em novembro vou pagar outro. Não posso ser irresponsável, porque existem alterações na receita e nós temos de ter cuidado no que diz respeito à questão salarial.”* (CS. 29 ago. 2002, p. 5) Na mesma medida, incluiu o pagamento de precatório e renegociou algumas dívidas importantes para o funcionamento da Prefeitura, caso daquelas existentes com o Instituto de Previdência do Estado (IPE) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Também buscou aderir a programas e projetos dos governos federal e estadual, caso do Reluz e do PMAT (Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos), que realizou a informatização da máquina pública, recadastramento imobiliário e colocação de hidrômetros. Desse modo, o governo procurava ampliar a capacidade de arrecadação, por intermédio da readequação dos valores do IPTU e da taxa de água, da criação de novas taxas e de um incremento da capacidade de cobrança de dívidas. Ao completar 20 meses de governo, Mainardi declarou à imprensa que 10 mil execuções de cobrança da dívida ativa estavam em andamento, enquanto a dívida da própria Prefeitura era de 35 milhões. O número mostra a intensidade do descrédito do poder público frente à população, a desorganização administrativa, bem como a crise econômica que havia assolado o município como um todo. (CS. 29 ago. 2002, p. 5)

Finalmente, procurou contrair empréstimos a serem aplicados na qualificação dos serviços prestados, caso de recursos do Bannisul utilizados para a aquisição de caminhões e máquinas. Municipalizou o Geteco, uma tradicional escola privada que enfrentava dificuldades, e a transformou em escola técnica. Ainda na área educacional, conseguiu trazer para o município uma unidade da Universidade Estadual (UERGS). As metas do governo centravam-se em três setores,

considerados vitais para o desenvolvimento e a geração de emprego e renda: fruticultura, turismo e produção cerâmica. (CS. 30 ago. 2002, p. 4)

Os bons resultados apareceram. O presidente do Sindilojas, Luís Fernando Dalé, foi enfático na avaliação do governo, realizada quando ele completava sete meses:

“grato tem sido o trabalho do prefeito Luiz Fernando Mainardi e de seus comandados que, desenvolvendo uma atividade transparente e de muita ação, trazem renovadas expectativas de desenvolvimento industrial, apoio ao comércio e à fruticultura, nas áreas de cultura e turismo, tendo com as entidades empresariais uma perfeita consonância e parceria.” (Idem)

O ex-prefeito Luís Kalil classificou a gestão administrativa como “*moderna, pois, segundo ele, ‘atua em todas as áreas’*. O pagamento do salário já no primeiro mês causou uma impressão positiva, não só nos funcionários, como na comunidade em geral. Na seqüência, argumentou que em todos os setores houve ‘trabalho e investimento.’ (CS. 9-10 out. 2004, p. 5)

Em 2005, quando Mainardi já estava em seu segundo mandato, o articulista Antônio Luis Girassol, da coluna “Fogo Cruzado” afirmou que:

“faz um dos melhores governos da história de Bagé, fato que poucos contestam. Além de pagar o funcionalismo em dia, traz recursos e amplia, a cada dia, benefícios à população. Inegavelmente que, pelo fato de o governo central ser do PT, também favorece o trabalho de Mainardi, mas, se não tivesse competência, também não saberia aproveitar essa vantagem.” (MINUANO. 1 dez. 2005)

3.3 – A gestão da coalizão

Se do ponto de vista administrativo e econômico a situação era complexa, mas os resultados estavam aparecendo, nenhum desafio foi mais difícil do que administrar a própria coalizão que formava o governo. E, ao contrário do que se possa pensar, as dificuldades principais não ocorreram na Câmara. Apesar de não possuir maioria nominal, o balanço do primeiro ano era extremamente favorável: de 145 projetos enviados, 139 haviam sido aprovados, um arquivado e cinco ainda tramitavam. (CS. 31 dez. 2001-1 e 2 jan. 2002, capa) Ou seja, a Câmara apoiou a série de iniciativas do governo, sendo que muitas delas dependiam da aprovação do legislativo, caso do PMAT, anteriormente comentado.

Em realidade, o maior adversário se mostrou o PDT. Basicamente, o conflito se deu pela capacidade de influenciar as decisões governamentais e pela

concorrência para capitalizar para a própria instância partidária os êxitos obtidos pela administração.

Um pouco dos conflitos já estavam presentes na declaração do presidente municipal do PT, Flávio Dajulia Borba, ao avaliar os sete primeiros meses de governo. Segundo ele, a chegada do PT à Prefeitura cortou um ciclo ora de radicalismo de direita, ora de populismo, em uma crítica tanto ao PP quanto ao PDT. E complementou que *“o papel do nosso maior aliado no governo, o PDT, ainda nos causa muita preocupação”*. (CS. 7 ago. 2001, p. 7)

A crise entre o governo Mainardi e o PDT ganhou maior fôlego ainda no primeiro ano, quando o vereador Chico Brizola, irmão do vice-prefeito Jucelino e antigo líder da Juventude Socialista, fez um contundente pronunciamento na Câmara, no qual defendeu o rompimento entre os dois partidos. Para ele, *“o PDT não pode ficar refém de uma gurizada irresponsável, que não sabe nem fechar a bragueta”*. (CS. 23 nov. 2001, capa)

A resposta da Executiva municipal do PT foi cobrar o posicionamento partidário do PDT sobre a declaração de Chico Brizola, ao mesmo tempo em que afirmou que:

“entendemos por inoportuno, desqualificado, agressivo, rebaixado e irresponsável, pois pessoaliza e reduz o debate com um partido aliado que, seguindo a sua lógica interna e o seu tempo, procura melhores caminhos para consolidar uma forma de governar este município que, depois de tantos anos, começa a superar problemas estruturais históricos.” (CS. 27 nov. 2001, p. 3)

Na época, o articulista Marcelo Teixeira anotou que:

“todos sabemos que a antipatia entre PT e PDT é congênita, universal e está fundada muito mais em preconceitos do que em divergências ideológicas. Para o PDT é conveniente a imagem recentemente maculada, de partido-todo-puro do PT. Por outro lado, para o PT é conveniente a estrutura, o tamanho e a tradição do PDT. A par destas conveniências está faltando humildade de ambos os lados (...) e a prova disso é que, na última eleição, se eles não tivessem coligados, teriam perdido a eleição. (...) Qual teria sido, então, o acontecimento que desencadeou o desabafo de Chico Brizola e que desestabilizou aqui que, até então, estava aparentemente firme e seguro? Da entrevista exibida no jornal local da RBS interpretei que nada de relevante aconteceu e, se aconteceu, foi aquela famosa ‘gota’ que entornou o copo, ou seja, não foi nada grave, mas foi o suficiente para fazer extrapolar uma mágoa contida. Na entrevista Chico Brizola deixou claro que lhe incomoda a situação de ‘capitis diminutio’ vivida pelo seu partido, isto é, o PDT estaria sendo relegado a um segundo plano na administração municipal.” (TEIXEIRA, 28 nov. 2001)

Um segundo episódio da crise ocorreu por ocasião da escolha da mesa diretora da Câmara para 2002. Conforme o acordo estabelecido por seis partidos, antes do início da legislatura, em 26 de dezembro de 2000, com o aval do futuro governo Mainardi, a presidência do legislativo seria do PFL no primeiro ano – o que ocorreu por intermédio de Silvio Machado –, cabendo o segundo ano ao PSB, o terceiro ao PMDB e o quarto ao PDT. (CS. 13 dez. 2001, capa) O nome indicado pelo PSB seria o do vereador Ubaldo Saraçol, mas este declinou em benefício do colega de bancada Ricardo Cougo, recém filiado ao partido e oriundo do PDT. No entanto, o PDT vetou o nome, sob a alegação de que Cougo traíra a legenda, razão pela qual procurou formar uma outra chapa para ocupar a Mesa Diretora.

O governo Mainardi, por sua vez, sustentou o apoio à combinação anteriormente estabelecida, considerou que caberia ao PSB indicar o nome e que tal indicação deveria ser respeitada, fosse ela qual fosse. O prefeito estava tão preocupado com o fato que cancelou viagem à Brasília previamente marcada, convocou a imprensa e conclamou os vereadores a “*cumprirem o compromisso assumido*”, ao mesmo tempo em que fez uma declaração que não foi muito considerada na época, mas é de vital importância para a presente pesquisa, tendo em vista o quanto revelou uma estratégia política que sempre esteve no planejamento de Mainardi: “*se eu perder a base na Câmara pelo descumprimento e irresponsabilidade no trato de compromissos assumidos, formarei outra base de sustentação ao governo*”. (Idem)

Em uma sessão muito tensa, quem acabou eleito para Presidente do Legislativo foi Ivan Paulo de Lima, do PDT, com 12 votos a oito, em uma chapa em que partidos claramente de oposição tinham destaque: o PTB na primeira vice-presidência (Bob Machado), PT na segunda secretaria (Rubem Salazar), PSDB na primeira secretaria (Sabella) e PDT na segunda secretaria (Cláudio Deibler). A alegação dos vereadores foi a de preservar a independência dos poderes, e até mesmo o líder do governo na Câmara (Delvo Oliveira, PT) votou contra a chapa preferida pelo Executivo. O jornal “Correio do Sul” apresentou uma manchete que não deixava dúvida: “*eleição de Ivan Lima resulta na derrota política do governo*”. (CS. 14 dez. 2001, capa)

A situação era inusitada: a presidência da Câmara estava em mãos do partido do vice-prefeito e um dos sustentáculos do governo, por isso, aparentemente não ocorrera nenhum tipo de derrota. Contudo, dado os conflitos entre PT e PDT,

efetivamente a administração Mainardi não conseguira que seus interesses fossem atendidos no legislativo, e viu o PDT ficar fortalecido em detrimento do PSB, que se apresentava como um aliado mais confiável.

Apesar deste momento de queda de braço entre o PT e o PDT, foi possível conciliar as diferenças e as duas legendas continuaram unidas a comandar o município. Em 2002, quando concorria a deputado estadual, Jucelino procurava dar um tom de proximidade entre as forças majoritárias dos partidos, ou seja, ele e o prefeito, tanto que previa um longo período de aliança entre as legendas: “*vamos indicar um vice para o Mainardi e ganhar de novo a Prefeitura e vamos fazer outros belos quatro anos de governo no município*”. (CS, 18 set. 2002, p. 5). No entanto, não escondia as dificuldades na relação entre os partidos:

“internamente, dentro do próprio partido, tem os contentes e os descontentes (...). O princípio em que essa coligação foi montada, os acordos iniciais foram mantidos em 100%. Nosso governo é difícil, porque é heterogêneo, tem várias correntes de pensamento dentro do governo. O Mainardi, como prefeito, tem que atuar meio como um equilibrista.” (CS. 18 set. 2002, p. 5)

3.4 – As trocas da primeira metade da legislatura 2001/04

Em um cenário como esse, a perspectiva de que ocorressem trocas de legenda surgiu muito rapidamente, embora elas ainda não derivassem diretamente do governo Mainardi. Os vereadores tomaram posse no dia primeiro de janeiro de 2001, mas a atividade da Câmara ganhou força apenas em março, quando se encerrou o período de recesso e o trabalho da comissão representativa. Já no mês seguinte, o jornal “Correio do Sul” afirmava que

“um dos partidos que sustenta o governo na Câmara vai perder vereador. O governo não perde nada uma vez que ele continuará na situação, embora a ação traga ao plenário mais um partido. O vereador mutante, tudo indica, vai dotar o PPS de uma cadeira no legislativo (...). Mesmo que o destino do vereador, que ainda não autorizou divulgar seu nome, não seja o PPS, no seu atual partido não fica nem um mês mais. Isso se chama defecção? Pode até ser, mas o caso parece ser mais de ajuste, puro e simples.” (CS. 28-29 abr. 2001, p. 4)

O jornal estava bem informado. Pouco dias depois, no início de maio, o vereador Ricardo Cougo anunciou a saída do PDT, partido no qual militava desde o final dos anos 1980 e pelo qual ficara como primeiro suplente de vereador em 1996 e obtivera o primeiro mandato em 2000. As razões alegadas foram conflitos internos

que se arrastavam há 12 anos, os quais saíram do âmbito político e chegaram ao pessoal, com discordância frontal com a política interna. (CS. 3 maio 2001, p. 3)

Mas ele não foi para o PPS como especulava o “Correio do Sul”, preferiu ficar independente por aproximadamente cinco meses, pois só foi filiar-se ao PSB em outubro do mesmo ano, o que foi oficializado em uma solenidade que contou com a presença de Anthony Garotinho, então governador do Rio de Janeiro e pré-candidato à Presidência da República. (CS. 3 out. 2001, p. 5) A importância que Cougo adquiriu no PSB pode ser verificada pelo de que, além de ter sido apontado como nome da sigla para a presidência da Câmara – como foi visto há pouco –, em 2002 ele foi indicado pelo diretório municipal do partido como pré-candidato a Senador, o que não foi confirmado na convenção estadual (CS. 20 maio 2002, p. 5, 24 jun. 2002, p. 5), e ele não concorreu a nenhum cargo eletivo no pleito de 2002.

Com essa migração, o jornalista Ernesto Lima, da coluna “Panorama” anotou que:

“é remota a hipótese de alterar-se o quadro das bancadas da Câmara Municipal. Depois que saiu Ricardo Cougo do PDT e que Ruben Salazar afirmou que fica no PT, não há nenhum vereador disposto a mudar de camiseta, pelo menos neste ano. A poeira baixou um pouco e somente noutras áreas poderá estar havendo algo que deixe suspeita de desentendimento.” (CS. 10 maio 2001, p. 4)

O colunista estava enganado. Em agosto de 2001, Mário Mena Kalil anunciou que estava se desligando do PFL e que ficaria independente, porém não deu explicações para a mudança e evitou entrevistas. (CS. 25-26 ago. 2001, capa) Alguns dias depois, no entanto, o PDT fez festa na cidade para receber o vereador. (CS. 30 ago. 2001, capa) A mudança havia se dado porque o PFL local apoiaria a candidatura de Onix Lorenzoni e não atenderia o desejo do vereador de concorrer a deputado federal.

Em 2002, recém passada a eleição, Mena Kalil refez esta migração. Ele retornou ao PFL e se tornou candidato à vice-prefeito em 2004 pela coligação “Bagé Forte e Solidária”, formada também por PP e PTB, e que tinha a vereadora Sônia Leite como concorrente a prefeito.

O PPB também sofreu defecção. Em setembro de 2001, Cláudio Deibler abandonou a legenda pouco depois da convenção municipal, em razão de discordâncias de ideologias, procedimentos e atitudes da direção partidária. O vereador também se disse magoado, excluído, mas declarou que: “*sigó em frente na*

minha trajetória política, procurando e pedindo a Deus que me mostre o caminho certo.” (CS. 25 set. 2001, p. 4)

O destino dele foi o mesmo de Mena Kalil: vinculou-se ao PDT. A cerimônia de adesão ocorreu na Câmara de Vereadores e contou com a presença de importantes lideranças do novo partido. Deibler foi recebido por cantos religiosos de louvor, entoado por adeptos e pastores das Igrejas Assembléia de Deus e Família de Deus, as quais era vinculado.

Em setembro de 2002, no entanto, já havia acabado o clima de cordialidade existente entre o PDT e os novos filiados. Cláudio Deibler foi à tribuna da Câmara afirmar que comandaria a resistência aos que se consideravam donos do partido e não deixaria de desenvolver o seu trabalho. Segundo ele, a festa realizada para recepcioná-lo e a Mena Kalil, *“já deixou de existir”*. (CS. 3 set. 2002, capa)

A resposta do aguerrido presidente do partido, o vice-prefeito Jucelino, não demorou. No dia seguinte, ele divulgou nota na qual afirma que o Diretório Municipal só aceitou a filiação de Deibler depois de muitas resistências, sendo que foi preciso que ele e o irmão, o vereador Chico Brizola, quase impusessem a aceitação do novo filiado.

“Encaminhamos Vossa Senhoria pela porta da frente de nosso partido, de nossa casa. Apresentamos ao senhor tudo o que temos de bom e valioso, entregamo-lhe um tesouro no momento em que passou a conviver com os nossos, recebemo-lhe com carinho e afeto. Uma coisa só não foi possível, foi o senhor tornar-se um dos nossos. Seu coração não aceitou nossas inúmeras manifestações de apreço.” (CS. 4 set. 2002, capa)

No final da nota, o recado não pode ser mais direto: *“portanto, não me resta outra alternativa de, assim como te convidei para vires para o meu PDT, te convido agora, para saíres do meu PDT”*.

Na sua resposta, Deibler afirmou que Jucelino era o dono do PDT e que se servia da legenda em busca de projetos pessoais, razão pela qual era vice-prefeito, presidente do Diretório Municipal e, agora, candidato preferencial ao cargo de deputado estadual. Por fim, afirmou que *“com festa ou foguetes, com ou sem convites para ficar ou para sair, se tiver que falar ou denunciar, não deixarei de fazê-lo porque este é um imperativo de minha consciência.”* (CS. 6 set. 2002, capa)

O bate-boca continuou. Ao ser entrevistado pelo “Correio do Sul” alguns dias depois, em uma série realizada com os candidatos a deputado do município, Jucelino afirmou: *“não sou candidato da vaidade (...) eu sou candidato de um grupo*

de pessoas que pensa alguma coisa para Bagé (...) eu sou candidato de um partido.” E criticou aqueles que *“companheiros chegados agora, que querem, isso sim, se adonar do nosso partido.”* (CS. 18 set. 2002, p. 5)

Como resultado do conflito, Deibler deixou o PDT ainda naquele ano e filiou-se ao PMDB.

A onda de migração às vésperas do encerramento do prazo legal para quem pretendesse concorrer ao pleito de 2002 continuou com Ivan Casartelli, que deixou o PMDB e foi para o PL. Ele afirmou que a mudança não foi ocasionada por conflito com o seu partido, e sim porque *“a comunidade é minha prioridade, o partido fica em segundo plano”*, o que foi confirmado pelo dirigente do PMDB, o ex-vereador Luiz Carlos Deibler. (CS. 26 set. 2001, capa) A declaração não deixa de ser autêntica, pois a troca ocorreu apenas para que o vereador pudesse concorrer a deputado federal no ano seguinte.

Assim, o primeiro ano da legislatura se encerrou com quatro trocas, sendo que em duas delas a motivação parece ter sido a perspectiva de conseguir mais facilmente uma candidatura de deputado. Nas outras duas, o conflito com a direção partidária foi a motivação alegada pelos parlamentares. As migrações de Mena Kalil e Deibler, que foram para o PDT, teoricamente haviam alterado o panorama político da Câmara, pois deixaram partidos de oposição ao governo Mainardi (PFL e PPB) e reforçaram a bancada situacionista, que chegava a 11 votos contra 10 da oposição – aspecto a ser observado na seqüência do texto.

Um fator a considerar como motivação para duas das trocas ocorridas em 2001 está vinculada à figura de Mainardi, embora não diretamente relacionado ao seu governo ou a ações por ele empreendidas. A questão é que a eleição do deputado federal Mainardi para Prefeito em 2000 deixara em aberto a *“representação política do município”*. Lideranças locais pretendiam obter, no pleito seguinte, os votos que a população vinha atribuindo a Mainardi – lembra-se que a votação dele era crescente no município. Desse modo, para além do interesse de cada partido em ter um representante local na lista de candidatos – o que fazia com que muitos vereadores concorressem apenas para ajudar a legenda, sem ter perspectivas de garantir um mandato –, na eleição de 2002 havia uma parcela significativa de votos *“à disposição”*, *“sem candidato preferencial”*, o que aumentava as chances de vitória. Desse modo, algumas trocas tiveram em vista uma condição mais favorável para pleitear tais votos e alavancar a carreira política.

Não foi por acaso que dois dos vereadores migrantes acabaram por concorrer a deputado federal, exatamente a vaga deixada em aberto com a renúncia de Mainardi. Mário Mena Kalil deixou o PFL, cujo diretório municipal estava em negociações com Onix Lorenzoni, e migrou para o PDT, legenda que acenava com uma candidatura; assim como Ivan Casartelli deixou o PMDB e foi para o PL. Houve um terceiro vereador indicado pelos diretórios municipais: o PT apresentou Caio Ferreira na tentativa de manter os votos que vinha sendo dados ao então prefeito municipal.

Todavia, quem foi mais beneficiado pela saída de Mainardi acabou sendo o ex-vereador Afonso Hamm, do PPB, que obteve metade de seus 38 mil votos no município (19.153) e foi o mais votado em Bagé. Mesmo assim, ficou como suplente.³ Em 1998, quando ele e Mainardi disputaram o mesmo cargo, o prefeito fizera 22 mil votos e Hamm, 16 mil.⁴ (TRE-RS, 1998, 2002)

No caso de deputado estadual, a liderança local era o ex-vereador Luis Alberto Lara, então em busca do segundo mandato. Ele foi o mais votado no município em 2002, com 18.355 votos e conquistou a reeleição com 38.227 votos – votações muito semelhantes àquelas obtidas por Hamm. Mas outros candidatos postularam o voto do bageense, em mais um desdobramento dos conflitos entre PT e PDT, a ser observado adiante, pois ambos lançaram candidatos preferenciais, e um tirou votos do outro.

Se Mário Mena conseguiu concorrer a federal pelo PDT, isso também ocorreu porque o partido tinha um candidato para estadual, o vice-prefeito Jucelino Rosa dos Santos, que seria beneficiado pela “dobradinha” com outro candidato local. Jucelino foi o quarto mais votado no município, com 4.826 votos (somou no total 8.618), tendo ficado atrás do vereador Luís Eduardo Colombo (PT), segundo mais votado, com 5.741 votos em Bagé e 9.150 no total. Nenhum dos dois se elegeu, mesma situação do quarto mais votado no município, Carlos Sá Azambuja, com 5.335 votos e 7.414 no total. (Idem)

³ - Afonso Hamm só conseguiria o mandato de deputado federal em 2006, ao somar 65.297 votos. Ficou com a quinta e última vaga do PP, mas em Bagé repetiria o feito de ser o mais votado, com 22.337. Vê-se que o ex-vereador apresenta votação crescente: 16 mil em 1998, 19 em 2002 e 22 em 2006.

⁴ - Mário Mena Kalil foi o segundo mais votado em Bagé, na disputa para deputado federal em 2002, com 14.796 votos, seguido por Caio Ferreira, 5.009. Ivan Casartelli obteve 1.538 votos, tendo ficado atrás de Luciana Genro (2.503) e Alceu Collares (1.909).

O resultado eleitoral do ex-prefeito, ex-deputado federal e ex-deputado estadual era um indício do ocaso político vivido por Azambuja: a sua liderança havia sido ultrapassada pelos adversários, Mainardi em especial, bem como em seu próprio partido (PPB). O contraste com o desempenho apresentado em disputas anteriores era notável: em 1986, quando se elegera deputado estadual, somara 23.215 em Bagé e 29 mil em todo o estado; quatro anos depois, em 1990, ao se tornar deputado federal, haviam sido 19.577 votos em Bagé e 41 mil no total; e em 2000, apenas dois anos antes, na disputa para Prefeito, obtivera 25 mil votos.

Também foi candidato o ex-vice-prefeito Guarani de Bem (2.686 votos no município), que declarou à imprensa que não pretendia concorrer e que a sua candidatura surgira muito mais para ajudar Lorenzoni, preferencial do diretório municipal do PFL a deputado federal, pois assim ele faria “dobradinha” com um candidato local. (CS. 28-29 set. 2002, p. 8) Outro postulante ao cargo foi o vereador Paulo Figueiredo, o Paulinho Vesgo, que havia sido uma surpresa nas eleições de 2000, pois não tinha carreira política anterior e era uma figura folclórica da cidade, homossexual assumido e torcedor símbolo do Guarany Futebol Clube, uma das principais equipes de futebol profissional, ao lado do Grêmio Esportivo Bagé. Ele somou 1.963 votos no município.

Além de Luis Eduardo Colombo, indicado pela corrente “Democracia Socialista”, o PT apresentou outro candidato com vínculos com o município: o coordenador do Orçamento Participativo estadual na região, Luis Henrique Farias Rodrigues, que obteve 937 votos. No entanto, o Prefeito Mainardi apoiava outro candidato, sem ligação direta com a cidade: o parceiro da corrente “PT Amplo e Democrático”, Estilac Xavier, que obteve 467 votos no município e conseguiu se eleger.

Col.	Federal		Estadual	
1º	Afonso Hamm (PP)	19.153	Lara (PTB)	18.355
2º	Mário Mena (PDT)	14.796	Dudu Colombo (PT)	5.741
3º	Caio Ferreira (PT)	5.009	Gerhard Martens ⁵ (PSDB)	5.626
4º	Luciana Genro (PT)	2.503	Carlos Azambuja (PP)	5.335
5º	Alceu Collares (PDT)	1.909	Jucelino (PDT)	4.826
6º	Ivan Casartelli (PL)	1.538	Alencar Da Molin (PMDB)	1.729
7º	Greice da Silva (PTB)	1.499	Guarani de Bem (PFL)	2.686
8º	Onyx Lorenzoni (PFL)	1.132	Paulinho Vesgo (PSB)	1.963

Quadro 27 – Candidatos a deputado federal e a estadual mais votados no município de Bagé, nas eleições de 2002

Fonte: TRE-RS

Embora 2002 fosse um ano eleitoral, quando o ritmo de trocas normalmente se reduz, não foi isso o que ocorreu: houve três mudanças – e um quarto rompimento, cuja adesão a outra legenda só se concretizou no ano seguinte. No entanto, duas delas se concentraram no último trimestre e refletiram o resultado das eleições ocorridas em outubro.

Os dois primeiros casos foram relatados anteriormente: Deibler deixou o PDT e foi para o PMDB, e Mena Kalil também saiu do PDT e retornou ao PFL. Alguns meses antes, em abril, o ex-presidente da Câmara em 2001, Sílvio Machado, rompeu com o PFL e, pouco depois, filiou-se ao PT. (CS. 30 abr. 2002, capa; 30 maio 2002, capa) A inusitada mudança do ponto de vista ideológico e em relação ao cenário nacional, já era comentada pelos colunistas políticos e nos meios políticos em geral, tendo sido motivada pela afinidade crescente que se estabelecia entre o vereador e o governo Mainardi, do qual o PFL fazia oposição. Outro aspecto a se destacar é que a saída de Machado fez com que, ao menos circunstancialmente, o PFL perdesse representação na Câmara, visto que o outro vereador a se eleger pela legenda, Mário Mena Kalil, havia migrado no ano anterior.

A lacuna seria sanada pelo PFL em 2003, quando conseguiu a adesão de Manoel Machado. Este deixou o PL no final de 2002, logo depois da eleição da Mesa Diretora, ocasião em que Ivan Casartelli, seu colega de bancada, votou contra a orientação partidária, o que fez com que o PL perdesse a vice-presidência da casa. O Diretório Municipal, reunido em 30 de dezembro de 2002, chegou a expulsar Casartelli, sob a alegação de descumprimento do estatuto do partido. (CS. 7 jan.

⁵ - Trata-se de um médico com atuação na Colônia Nova, município de Aceguá, recém emancipado de Bagé. Havia ficado em segundo lugar na primeira disputa para o Executivo daquele município, colocação que repetiria em 2004. Finalmente, em 2008, conseguiu se eleger Prefeito, sempre pelo PSDB.

2003, p. 2) Todavia, ele recorreu ao Diretório estadual, que dissolveu o diretório municipal e revogou a expulsão, tendo como justificativa para a intervenção, “*divergências insuperáveis entre os filiados*”. (CS. 9 jan. 2003, p. 5) Então, Manoel Machado e um grupo de filiados deixaram a sigla. O vereador ficou como independente por quatro meses até se vincular ao PFL, em abril de 2003. A razão alegada foi o bom relacionamento que mantinha com o deputado Onix Lorenzoni e “*grande simpatia pela sigla*”. (CS. 30 abr. 2003, p. 2)

3.5 – O rompimento PT-PDT e a formação de novas alianças em 2003-04

O papel fundamental do governo Mainardi nas trocas partidária ocorridas no município ganhou visibilidade a partir da metade final da legislatura, quando a perspectiva de reeleição tornou-se mais presente e o rompimento da aliança PT-PDT deu início a uma nova política de alianças comandada pelo Prefeito.

Como foi visto anteriormente, apesar de alguns conflitos mais acirrados, a aliança PT-PDT continuou a governar a cidade sem atritos mais graves até maio de 2003, quando ocorreu o rompimento definitivo. Em 22 de abril, o Diretório Municipal do PDT decidiu por ampla maioria que o partido apresentaria candidatura própria a Prefeito no ano seguinte. O fato por só não significava que não haveria acordo com o PT, mas impunha que, em uma eventual coligação, a cabeça da chapa seria do partido. No entanto, como Mainardi era o candidato natural à reeleição, a medida foi vista como o anúncio de um rompimento da coalizão que comandava o município.

As reações não se fizeram esperar. O ex-prefeito Luiz Alberto Vargas, um dos nomes preferidos pelo PDT para concorrer novamente ao cargo, anunciou a desfiliação. Depois de se empenhar pessoalmente para que o acordo entre PDT e PT fosse selado em 2000, ele considerava que a aliança deveria ser mantida, pois o governo Mainardi estava cumprindo integralmente os compromissos assumidos para com o partido.

Ao tomar a atitude extrema de abandonar o partido pelo qual havia sido eleito para o Executivo em duas oportunidades e na qual militara durante toda a vida política, Vargas pôs a público as fissuras do PDT em relação à postura a adotar frente ao governo Mainardi. Além de elogiar o governo, ele criticou o seu partido, que não teria tido a habilidade política necessária na hora de reivindicar o quinhão. No início da administração, o PDT não reivindicou as secretarias de Educação e de

Saúde, consideradas por ele as mais importantes em termos políticos e também em relação às bandeiras de luta do partido. E só teria assumido a da Saúde no início do ano de 2003, quando o vice-prefeito Jucelino ficou com o cargo. (CS. 1-2 maio 2003, capa e p. 5)

Jucelino respondeu a Vargas, indicando que não tinha a pretensão de ser secretário municipal de saúde e que havia assumido o cargo apenas para garantir que a pasta ficasse com o PDT, já que o partido não conseguia definir um nome de consenso. Ele também tentou minimizar a decisão tomada pelo Diretório, ao dizer que o assunto fora debatido em meio a um processo de reestruturação da legenda e que era apenas uma possibilidade, e não uma estratégia já definida. (Idem, p. 6)

A declaração do vice-prefeito, também presidente municipal do PDT, mostra a ambigüidade a que ele se via submetido. Por um lado, era favorável à manutenção da coligação com o PT e procurava, a partir desse posicionamento, lutar para que o espaço do partido na administração fosse cada vez maior – razão de alguns conflitos com o PT e com o próprio governo. De outro, setores do partido no município eram contrários ao acordo, viam-no como favorável ao PT e prejudicial ao PDT, e pretendiam, a partir do rompimento, reorganizar a legenda para retomar o comando da Prefeitura. Se a posição pelo rompimento vencesse, como ocorrera, caberia a Jucelino, na condição de presidente local, encaminhar o processo, o que traria reflexo direto na participação do PDT no governo, sendo que o cargo dele, vice-prefeito, não era passível de demissão. Não acatar o posicionamento do Diretório implicava renunciar ao cargo, optar claramente pela manutenção no governo e deixar o controle do partido.

Forçado a tomar uma posição ou tendo em vista aproveitar a oportunidade de concretizar um desejo que foi oferecida pelo PDT, o Diretório Municipal do PT decidiu por unanimidade, em 29 de abril, sugerir que o prefeito Mainardi rompesse a coalizão dos dois partidos no governo municipal.

Em um primeiro momento, Mainardi evitou comentar o impasse, mas, alguns dias depois, decidiu pelo rompimento e passou a requisitar os cargos que o PDT vinha ocupando no governo. O Prefeito alegou uma razão principal: as duas direções partidárias haviam se manifestado publicamente pelo rompimento, o que o deixou sem condições políticas para sustentar o acordo, embora isso contrariasse o seu espírito agregador e “frente-amplista”. Ele enfatizou que a decisão do PT havia sido tomada de modo unânime, em reação à decisão do PDT, o que inclui também a

corrente a que ele pertence, PT Ampla e Democrática, que em outras oportunidades havia sustentado o apoio à coalizão. (CS. 6 maio 2003, p. 3; 7 maio 2003, p. 5)

A reação das lideranças do PDT, especialmente aquelas vinculadas ao governo e que eram favoráveis à manutenção do acordo, foi de repúdio à decisão de Mainardi. Jucelino acusou-o de ter traído o PDT, enquanto Sapir Brito, então secretário adjunto de cultura e ex-vice-prefeito na segunda gestão de Vargas, disse que o prefeito “*se fez de louco para nos atirar pedras*”; o vereador Chico Brizola afirmou que o PT não passava de sanguessuga, que havia se utilizado dos votos do PDT para conseguir se eleger. (Idem)

A interpretação apresentada naquele momento era de que Mainardi havia aproveitado a oportunidade para romper a difícil coalizão com o PDT e que, portanto, a ala favorável à manutenção do acordo havia sido vítima de uma “trama maldosa e interesseira”, como declarou Jucelino, na qual o grande prejudicado havia sido o partido. Em certa medida, o comentarista político, Edegar Muza, concordou com esta interpretação: “*com todos esses ingredientes a seu dispor, Mainardi acabou ficando com ‘a faca e o queijo na mão’*. *Daí até a decisão comunicada ontem foi um passo*”. (Idem)

Alguns anos depois, Jucelino voltou a comentar publicamente que não esperava que os conflitos chegassem ao ponto de rompimento, pois imaginava que, em nome de um acordo vantajoso para ambos, conseguiria controlar os filiados do PDT, enquanto Mainardi preservaria a coalizão e procuraria manter o tom conciliador com que vinha caracterizando a sua administração. “*Até hoje a população não sabe o porquê do rompimento daquela aliança. ‘Nem eu mesmo sei. E olha que eu era o vice-prefeito e presidente do partido’*”. (MINUANO. 26 mar. 2008)

Para o PDT, o custo do rompimento com o governo foi elevado, pois muitos filiados não concordaram com a posição tomada e preferiram se afastar. Este foi o caso da Secretária de Ação Social, Carmen Vargas, esposa de Luiz Alberto Vargas, que deixou o governo e o PDT, vindo depois a se filiar ao PT, legenda pela qual elegeu-se vereadora em 2004. (CS. 3 out. 2003) O ex-prefeito também se desfiliou, mas preferiu não aderir a nenhuma outra legenda. O ex-vereador Adão César Matos Veiga seguiu o mesmo caminho e vinculou-se ao PT. Já o Procurador Jurídico do Município, Gildásio Brum, rompeu com o partido e manteve o cargo no governo.

A oposição, por sua vez, comemorou o racha no governo. O presidente do PP, vereador Antenor Teixeira, declarou que assim “*eles estarão entregando o*

Executivo". (CS. 1-2 maio 2003, p. 5) No entanto, a oposição, estava desconhecendo o espírito "frente-amplista", com o qual Mainardi se auto-classificou, assim como afirmações anteriores dele no sentido de que recomporia a base de apoio ao governo, se isso fosse necessário. Desse modo, ele rapidamente iniciou contato com outras legendas, no intuito de formar uma nova coalizão e pavimentar a coligação que o apoiaria na tentativa de reeleição no ano seguinte.

Em realidade, os acordos haviam começado na reforma do secretariado promovida pelo prefeito no início de 2003. Nessa oportunidade, o PSDB passou a apoiar o governo graças à indicação a Secretário de Turismo de Pedro Trindade Martins, mais conhecido como Sabella, vereador em primeiro mandato, professor de educação física e dirigente do Guarany Futebol Clube. Com a saída de Sabella, a bancada do PSDB passou a ter como vereador Paulo Delevatti.

Na nova fase, o primeiro partido que aceitou compor o governo foi o PTB. O acordo foi anunciado poucos dias após a saída do PDT. Mainardi ofereceu secretarias aos dois vereadores do partido: Adriana Lara ficou com a de Ação Social, anteriormente ocupada por Carmen Vargas⁶, e Bob Machado, com a recém-criada de Habitação. Adriana Lara justificou a adesão ao dizer que o governo não era ideológico e, por isso, havia lugar para todos. (CS. 13 maio 2003, capa)

Mais do que recompor a base de apoio ao governo na Câmara – o PTB tinha os mesmos dois votos do PDT –, a medida atingia diretamente o deputado estadual Luis Augusto Lara, um possível concorrente de Mainardi no pleito de 2004. Tanto que Bob Machado afirmou que, naquele momento, o diretório não estava organizado no município, razão pela qual ninguém poderia falar pelo partido e orientar o comportamento dos vereadores. (CS. 9 maio 2003, p. 5)

A resistência do PTB ocorreu rapidamente. A Executiva Estadual solicitou que os vereadores se afastassem dos cargos no governo municipal e que a postura deles fosse discutida no âmbito do partido, o que não foi acolhido por eles. Ao invés de expulsar os dois vereadores licenciados, como era especulado, o PTB decidiu partir para o contra-ataque: o deputado Lara informou que assumiria a presidência do diretório municipal e que o partido era, de fato, de oposição ao governo Mainardi na Câmara. Logo, os dois vereadores licenciados "*não representam a posição do*

⁶ - Mesmo tendo rompido com o PDT e sido convidada a permanecer no cargo pelo Prefeito, Carmen recusou o convite, o que não significou rompimento com o governo municipal.

partido. Eles são secretários do governo do PT”, declarou à imprensa. (CS. 10 jun. 2003, p. 5)

O impasse estava colocado, pois, aparentemente o apoio do PTB recompunha a base do governo na Câmara. No entanto, os suplentes que assumiram no lugar dos secretários adotaram posições diferentes. Olnei Gomes, ex-candidato da legenda à prefeitura em 1996, passou a votar conforme a orientação do governo, enquanto Santa Geneci da Silva, mais conhecida por Santinha, manteve-se ao lado da orientação emanada pelo deputado Lara e a fazer oposição ao governo. A alternativa, nesse caso, foi a de Bob Machado retornar à Câmara, sempre que votações estratégicas estivessem em discussão.⁷

Como resultado dessa situação, Machado acabou por deixar o PTB às vésperas do prazo legal para quem quisesse concorrer em 2004. O partido que ele escolheu foi o PMDB, que também passara a compor o governo Mainardi – o que será observado adiante – e, como parte do acordo, ele sedimentou os apoios necessários para ser o presidente da Câmara em 2004.

Alguns dias depois, o PL ingressou no governo local, ao receber a Secretaria de Administração. O anúncio foi realizado pelo vereador Ivan Casartelli, que afirmou que, diante do quadro da saída do PDT, a legenda não poderia deixar de participar, bem como que *“a comunidade sabe que esse vereador está trabalhando com o governo”*. O nome indicado pelo partido para o cargo revela as profundas mudanças que o cenário partidário local vivenciava por conta da nova coalizão comandada pelo governo municipal. A escolha recaiu sobre Maria Cristina Lahorgue, que havia concorrido à prefeitura municipal em 1996 pelo PSB, mas, descontente com a candidatura de Anthony Garotinho, ela deixara a sigla (que fazia parte da base de apoio a Mainardi) no dia anterior e imediatamente filiou-se ao PL. (CS. 15 maio 2003, p. 3)

Em junho, houve a adesão de mais um partido ao governo, o PPS. Embora não tivesse representação na Câmara, Mainardi ofereceu participação na administração por intermédio de assessorias em secretarias (Administração, Atividades Urbanas) e na Procuradoria Jurídica. (CS. 2 jun. 2003, capa) O presidente do Diretório Municipal do PPS, Alaor Valério, justificou a adesão porque o

⁷ - Pouco tempo depois, no entanto, essa estratégia deixou de ser aplicada, pois Machado deixou de ser secretário e a pasta foi entregue ao PMDB como parte do acordo que trouxe o partido para a base do governo.

partido já participava do governo Lula e, questionado se isso poderia significar um apoio futuro à reeleição de Mainardi, confirmou que sim.

Nem todos os apoiadores de Mainardi concordaram com a política de alianças realizada em 2003. Em junho daquele ano, o vereador José Carlos Gularte Ferreira, o Caio Ferreira, deixou o PT e filiou-se ao PCdoB, legenda que ganhou, assim, representação pela primeira vez na Câmara local. (JUSTIÇA ELEITORAL, 2007) A razão alegada foi a adesão de legendas de direita ao governo Lula e a movimentação semelhante que o governo Mainardi estava realizando no município. O vereador afirmou ser contra migrações, mas *“foi inevitável. Eu não mudei, foi o PT que mudou”*. (CS. 3 jun. 2003, capa) Apesar de sair do PT, ele continuou a apoiar o governo na Câmara e compôs a coligação que apoiou Mainardi no ano seguinte.

Criticado, especialmente pelas correntes internas do PT, Mainardi defendeu que a coligação com outros partidos é correta, digna e que tem de ser fiscalizada pela sociedade, Legislativo, Ministério Público e imprensa. *“Nós estamos fazendo da forma mais correta, política para o bem de Bagé”, defendeu. ‘Ruim seria se eu estivesse correndo todo mundo como se o PT fosse o único certinho. Pelo contrário, estamos ampliando as condições de governabilidade.”* (CS. 16 maio 2003, p. 5)

Ainda em maio, Mainardi convidou o PMDB para compor o governo, tendo oferecido o Departamento de Águas e Esgoto de Bagé (DAEB), o que foi recusado pelo diretório municipal, sob a alegação de serem poucos cargos. As negociações continuaram, com o oferecimento de duas secretarias (Habitação e Obras Viárias do Interior), e, assim, dois meses depois, o partido aceitou ingressar na administração, tendo indicado os nomes dos ex-vereadores Luiz Carlos Deibler e Eloi Thomas.

A decisão não foi consensual: os favoráveis, como o ex-vereador Luiz Carlos Deibler, ressaltavam que isso não significaria renunciar à pretensão de ter candidatura própria em 2004; e os contrários, entre eles o vereador Cláudio Deibler e o presidente do diretório municipal, Rivaldo Barroso, alegavam a rivalidade estadual entre as duas legendas e a dificuldade de viabilizar a candidatura própria depois de compor a administração Mainardi. (CS. 27 junho 2003, p. 5)

No entanto, a adesão do PMDB ao governo fez com que ganhasse mais um filiado: o vereador Sabella, então Secretário Municipal de Turismo, rompeu com o PSDB e aderiu ao PMDB, ainda em 2003.

A estratégia de Mainardi de ampliar o leque de alianças, ao oferecer espaço no governo aos partidos rivais, garantiu a maioria governista na Câmara e causou

uma série de embaraços aos possíveis rivais. De um lado, foram reforçados os laços com antigos parceiros, como o PSB, e atraídos para o governo partido de centro-esquerda, caso do PPS. Mas também houve aliança com legendas de centro-direita que, apesar de rivais em escala nacional, não tinham grande expressão em Bagé e poderiam concordar com o espaço oferecido com vistas a futuro crescimento, caso do PSDB. O apoio do PL, que também era um pequeno partido em Bagé, foi facilitado pelo acordo nacional, formulado pelo candidato Lula.

De outro, avançou sobre legendas com potencial para competirem com a candidatura dele à reeleição ou de apresentarem candidatos próprios, caso de PTB e PMDB. O PTB é a situação mais enfática, pois o acordo firmado com os vereadores pôs em xeque a liderança do deputado Lara e exigiu dele uma reação forte para retomar o controle da legenda. O custo foi o fortalecimento da idéia de que Lara era um político “contrário ao bom andamento do governo”. Por fim, houve partidos que jamais estiveram na listagem de possíveis aliados, caso de PP e PFL, bem como o do PDT, que, de aliado, tornou-se adversário.

Desse modo, ao fortalecer a lista de possíveis apoiadores e de delimitar claramente quem seriam as forças de oposição, Mainardi procurava garantir um cenário tranqüilo para a sua tentativa de reeleição. O principal risco era que tais forças de oposição se reunissem em apenas uma candidatura, o que acabou não ocorrendo, apesar dos esforços nesse sentido.

Por ocasião das eleições de 2004, Mainardi formou uma ampla coligação, intitulada “Todos por Bagé” e composta por sete partidos (PT-PSB-PPS-PCdoB-PCB-PSDB-PL). O PSB, parceiro de primeira hora do governo, embora tivesse apresentado candidato próprio a Prefeito no pleito de 2000 (o ex-vereador Carlos Alberto Fico), indicou o vice, uma antiga pretensão da legenda, como se pode verificar pela declaração do vereador Ricardo Cougo. (CS. 3 out. 2003, p. 5) O nome escolhido foi o do secretário de desenvolvimento, Bayard Paschoa Pereira. Assim, embora novos partidos tenham sido incorporados à coligação, coube a uma legenda de esquerda tradicional ocupar o lugar que havia sido do PDT em 2000.

O PDT, apesar de todos os seus esforços, não conseguiu viabilizar uma coligação com as outras forças oposicionista e teve de apresentar candidatura própria. As resistências de parte do PP a uma possível coligação surgiram muito antes da definição das candidaturas: o presidente do diretório local do partido, o vereador Antenor Teixeira declarou que considerava os pedetistas uma força de

esquerda e que sempre estiveram mais ao lado do PT do que dos progressistas, o que inviabilizava qualquer acordo. (CS. 8 nov. 2003, p. 5) Diante desse quadro, o nome escolhido pelo PDT, o que só ajudou a firmar o caráter revanchista da candidatura e a delimitar a mágoa em relação às ações de Mainardi, foi o do vice-prefeito Jucelino Rosa dos Santos.

À direita da coligação governista formou-se a antiga coligação, formada por PP, PFL e PTB, que lançou a vereadora Sônia Leite (PP) como candidata a Prefeita e o vereador Mário Mena Kalil (PFL) a vice. Houve, ainda, uma quarta candidatura, sugerida pelo PSTU, oriunda de dissidentes do PT, capitaneada por Jackson Leal da Silva.

A estratégia de Mainardi não funcionou em apenas um caso, ou seja, apenas um parceiro preferencial acabou por lançar candidatura própria: o PMDB. Mas não se pode dizer que tenha havido um fracasso completo: tanto nesta legenda quanto no PTB, o custo de não apoiar Mainardi mostrou-se bastante elevado, tendo gerado divisões internas significativas.

Realizado o pleito, o prefeito venceu por ampla margem, o que mereceu a manchete do “Correio do Sul”: “Mainardi dá um banho de votos”. (CS. 4 out. 2004, capa) O Prefeito se reelegeu com praticamente 63% dos votos válidos e vantagem de 25 mil votos, a maior desde a retomada das eleições diretas municipais, em 1985. O PP ficou em segundo lugar, tendo obtido cerca de 25%, enquanto o PDT não somou mais do que 7,6% e o PMDB, apenas 3,5%.

Na mesma medida, garantiu folgada maioria na Câmara: oito dos 11 vereadores eleitos faziam parte da coligação que lhe apoiava (cinco do PT, dois do PSB, mais Bob Machado, eleito pelo PMDB). Além disso, viu duas legendas tradicionais da política local praticamente desaparecerem do cenário: o PP, que não obteve cadeira, e o PDT, que garantiu apenas uma vaga.

Tabela 25 – Resultado da eleição para Prefeito de Bagé, em 2004, considerando-se os votos válidos

Candidatura	Candidato	Votação	%
PT-PSB-PPS-PCdoB-PCB-PSDB-PL <i>Todos por Bagé</i>	Luiz Fernando Mainardi / Bayard Paschoa Pereira	42.390	62,9
PP-PFL-PTB <i>Bagé Forte e Solidária</i>	Sônia Leite / Mário Mena Kalil	16.672	24,8
PDT	Jucelino / Ademar Fará	5.106	7,6
PMDB	Sabella / George Leonidas Dumoncel Prestes	2.382	3,5
PSTU	Jackson Kamphorst Leal da Silva / Veda L. Leal da Silva	806	1,2
Total		67.356	100

Fonte: TRE-RS

Como indicado anteriormente, a participação do PMDB na eleição municipal de 2004 foi bastante polêmica, refletiu a dificuldade das legendas tradicionais de se posicionarem frente ao governo de Mainardi e teve desdobramento em outra troca, a de Bob Machado, a ser comentada a seguir.

Ocorre que o PMDB local se dividiu quanto ao posicionamento em relação ao processo eleitoral. O grupo majoritário do Diretório Municipal queria que o partido apoiasse a candidatura de Mainardi à reeleição, tendo em vista o fato de ocupar cargos no governo local. Outra corrente, no entanto, considerava que a participação no governo não poderia significar a submissão da legenda ao PT em escala municipal, ainda mais porque, no estado, os dois partidos eram fortes rivais. E nela também figuravam aqueles que, por ocasião da adesão ao governo Mainardi, haviam sido contrários à decisão.

O grupo, minoritário no Diretório, acionou a Comissão Executiva do Diretório Regional que, em 21 de junho de 2004, decretou a intervenção no PMDB bageense e impôs a candidatura própria, que acabou sendo a do vereador Sabella. O fato provocou a saída de muitos militantes históricos, caso do ex-vereador Iolando Maurense, bem como fez com que muitos militantes do PMDB não se engajassem na campanha do candidato próprio e acabassem por apoiar Mainardi.

Como rescaldo dessa situação, quase ao final da legislatura, em 28 de dezembro de 2004, Bob Machado se filiou ao PPS. A solenidade foi realizada em Porto Alegre e contou com a participação do presidente estadual do partido, o deputado federal Nelson Proença, que abonou a ficha de filiação, do presidente de honra da legenda, Hilário Pinha, e do presidente do diretório municipal, Alaor Valério. (CS. 29 dez. 2004, p. 3)

O detalhe é que Machado acabara de ser reeleito pelo PMDB, ao obter 1.141 votos, o que significa que, antes mesmo de assumir o novo mandato, ela já havia migrado. A decisão foi um desdobramento da campanha para prefeito, ocasião em que ele, incluído na lista de candidatos a vereador do PMDB, foi um dos que rompeu politicamente com o partido e aderiu à campanha de Mainardi, embora não o pudesse fazer formalmente, a não ser que desistisse de concorrer. Tal atitude não foi bem aceita pelo partido e gerou uma série de desentendimentos, inclusive com distribuição de panfletos anônimos de acusação a Machado e agressão física entre apoiadores de Sabella e do vereador. (CS. 1 out. 2004, p. 5)

Fechadas as urnas, Machado decidiu romper de vez com o PMDB, legenda a qual se filiara no ano anterior, vindo do PTB, depois de também sofrer resistência ao apoio que dava ao governo Mainardi. A opção pelo PPS se impôs por este ser um dos sete partidos que formava a coligação em torno da candidatura de Mainardi.

Outra troca da legislatura foi realizada por Adriana Lara Dias praticamente no encerramento da legislatura. Esta vereadora, irmã do ex-vereador e então deputado estadual Luis Augusto Lara, tornou-se a candidata individualmente mais votada na eleição de 2004, com 3.005 votos, ocasião em que concorreu pelo PTB. Apesar disso, não conquistou um novo mandato, pois o partido, que concorria isoladamente, não atingiu o cociente eleitoral. Sem mandato a partir do ano seguinte, descontente com a orientação política do partido na disputa majoritária (o PTB apoiou Sônia Leite e formou a coligação “Bagé Forte e Solidária”, ao lado de PP e PFL), com a decisão de não coligar na proporcional e com o próprio desempenho da legenda, ela preferiu trocar de partido ainda na vigência da legislatura 2001/04. (CS. 9-10 out. 2004). Em 18 de dezembro foi registrada na Justiça Eleitoral a filiação ao PT (JUSTIÇA ELEITORAL, 2007), o partido do prefeito reeleito, o que lhe garantiu um cargo de secretária municipal de Assistência Social no segundo mandato de Mainardi.⁸

Desse modo, a legislatura 2001/04 encerrou-se com 13 trocas e a seguinte composição partidária, conforme o quadro abaixo.

⁸ - Em realidade, Adriana Lara havia sido secretária durante o primeiro governo de Mainardi.

N	Vereador	Partido
1	Antenor Teixeira	PP
2	Elda Maria Blois Gasparri	
3	Sônia Leite	
4	Mario Mena Abunader Kalil	
5	Delvo Oliveira	PT
6	Luis Eduardo Colombo dos Santos	
7	Ruben Dario Salazar Arias	
8	Adriana Lara Dias	
9	Silvio Machado	
10	Cláudio Deibler	PMDB
11	Alencar Dalmolin	
12	Sabella (Pedro Trindade Martins)	
13	Chico Brizola (Francisco José Rosa dos Santos)	PDT
14	Ivan Paulo de Lima	
15	Ricardo Leal Cougo	PSB
16	Paulinho Vesgo (Paulo Roberto dos Santos Figueiredo)	
17	Ubaldo Brasil Saraçol	
18	Ivan Casartelli	PL
19	Caio (José Carlos Gularte Ferreira)	PCdoB
20	Manoel Luis Gonsalves Machado	PFL
21	Bob Carvalho Machado	PPS

Quadro 28 – Composição da Câmara de Vereadores de Bagé, ao final da legislatura 2001/04

Um outro fator a ser considerado é o peso político que tais migrações tiveram, tanto para os partidos, quanto para os vereadores, especialmente no que tange à continuidade das carreiras políticas. No entanto, tal apreciação fica um pouco prejudicada, pois a redução no tamanho da Câmara de Vereadores, decidida pelo STF quase às vésperas do pleito, tornou o quadro mais grave. A Câmara de Bagé foi drasticamente reduzida: perdeu quase 50% das vagas e, de 21 vereadores, passou para 11.

Assim, o cenário partidário foi bastante impactado, como mostra o resultado oficial do pleito. A título de exercício e para equiparar as informações, calculou-se como ficaria a distribuição de cadeiras entre os partidos político, se a Câmara continuasse com 21 vagas.

Tabela 26 – Distribuição de cadeiras na Câmara de Vereadores de Bagé entre os partidos políticos, na eleição de 2004 e na simulação de manutenção de 21 cadeiras

Partido	Resultado Oficial	Simulação
PT	5	7
PSB	2	2
PTB	-	2
PMDB	2	2
PFL	1	2
PDT	1	2
PCdoB	-	1
PL	-	1
PSDB	-	1
PP	-	1
Total	11	21

Independentemente da mudança ocorrida, o resultado é contundente. Além de reeleger o Prefeito, o PT conquistou a maior bancada na Câmara com cinco cadeiras, uma a menos do que o total necessário para garantir a maioria absoluta, algo que apenas o PDS obtivera no início do período pluripartidário. O PSB, aliado na disputa majoritária e formador de outra coligação na proporcional (PSB/PCdoB) obteve outras duas vagas, o que garantia a maioria absoluta (sete de 11). As demais vagas ficam com PMDB (duas), PDT (uma) e PFL (uma).⁹ Mas, como visto anteriormente, a base de apoio seria de oito cadeiras, por causa da adesão de Bob Machado.

O cenário seria um pouco menos vantajoso para o governo se a Câmara tivesse permanecido com 21 cadeiras. No caso, a coalizão também teria a maioria absoluta, com 13 cadeiras, mas dividida em quatro partidos: PT com oito, PSB com duas, PCdoB e PL com uma, mais a de Machado (eleito pelo PMDB, mas que aderiu ao PPS).

⁹ - No entanto, lembra-se que o PMDB perdeu esta vaga para o PPS, tendo em vista a troca realizada por Bob Machado.

Tabela 27 – Comparação entre o número de vereadores dos partidos no início da legislatura 2001/04 e a data da eleição de 2004 e aquele definido no pleito*

Partido	Eleição 2000 (A)	Quando do pleito (B)	Eleição 2004 (C)	(A-B)	(A-C)	(B-C)
PP	4	4	-	=	(-) 4	(-) 4
PMDB	2	4	2	(+) 2	=	(-) 2
PDT	3	2	1	(-) 1	(-) 2	(-) 1
PT	4	4	5	=	(+) 1	(+) 1
PFL	2	1	1	(-) 1	(-) 1	=
PSDB	1	-	-	(-) 1	(-) 1	=
PSB	2	3	2	(+) 1	=	(-) 1
PTB	2	1	-	(-) 1	(-) 2	(-) 1
PL	1	1	-	=	(-) 1	(-) 1
PCdoB	-	1	-	(+) 1	=	(-) 1
Total	21	21	21	=	(-) 10	(-) 10

Fonte: TRE-RS

* não inclui as mudanças ocorridas depois do pleito de 2004 (PTB para o PT e PMDB para PPS)

Tabela 28 – Comparação entre o número de vereadores dos partidos no início da legislatura 2001/04 e a data da eleição de 2004 e aquele definido no pleito, se permanecessem as 21 cadeiras*

Partido	Eleição 2000 (A)	Quando do pleito (B)	Eleição 2004 (C)	(A-C)	(A-B)	(B-C)
PP	4	4	1	(-) 3	=	(-) 3
PMDB	2	4	2	=	(+) 2	(-) 2
PDT	3	2	2	(-) 1	(-) 1	=
PT	4	4	7	(+) 3	=	(+) 3
PFL	2	1	2	=	(-) 1	(+) 1
PSDB	1	-	1	=	(-) 1	(+) 1
PSB	2	3	2	=	(+) 1	(-) 1
PTB	2	1	2	=	(-) 1	(+) 1
PL	1	1	1	=	=	=
PCdoB	-	1	1	(+) 1	(+) 1	=
Total	21	21	21	=	=	=

Fonte: TRE-RS

* não inclui as mudanças ocorridas depois do pleito de 2004 (PTB para o PT e PMDB para PPS)

O resultado mais impressionante do pleito de 2004 foi o fato de o PP não conseguir representação – e a confirmar o desempenho ruim, se a Câmara mantivesse 21 cadeiras, ele teria obtido apenas uma. De partido que conquistou duas vezes a Prefeitura (1988, 1996), manteve-se como a maior bancada na Câmara de 1982 até o início da legislatura 2001/04, e foi segundo colocado no pleito de 2000, tendo perdido por pequena margem, o PP fracassou em 2004 e colheu o fruto de ser a principal força de oposição a um governo consagrado pelo eleitorado.

Evidencia-se que esse fracasso não se resumiu à disputa proporcional, na qual somou 5.164 votos (7,62% dos votos válidos), mas também à candidatura majoritária: Sônia Leite, do PP e que comandou a coligação formada também por PFL e PTB, ficou com um quarto dos votos (25%), contra 63% de Mainardi, como se pôde observar.

	Reeleito	Não reeleito	Novo	Concorreu a outro cargo / Desistiu
PT	Luis Eduardo Santos Ruben Salazar Arias Delvo Oliveira	Silvio Machado	Carmen Vargas Paulinho Parera	
PP		Antenor Teixeira		Sonia Leite Maria Mena Kalil Eda Gasparri
PSB	Ricardo Cougo	Paulinho Vesgo Ubaldo Saraçol	Paulinho das Balas	
PMDB	Alencar Dal-Molin Bob Machado*	Cláudio Deibler		Sabella
PFL		Manoel Machado	Graciano	
PDT	Ivan Lima			Chico Brizola
PL		Ivan Casartelli		
PTB		Adriana Dias Lara**		

Quadro 29 – Vereadores de Bagé da legislatura 1983/88 que concorreram à reeleição em 2004, conforme o resultado, e novos componentes da Câmara, na legislatura 2001/04

* encerrou a legislatura filiado ao PPS, mas reelegeu-se pelo PMDB

** encerrou a legislatura filiada ao PT, mas concorreu à reeleição pelo PTB

Tabela 29 – Resultado por partido da tentativa de reeleição na Câmara de Vereadores de Bagé, em 2004

Partido	Bancada	Reeleitos	Não reeleitos	Não concorreu	Taxa de sucesso	Taxa de fracasso
PDS	4	-	1	3	0	100
PT	4	3	1	-	75	25
PMDB	4	2	1	1	66,6	33,3
PSB	3	1	2		33,3	66,6
PDT	2	1	-	1	100	0
PFL	1	-	1	-	0	100
PTB	1	-	1	-	0	100
PCdoB	1	-	1	-	0	100
PL	1	-	1	-	0	100
Total	21	7	9	5	43,8	56,2

Na análise dos vereadores por partido, o cenário pode ser dimensionado com mais propriedade, como mostram as tabelas acima. A taxa de sucesso foi de 43,8%, inferior a de outros períodos, o que pode ser explicado pela redução no número de

cadeiras. Dos 21 vereadores, 16 concorreram e havia apenas 11 vagas disponíveis, ou seja, na melhor das hipóteses, o índice de sucesso não poderia chegar a 70%.

Ao disputar o pleito, o PT estava com quatro vereadores, dos quais todos concorreram à reeleição e três foram bem sucedidos. A taxa de sucesso de 75% é a mais alta entre todos os partidos – e chegaria a 100%, caso a Câmara permanecesse com 21 cadeiras, pois Silvio Machado ficou como primeiro suplente. Por outro lado, o partido conquistou cinco vagas, o que abriu espaço a dois novos filiados (Carmen Vargas e Paulinho Parera). O PDT reelegeu o concorrente que tentou um novo mandato, mas não abriu espaço a novos filiados.

Já o PMDB tinha quatro vereadores, sendo que três buscaram um novo mandato e um preferiu concorrer a Prefeito. Dois vereadores foram reeleitos (aproveitamento de 2/3), o terceiro melhor dentre os partidos. Em compensação, nenhum nome novo conseguiu ingressar na Câmara. No PSB, apenas um vereador dos três que tentaram conseguiu a reeleição, no entanto, um outro filiado conquistou o mandato (Paulinho das Balas).

Os demais partidos (PP, PTB, PL, PFL e PCdoB) não reelegeram nenhum dos seus vereadores, sendo que apenas o PFL apresentou um nome novo (Graciano). Contudo, lembra-se que Graciano já havia sido vereador em legislaturas anteriores, e não era um novato na política.

Outro detalhe a chamar a atenção é que dos sete vereadores reeleitos, apenas dois eram migrantes, isto em uma legislatura em que praticamente metade dos vereadores havia trocado de partido.

3.6 – Sistematização das trocas

As movimentações trazidas por essas trocas serão sistematizadas e analisadas a seguir.

Legislatura	Vereadores	Migrantes	Não Migrantes	% Migrantes	Trocas
2001/04	21	10	11	47,56	13

Quadro 30 - Número de vereadores, número e percentual de vereadores migrantes por legislatura, em Bagé, na legislatura 2001/04

As informações sistematizadas pelo quadro acima mostram que a legislatura 2001/04 foi a que mais registrou trocas de partidos: dos 21 vereadores, 10 realizaram migrações, ou seja, praticamente metade mudou a filiação partidária ao longo do mandato. A sistematização dessa movimentação é apresentada a seguir.

Vereador	Origem	Destino	Ano
Ricardo Leal Cougo	PDT	PSB	2001
Ivan Casartelli	PMDB	PL	
Mário Mena Abunader Kalil	PFL	PDT	
Cláudio Deibler	PDS	PDT	
Cláudio Deibler	PDT	PMDB	2002
Mário Mena Abunader Kalil	PDT	PFL	
Silvio Machado	PFL	PT	
Bob Carvalho Machado	PTB	PMDB	2003
Manoel Machado	PL	PFL	
José Carlos Gularte Ferreira	PT	PCdoB	
Sabella	PSDB	PMDB	
Bob Carvalho Machado	PMDB	PPS	2004
Adriana Lara Dias	PTB	PT	

Quadro 31 - Movimentação dos vereadores migrantes na Câmara de Vereadores de Bagé, ao longo da legislatura 2001/04

No que tange ao período das trocas, a maior concentração ocorreu no primeiro e no terceiro ano da legislatura (2001 e 2003), o que encontra eco na explicação apresentada por MELO (2004): as mudanças no ano inicial ajustam as bancadas aos resultados do pleito anterior e já preparam os parlamentares para as disputas estaduais e nacionais, enquanto aquelas ocorridas no terceiro ano têm em vista a disputa do ano seguinte, quando os vereadores procurarão um novo mandato ou buscarão cargo no executivo local.

Todavia, tanto no segundo quanto no quarto ano foram registradas trocas em razoável intensidade. Elas foram consequência direta e quase imediata das eleições ocorridas naqueles anos (2002 e 2004). Este foi o caso de Mena Kalil, que retornou ao PFL depois de não se eleger deputado federal, sendo que havia ido para o PDT porque o seu partido não lhe garantia essa tentativa; assim como os de Bob Machado e Adriana Lara, atritados com seus partidos por conta do posicionamento tomado em relação ao governo Mainardi, sendo que um conseguiu a reeleição e o outro não. Desse modo, tais trocas ocorreram em anos eleitorais, quando a

legislação desestimula as mudanças, contudo ocorreram depois de encerrado o período eleitoral (último trimestre), logo, quando esses efeitos da norma legal já não mais existiam.

Tabela 30 - Incidência de trocas partidárias na Câmara de Vereadores de Bagé, conforme o ano da legislatura, na legislatura 2001/04

Ano	Trocas	%
2001	4	30,8
2002	3	23,1
2003	4	30,8
2004	2	15,4
Total	13	100,1

As trocas modificaram sensivelmente o tamanho das legendas na Câmara e a vontade manifesta pelo eleitor no pleito de 2000. Três partidos foram especialmente atingidos: o PDT, que fez três cadeiras nas eleições, chegou a quatro durante o primeiro ano da legislatura (2001), mas ficou com duas a partir de 2003; e o PMDB, que obteve duas cadeiras, fechou 2001 com uma, chegou a quatro em 2003 e fechou a legislatura com três vagas; e, finalmente, o PTB, que conquistou duas cadeiras, perdeu uma em 2003 e outra em 2004, tendo ficado sem bancada ao final do período. PPB, que perdeu uma cadeira, e PSB, que ganhou, mantiveram o tamanho das bancadas após a alteração provocada pela migração.

Já PL e PFL foram partidos que terminaram a legislatura com o mesmo tamanho que haviam começado, embora tenham alternado ao longo do período. O PL ganhou uma vaga em 2001 e a perdeu em 2003, enquanto o PFL a perdeu em 2001 e a recuperou em 2002.

Por fim, há o caso do PT. Ele se tornou o maior partido na Câmara pela primeira vez em 2002, depois de receber uma adesão, bem como beneficiado pela defecção sofrida pelo PPB. Em 2003 voltou ao número original (quatro cadeiras) e, no ano seguinte, passou a ser beneficiado por uma adesão e finalizou o período com cinco vagas.

Tabela 31 – Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos ao longo da legislatura 2001/04

Partido	Eleição	2001	2002	2003	2004
PPB	4	3	3	3	3
PDT	3	4	2	2	2
PMDB	2	1	2	4	3
PT	4	4	5	4	5
PFL	2	1	1	2	2
PSB	2	3	3	3	3
PSDB	1	1	1	-	-
PL	1	2	2	1	1
PTB	2	2	2	1	-
PCdoB	-	-	-	1	1
PPS	-	-	-	-	1
Total	21	21	21	21	21

Fonte: TRE-RS

Ao todos, 11 partidos estiveram envolvidos em trocas, o que além de ser recorde no município, significa que o fenômeno abarcou todas as nove legendas que conquistaram cadeira no pleito de 2000, e mais o PCdoB e o PPS, que formaram bancada a partir da migração – embora, no caso do PPS, como a troca ocorreu nos últimos dias do último ano da legislatura, ele não tenha tido a oportunidade de, efetivamente, constituir uma bancada naquela legislatura.

Eleição	2001	2002	2003	2004
9	9	9	9	9
PPB	PPB	PPB	PPB	PPB
PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB
PDT	PDT	PDT	PDT	PDT
PFL	PFL	PFL	PFL	PFL
PT	PT	PT	PT	PT
PSB	PSB	PSB	PSB	PSB
PSDB	PSDB	PSDB	PCdoB	PCdoB
PL	PL	PL	PL	PL
PTB	PTB	PTB	PTB	PPS

Quadro 32 – Número e discriminação dos partidos representados na Câmara de Vereadores de Bagé, a cada ano da legislatura 2001/04

Nesse sentido, ao contrário do que foi constatado anteriormente, as trocas ocorreram entre partidos já representados e apenas dois ganharam representação por este fenômeno, embora sempre o tenham conseguido às custas da perda de bancada de outros. Isto é, o número de partidos representados continuou o mesmo durante toda a legislatura, apenas a relação dessas legendas é que se modificou: em 2003 saiu o PSDB e entrou o PCdoB e em 2005, PTB e PPS. O fato é

razoavelmente compreensível, tendo em vista a quantidade de legendas que obtiveram vaga por meio eleitoral (nove), embora não fosse necessariamente inevitável, visto que os vereadores poderiam ter procurado novas legendas. E se não o fizeram, muito seguramente deve-se ao fato de existirem muitas já articuladas no município, o que lhes dava opções de escolha ao trocar e desestimulava assumir o custo de organizar uma nova agremiação partidária.

Tabela 32 - Número de vezes em que cada partido perdeu ou recebeu vereadores migrantes, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04

Partido	Origem	Destino	Saldo	Fluxo migratório
PPB	1	-	(-) 1	1
PMDB	2	3	(+) 1	5
PFL	2	2	=	4
PDT	3	2	(-) 1	5
PSDB	1	-	(-) 1	1
PT	1	2	(+) 1	3
PSB	-	1	(+) 1	1
PTB	2	-	(-) 2	2
PCdoB	-	1	(+) 1	1
PL	1	1	=	2
PPS	-	1	(+) 1	1
Total	13	13	=	26

Há certo equilíbrio entre as legendas no que tange a envolvimento nas trocas. PDT e PMDB lideram neste quesito, tendo participado de cinco, seguido por: PFL (quatro), PT (três), PTB e PL (duas), PPB, PSDB, PCdoB, PPS e PSB (uma). A destacar-se que, ao inverso do que havia sido observado em legislaturas precedentes, o PPB participa relativamente pouco das mudanças: perdeu uma cadeira. Por outro lado, o PMDB surgiu como partido de destino preferencial dos vereadores: recebeu três adesões e perdeu duas cadeiras. Finalmente, é importante registrar que o PT voltou a ser objeto de trocas depois de três legislaturas em que manteve integralmente a bancada. A legenda do prefeito Mainardi perdeu um vereador e ganhou duas adesões, ou seja, terminou a legislatura com saldo positivo de uma vaga.

Partido Origem/Destino	Nº de trocas
PDT-PSB	1
PDT-PMDB	1
PDT-PFL	1
PPB-PDT	1
PTB-PMDB	1
PTB-PT	1
PT-PCdoB	1
PFL-PDT	1
PFL-PT	1
PSDB-PMDB	1
PMDB-PL	1
PMDB-PPS	1
PL-PFL	1

Quadro 33 - Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04

Origem	Destino	Nº de trocas
PDT	PSB	1
	PFL	1
	PMDB	1
PTB	PMDB	1
	PT	1
PFL	PDT	1
	PT	1
PT	PCdoB	1
PPB	PDT	1
PSDB	PMDB	1
PMDB	PL	1
	PPS	1
PL	PFL	1

Quadro 34 - Incidência da troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04, tendo por base os partidos de origem e de destino

O mais incrível no fluxo das trocas entre os partidos é que nenhuma das 13 mudanças se repetiu, como demonstram os quadros acima. Os 10 vereadores migrantes escolheram legendas diferentes, o que pode ser reflexo da diversidade de ofertas no mercado partidário, bem como a ausência de um caminho a ser percorrido. Apesar disso, como já foi observado, houve a tendência de mais vereadores buscarem o PMDB do que anteriormente, um indício de que a legenda tenha se tornado uma alternativa vantajosa no mercado – o que será analisado mais adiante. O fato de o PT ter se tornado opção também é digno de nota, especialmente porque uma das adesões é de um parlamentar do PFL, uma troca inusitada do ponto de vista ideológico e da conjuntura política nacional.

Origem	Destino	Nº de trocas
Direita	Direita	1
	Centro	1
	Esquerda	4
Centro	Centro	1
	Direita	1
	Esquerda	1
Esquerda	Esquerda	2
	Centro	1
	Direita	1

Quadro 35 - Incidência da troca entre os blocos ideológicos, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04

Tabela 33 – Incidência do envolvimento dos blocos ideológicos com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04

Bloco Ideológico	Origem	Destino	Início	Final	Saldo
Direita	6	3	9	6	(-) 3
Centro	3	3	3	3	=
Esquerda	4	7	9	12	(+) 3
Total	13	13	21	21	=

Conforme o quadro 35, verifica-se que, dessa vez foi a esquerda que esteve mais envolvida em trocas (11), seguida pela direita (nove). Cresceu, igualmente, a participação dos partidos de centro (seis).

As mudanças ideologicamente incoerentes cresceram e chegaram a cinco. Há quatro casos de vereadores que deixaram partidos de direita e escolheram os de esquerda (PFL-PT, PTB-PT, PPB-PDT e PFL-PDT), sendo que todos compunham a coalizão governista. Um vereador fez o caminho inverso e passou da esquerda para a direita (PDT-PFL). Lembra-se que este vereador é Mena Kalil, que retornou ao partido pelo qual havia se eleito.

O dado mais interessante, entretanto, é aquele revelado pelo quadro 35: as trocas beneficiaram legendas de esquerda em detrimento da direita, pois enquanto as primeiras ganharam três cadeiras, as demais perderam três. E, além disso, as migrações fizeram com que, pela primeira vez desde 1982, a esquerda controlasse a maioria da Câmara (PT, PDT, PSB, PPS).

No entanto, o dado mais acurado é aquele relativo ao sentido governista ou oposicionista das trocas, haja vista que o PDT, apesar de ser esquerda, passou da condição de legenda de apoio (2001 até maio de 2003) a oposicionista (a partir de maio de 2003) e era um competidor do PT, legenda do Prefeito. Por outro lado, o

comprometimento de alguns vereadores não seguia a orientação partidária, motivo pelo qual, em determinados casos, migraram ou, em outros, a legenda era teoricamente de oposição, mas votava favoravelmente ao governo. Isso significa dizer que operacionalizar esta classificação não é muito fácil e se presta a muitas imprecisões.

Tabela 34 – Incidência do envolvimento do governo e da oposição com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04

Bloco Ideológico	Origem	Destino	Total
Governo	8	9	17
Oposição	5	4	9
Total	13	13	26

Apesar dessas limitações, os dados da tabela 34 são contundentes: os partidos governistas estiveram mais envolvidos nas trocas do que os de oposição (17 a 10), sendo que enquanto os da base do governo receberam mais adesões (oito a sete), os de oposição cederam mais do que receberam cadeiras (cinco a quatro). Em outras palavras: a movimentação dos vereadores teve um sentido de adesão ao governo muito maior do que de afastamento, o que mostra o impacto que a política empreendida por Mainardi gerou no sistema partidário local, tanto em termos de ampliação do leque de alianças quanto do sucesso administrativo que estava colhendo.

Tabela 35 – Incidência do envolvimento do governo e da oposição com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, na legislatura 2001/04

Bloco Ideológico	2001	2002	2003	2004	Saldo
Governo-Governo	1	-	2	2	5
Oposição-Oposição	1	-	-	-	1
Governo-Oposição	-	2	1	-	3
Oposição-Governo	2	1	1	-	4
Total	4	3	4	2	13

A tabela 35 discrimina as trocas, com vistas a excluir a perspectiva de que tivessem ocorrido muitas mudanças intra-blocos, o que poderia gerar falsas impressões. As mudanças entre partidos de oposição foram apenas uma, enquanto os do governo foram quatro. No entanto, sustenta-se a perspectiva anterior: o fluxo

do governo para a oposição foi menor do que de legendas de oposição ao governo (três a quatro), ou seja, houve um sentido de adesão ao governo nas trocas, o que será mais bem apontado a seguir.

Vereador	Origem	Destino	Sentido
Ricardo Leal Cougo	PDT	PSB	GOV-GOV
Ivan Casartelli	PMDB	PL	OP-OP
Mário Mena Abunader Kalil	PFL	PDT	OP-GOV
Cláudio Deibler	PDS	PDT	OP-GOV
Cláudio Deibler	PDT	PMDB	GOV-OP
Mário Mena Abunader Kalil	PDT	PFL	GOV-OP
Silvio Machado	PFL	PT	OP-GOV
Bob Carvalho Machado	PTB	PMDB	OP-GOV
Manoel Machado	PL	PFL	GOV-OP
José Carlos Gularte Ferreira	PT	PCdoB	GOV-GOV
Sabella	PSDB	PMDB	GOV-GOV
Bob Carvalho Machado	PMDB	PPS	GOV-GOV
Adriana Lara Dias	PTB	PT	GOV-GOV

Quadro 36 - Movimentação dos vereadores migrantes no eixo governo-oposição na Câmara de Vereadores de Bagé, ao longo da legislatura 2001/04

No primeiro ano do governo, duas trocas ocorreram no interior de seus respectivos campos (governista no caso de Cougo, que saiu do PDT e foi para o PSB; e oposicionista, caso de Casertelli que foi do PMDB para o PL), embora não se possa negar que, tendo em vista o papel do PDT no governo, sair dessa legenda e ir para o PSB significasse aproximar-se do núcleo do governo. Outras duas foram de vereadores que deixaram a oposição (PPB e PFL) para aproximarem-se do governo, embora, nos dois casos, a opção tenha sido pelo PDT, aqui considerado “menos governo”. De qualquer forma, a bancada de apoio a Mainardi foi reforçada pelas trocas ocorridas ao longo de 2001.

Em 2002, ao inverso, os dois vereadores que haviam aderido ao PDT em 2001, migraram para legendas de oposição (PFL e PMDB). Como o PMDB aderiria ao governo no ano seguinte e deixaram o partido menos confiável da base governista, quem ficou mais enfraquecido foi o PDT. Ainda mais porque a outra mudança, realizada de uma legenda de oposição (PFL) para de situação (PT), reforçou o núcleo forte de apoio a Mainardi.

Por fim, em 2003 houve duas trocas entre partidos ou parlamentares que já apoiavam o governo (Caio Gularte, que saiu do PT e foi para o PCdoB; e Sabella,

que aderira ao governo ainda no PSDB e foi para o PMDB, outra legenda que passara a compor o governo). Embora Mainardi tenha perdido o apoio do PDT, que foi para a oposição, mas deixou de receber adesões, há que se considerar o apoio conquistado por Bob Machado, então no PTB e que, por causa disso, preferiu migrar para o PTB. A defecção do governo foi a saída de Manoel Machado do PL e a ida para o PFL, cada vez mais marcado como uma legenda de oposição.

As duas trocas finais, ocorridas em 2004, envolveram Machado, aqui considerado da base de apoio, embora o seu partido, o PMDB, tivesse candidato próprio a Prefeito. No mesmo caso figura Adriana Lara, que saiu do PTB e foi para o PT.

É importante considerar, por fim, e tendo em vista as colocações acima que o governo Mainardi não se serviu exclusivamente das migrações para construir a maioria, e sim da ampliação da coalizão, mas essa ampliação trouxe impacto para os partidos e os políticos, tornou mais urgente a definição do “lado” em que cada um estava e, então, produziu mais trocas. A situação é muito bem ilustrada pelos casos de Bob Machado e Adriana Lara.

Conclusão

A presente dissertação tratou da migração partidária na Câmara de Vereadores de Bagé (RS), entre 1983 e 2004, tendo como objetivos principais: analisar os significados que a troca de legendas tem apresentado para o sistema partidário do município, bem como os impactos que a migração tem trazido para as disputas locais. Os objetivos específicos foram os de identificar a incidência da troca de partidos ocorrida na Câmara de Vereadores de Bagé; bem como os vereadores e os partidos políticos envolvidos; dimensionar o impacto que a migração ocorrida, entre 1983 e 2004, tem apresentado para a formação ou extinção de bancadas e a variação no tamanho da representação partidária.

Para a realização desses objetivos trabalhou-se com uma diversidade de fontes de pesquisa, caso de: Anais das sessões da Câmara de Vereadores de Bagé; Cadastro dos vereadores; registro de filiação partidária e de resultados eleitoral, existentes no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul ou na 7ª Zona Eleitoral de Bagé; o livro publicado pelo pesquisador Cláudio Lemieszek e, principalmente, o jornal “Correio do Sul”, o único a circular ininterruptamente no período da pesquisa.

Quando as informações coletadas são reunidas, verifica-se, de um lado, da intensidade do fenômeno: nas cinco legislaturas analisadas, aproximadamente um terço dos 108 vereadores considerados trocou de partido. E esses 34 migrantes promoveram 39 trocas. Os dados são bastante semelhantes aqueles reunidos por outros pesquisadores, em especial MELO (2004), relativos à Câmara de Deputados. Desse modo, pode-se dizer que o comportamento dos vereadores de Bagé, no que tange à migração partidária, não se distingue daquele apresentado em escala nacional.

Legislatura	Vereadores	Migrantes	Não Migrantes	% Migrantes	Trocas
1983/88	22	7	15	31,8	9
1989/92	22	4	18	18,2	4
1993/96	21	5	16	23,8	5
1997/00	22	8	14	36,7	8
2001/04	21	10	11	47,56	13
Total	108	34	74	31,5	39

Quadro 37 - Número de vereadores, número e percentual de vereadores migrantes, em Bagé, no período 1983-2004

Os dados relativos ao período analisado também mostram que o fluxo migratório entre os partidos é diversificado: as 39 trocas envolveram 12 legendas diferentes (PDS/PPB/PP, PDT, PMDB, PFL, PT, PTB, PSDB, PL, PSB, PCdoB, PPS e PSD), das quais oito obtiveram representação parlamentar por intermédio desse recurso (PFL, PT e PSDB, em 1983/88; PTB, PL e PSD, em 1989/92; PCdoB e PPS, em 2001/04). Isso permite afirmar que dois terços dos partidos envolvidos em trocas ganharam representação por este intermédio. Na mesma medida, evidencia-se que o fenômeno serviu para ampliar o número de partidos representados.

Outro dado a evidenciar é que as 39 trocas envolveram 25 combinações diferentes de partidos de origem dos migrantes e de legendas escolhidas como destino. A rigor, oito trocas repetiram-se integralmente ao longo desses 20 anos (1985-2004), sendo que apenas quatro em mais de duas oportunidades: o importante fluxo PDS-PFL, praticado largamente entre 1983/88, PDS-PTB, PMDB-PDT e PFL-PDT. Isso significa dizer que não há nenhuma trajetória claramente definida para os migrantes e que as escolhas decorrem de circunstâncias e de oportunidades particulares, talvez com a grande exceção da troca PDS-PFL.

Fluxo	
PDS – PFL (5)	PDS – PL (1)
PDS – PTB (3)	PMDB – PT (1)
PMDB – PDT (3)	PMDB – PFL (1)
PFL – PDT (3)	PMDB – PL (1)
PDS – PDT (2)	PMDB – PPS (1)
PDT – PMDB (2)	PFL – PDS (1)
PDT – PTB (2)	PDT – PSDB (1)
PDT – PSB (2)	PDT – PSD (1)
PDT – PDS (1)	PDT – PFL (1)
PTB – PFL (1)	PTB – PMDB (1)
PTB – PT (1)	PT – PCdoB (1)
PFL – PT (1)	PSDB – PMDB (1)
PL-PFL (1)	

Quadro 38 - Troca entre os partidos, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1983-2004, tendo por base os partidos de origem e de destino

Tabela 36 - Número de vezes em que cada partido perdeu ou recebeu vereadores migrantes, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1983-2004

Partido	Origem	Destino	Saldo	Fluxo migratório
PDS/PPB/PP	11	2	(-) 9	13
PDT	10	8	(-) 2	18
PFL	5	9	(+) 4	14
PMDB	7	4	(-) 3	11
PTB	3	5	(+) 2	8
PT	1	3	(+) 2	4
PSDB	1	1	=	2
PL	1	2	(+) 1	3
PSB	-	2	(+) 2	2
PCdoB	-	1	(+) 1	1
PPS	-	1	(+) 1	1
PSD	-	1	(+) 1	1
Total	39	39	=	78

O parágrafo anterior também não significa dizer que o fenômeno é aleatório. Algumas legendas firmaram-se, historicamente, como aquelas que perdem filiados, caso notório de PDS/PPB/PP, PMDB e PDT, não por acaso, as principais legendas, quando do início da observação. Mas em termos de saldo negativo, o destaque vai para o PDS/PPB/PP, que cedeu 11 cadeiras ao longo do período e recebeu apenas duas adesões. O PDT, por exemplo, também perdeu muitos adeptos (10), mas recebeu um significativo número de filiados (oito).

No outro espectro, há legendas que figuram como destino preferencial dos vereadores, em especial o PFL (nove adesões e saldo quatro), seguido por PDT.

Surgem, ainda, partidos que só receberam adesões, sendo todas de pequena expressão: PSB, PCdoB, PPS e PSD.

Em termos de envolvimento com as trocas, o destaque vai para o PDT, que participou de 18 mudanças, seja como doador, seja como receptor. Ele é seguido por: PFL, PDS/PPB/PP e PMDB.

Origem	Destino	Nº de trocas
Direita	Direita	13
	Centro	1
	Esquerda	7
Centro	Centro	1
	Direita	2
	Esquerda	4
Esquerda	Direita	5
	Centro	3
	Esquerda	3

Quadro 39 - Incidência da troca entre os blocos ideológicos, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1983-2004

Tabela 37 – Incidência do envolvimento dos blocos ideológicos com a migração partidária, na Câmara de Vereadores de Bagé, no período 1983-2004

Bloco Ideológico	Origem	Destino	Saldo	Fluxo
Direita	21	20	(-) 1	41
Centro	7	5	(-) 2	12
Esquerda	11	14	(+) 3	25
Total	39	39	=	78

De modo semelhante ao que foi observado por MELO (2004), no cenário da Câmara dos Deputados as trocas envolveram muito mais os partidos de direita (41) do que os de esquerda (25) ou de centro (12). Todavia, enquanto legendas de direita e de centro surgem principalmente como aquelas de cedem filiados, as de esquerda figuram como destino preferencial – o que se destacou mais enfaticamente na legislatura 2001/04. Na mesma medida, as trocas entre partidos de direita são intensas (13 caso), enquanto as de esquerda são diminutas (três), e as mudanças consideradas inconsistentes atingem mais a passagem de uma legenda de direita para uma de esquerda (sete casos) do que o inverso (cinco).

A razão para esses números, incongruentes com a situação nacional, pode ser encontrada na análise específica das circunstâncias políticas em que tais trocas

se deram. Como a revisão bibliográfica mostrou, muitos autores chegam à conclusão que a efetiva compreensão do fenômeno da migração implica estudos de caso ou o olhar sobre as realidades locais e regionais, visto que macro-explicações se mostraram insuficientes para abranger a diversidade de elementos que influenciam esse processo.

E, nesse caso, a investigação centrou-se em duas legislaturas (1983/88 e 2001/04), pois elas marcam a primeira e a última a serem estudadas, bem como são aquelas com a maior incidência do fenômeno: nove e 13 trocas, respectivamente. De um lado, tem-se como verificar as primeiras trocas promovidas pela classe política, ainda em meio a um sistema partidário em processo de transformação e ao longo do conturbado período de posse de um presidente civil, retomada de eleições diretas para prefeito no município (1985), Assembléia Constituinte e, por fim, uma nova eleição municipal (1988). De outro, busca-se ver, passado tanto tempo e tendo o país atingido uma maior estabilidade institucional, o impacto que a chegada do PT ao poder municipal teve no sistema partidário local.

No caso da legislatura que inaugurou o período de trocas, 1983/88, observou-se que Bagé seguiu as alterações que ocorriam em escala nacional, logo, o PDS foi o principal atingido pelas trocas e o PFL, o beneficiado. No entanto, o fator local não deixou de se revelar de modo determinante. Os indícios surgem na perda de espaço político do PMDB, que cedeu três de suas cinco cadeiras (cada uma para um partido diferente) e na maior incidência do fenômeno em 1986, e não em 1985, como se verificou no país como um todo.

Ocorre que em 1985, o município se viu envolvido em uma campanha política, a escolha isolada de Prefeito, o que não ocorria de modo direto desde 1963. Qualquer movimentação dos vereadores poderia ser promovida com muito menos riscos se eles esperassem a escolha do novo prefeito, quando a conjuntura política e a correlação de forças locais poderiam ser alteradas drasticamente.

Em 1986, passado o período eleitoral e após ser confirmado um novo cenário político no município – a vitória do PDT –, ocorreu um número muito maior de trocas. Elas foram, em realidade, uma tentativa de adequação à nova correlação de forças locais, bem como ao novo arranjo partidário que ocorria tanto em âmbito nacional quanto estadual, cuja pressão sobre a classe política local já vinha se verificando desde o ano anterior.

Além do PDS – que apesar de atingido pelas trocas, conseguiu reter a maioria de seus vereadores –, as mudanças atingiram o PMDB. A movimentação dos vereadores do PMDB local pareceu cristalizar uma situação de fragilidade deste frente ao PDT, a qual já havia se manifestado nas eleições de 1982 e seria consagrada no pleito de 1985. O fato de ambos terem conquistado cinco cadeiras em 1982, ao invés de indicar equilíbrio, já demonstrava que o PDT era mais expressivo politicamente em Bagé. Esta tendência se confirmou em 1985, quando o PMDB não se mostrou competitivo na eleição para Prefeito, tendo ficado em terceiro lugar.

A realocação ocorrida em 1986 pareceu ter “corrigido” o sistema partidário da Câmara de Vereadores, pois nos dois anos seguintes, o fluxo migratório se reduziu. A distribuição de cadeiras entre os partidos políticos, decorrente das eleições de 1988 apresentou poucas alterações em comparação ao cenário do final da legislatura. A rigor, consagrou-se o novo “tamanho” do PMDB (duas cadeiras), a grandeza maior do PDT e a persistência da importância do PDS e a consolidação das novas legendas (PFL, PSDB e PT).

Na legislatura 2001/04, a maior incidência de trocas teve como motivação determinante o panorama local. O fator desencadeante de uma significativa mudança no sistema político bageense, que se manifestou em muito por intermédio da migração partidária, foi a eleição de Luiz Fernando Mainardi e do PT para o executivo local. Liderança expressiva no município, vinculado ao PT Amplo e Democrático, Mainardi ganhou a Prefeitura coligado com o PDT e procurou adotar uma política de ampliação do leque de aliados, com vistas a garantir a estabilidade necessária para promover as ações de governo – o que foi obtido, visto que a administração colheu bons resultados e a aprovação da opinião pública desde os primeiros momentos.

Um primeiro fator a considerar como motivação para estimular as trocas está vinculada à figura de Mainardi, embora não diretamente relacionado ao seu governo ou a ações por ele empreendidas. A questão é que a eleição do deputado federal Mainardi para Prefeito em 2000 deixara em aberto a “representação política do município”. Lideranças locais pretendiam obter, no pleito seguinte, os votos que a população vinha atribuindo a ele, o que aumentava as chances de vitória. Desse modo, algumas trocas tiveram em vista uma condição mais favorável para pleitear tais votos e alavancar a carreira política.

Outro aspecto importante é o choque de interesses entre PT e PDT em torno da capacidade de influenciar as decisões governamentais e pela concorrência para capitalizar para a própria instância partidária os êxitos obtidos pela administração. Nesse cenário, o PDT mostrou-se mais agressivo na primeira metade do governo, e procurou atrair filiados, tendo conseguido dois vereadores (um vindo do PP e outro do PFL).

Contudo, a ampliação do ritmo de trocas ocorreu na segunda metade da legislatura, quando a coalizão PT-PDT foi rompida pelo prefeito, em razão das atitudes tomadas pelo parceiro ou aproveitando a oportunidade que este lhe deu, ao pretender lançar candidato próprio a prefeito. Sem o apoio do PDT – até então tenso e competitivo –, Mainardi buscou recompor a base de apoio ao governo e o fez ao oferecer espaço político na administração a partidos de centro-esquerda (PSB, PPS, PTB, PMDB, PSDB) e o aliado em escala nacional (PL).

A estratégia de ampliar o leque de alianças, ao oferecer espaço no governo aos partidos rivais, garantiu a maioria governista na Câmara e causou uma série de embaraços aos possíveis rivais, e redundou em uma série de trocas, ocorridas seja em 2003, seja em 2004. De um lado, foram reforçados os laços com antigos parceiros, como o PSB, e atraídos para o governo partido de centro-esquerda, caso do PPS. Mas também houve aliança com legendas de centro-direita que, apesar de rivais em escala nacional, não tinham grande expressão em Bagé e poderiam concordar com o espaço oferecido com vistas a futuro crescimento, caso do PSDB. O apoio do PL, que também era um pequeno partido em Bagé, foi facilitado pelo acordo nacional, formulado pelo candidato Lula.

De outro, avançou sobre legendas com potencial para competirem com a candidatura dele à reeleição ou de apresentarem candidatos próprios, caso de PTB e PMDB. O PTB é a situação mais enfática, pois o acordo firmado com os vereadores pôs em xeque a liderança do deputado Lara e exigiu dele uma reação forte para retomar o controle da legenda. Por fim, houve partidos que jamais estiveram na listagem de possíveis aliados, caso de PP e PFL, bem como o do PDT, que, de aliado, tornou-se adversário.

Desse modo, Mainardi procurava garantir um cenário tranquilo para a sua tentativa de reeleição. Formou uma ampla coligação, intitulada “Todos por Bagé” e composta por sete partidos (PT-PSB-PPS-PCdoB-PCB-PSDB-PL), isolou PDT, PP e PMDB – cada um lançou a sua própria candidatura – e venceu o pleito por ampla

margem, cerca de 63% dos votos válidos, fez a maioria da Câmara (oito das 11 cadeiras) e contou com o fracasso dos principais rivais: PP (não elegeu vereador) e PDT (obteve apenas uma vaga).

No que tange às trocas, elas envolveram 11 partidos e, ao contrário do que foi constatado anteriormente, ocorreram entre aqueles já representados e apenas dois ganharam representação por este fenômeno, embora sempre o tenham conseguido às custas da perda de bancada de outros. Isto é, o número de partidos representados continuou o mesmo durante toda a legislatura, apenas a relação dessas legendas é que se modificou: em 2003 saiu o PSDB e entrou o PCdoB, e em 2005, PTB e PPS. O fato é razoavelmente compreensível, tendo em vista a quantidade de legendas que obtiveram vaga por meio eleitoral (nove), embora não fosse necessariamente inevitável, visto que os vereadores poderiam ter procurado novas legendas. E se não o fizeram, muito seguramente deve-se ao fato de existirem muitas já articuladas no município, o que lhes dava opções de escolha ao trocar e desestimulava assumir o custo de organizar uma nova agremiação partidária.

Nenhuma das 13 mudanças se repetiu. Os vereadores migrantes escolheram legendas diferentes. Apesar disso, houve a tendência de mais vereadores buscarem o PMDB do que anteriormente, um indício de que a legenda tenha se tornado uma alternativa vantajosa no mercado. O fato de o PT ter se tornado opção também é digno de nota, especialmente porque uma das adesões é de um parlamentar do PFL, uma troca inusitada do ponto de vista ideológico e da conjuntura política nacional, mas razoável, tendo em vista a ação do governo Mainardi sobre possíveis aliados.

Desse modo, sustenta-se o fechamento do presente trabalho, que procurou investigar como o complexo e multivariado fenômeno da migração partidária se apresentou em Bagé, no período 1983-2004. E o caráter diversificado, localizado e circunstanciado das trocas ficou claramente delimitado no município, em especial quando foi analisado em duas legislaturas diferentes, 1983/88 e 2001/04.

Referências

- ALTERNET. *Perfil econômico Bagé*. Disponível em:
<<http://www.alternet.com.br/bage/economia/index.html>>. Acesso em 20 jan. 2008.
- ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis : Vozes, 1984.
- AMES, Barry. *Os Entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- ARAÚJO, Marcelo. *Mudanças partidárias. A evolução das migrações partidárias na Câmara dos deputados – 1979/1999*. 2000. 86f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ARTURI, Carlos. As Eleições no processo de transição à democracia no Brasil In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- BAQUERO, Marcelo. *As Eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Série Ensaio, 1, set. 1984.
- _____. *O Multipartidarismo e o realinhamento eleitoral no Rio Grande do Sul nas eleições de 1982*. Porto Alegre : UFRGS, 1988.
- BARRETO, Alvaro. *Migração partidária e realocação de cadeiras na Câmara de Vereadores de Pelotas, no período 1982-2004* In: Idem (Org.). *Sistema partidário em Pelotas (RS): organização, eleições e trocas de legenda (1979-2004)*. Pelotas: UFPel, 2008.
- _____. *Impacto da migração na Câmara de Vereadores de Pelotas para o sistema partidário (1982-2004)* In: Idem (Org.). *Sistema partidário em Pelotas (RS): organização, eleições e trocas de legenda (1979-2004)*. Pelotas: UFPel, 2008a.
- CÂMARA DE VEREADORES DE BAGÉ. Setor de Arquivo e Documentação. Cadastro de Vereadores. Bagé. 1983-2004.
- _____. *Anais da Câmara de Vereadores de Bagé*. Bagé, 1983-2004, dat. e dig.
- CAMPAGNAC, Vanessa / FERRAZ, Rafael Chaves. *O Mandato é meu: a infidelidade partidária dos deputados federais brasileiros de 1999 a 2006*. Trabalho apresentado no 31º Encontro Nacional da Anpocs. Caxambu, 2007. Disponível em:
<<http://seminariopolitica.t5.com.br/papers/rafaelferrazevanessacampagnac.doc>> Acesso em: 05 dez. 2007.
- CARNEIRO, Andrea Rodrigues. *Migrações partidárias na Câmara dos Deputados do Brasil: 1995-2004*. 2004. 70f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). IUPERJ. Rio de Janeiro.
- CORREIO DO SUL. Bagé, out. 1982-jan. 2005.
- COSTA, Marilza Sales. *As trocas de legenda na Assembléia Legislativa do Pará*. 1999. 89f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). IUPERJ. Rio de Janeiro.
- CREMONESE, Dejalma. *Brasil - (In) Fidelidade partidária*. 15 out. 2007. Disponível em:
<<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=30032>> Acesso em: 05 dez. 2007.

- DESPOSATO, Scott W. *Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies*. *American Journal of Political Science*. 50 (1), jan. 2006.
- _____. *The Impact of Party-Switching on Legislative Behavior in Brazil*. 2005, 28f. Disponível em: <<http://dss.ucsd.edu/~sdesposa/ps2.pdf>> Acesso em: 05 dez. 2007.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Azambuja, Carlos Sá. 2ed. amp. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- _____. *Mainardi, Luiz Fernando*. 2ed amp. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- DINIZ, Simone. As migrações partidárias e o calendário eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, (15), 2000.
- FAGUNDES, Elizabeth Macedo de. *Inventário cultural de Bagé*. Bagé : Praça da Matriz, 2005.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados*, Rio de Janeiro, (38) 3, 1995.
- _____. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FIGUEIREDO, Gisele. Estilac diz que o PT Amplo vai crescer nas próximas eleições e mostra a força de sua militância. *Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Notícias*. 13 mar. 2004 Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/dep/site/materia_antiga.asp?txtlDMateria=74957&txtldDep=95> Acesso em: 23 set. 2008.
- FIGUEIRA, Paulo. Partido Democrático Social (PDS). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ed. rev. amp. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, v.4, 2001.
- FILOMENA, César Luciano. *O Agonismo nas relações sociais do partido, dos espaços públicos da sociedade civil e do sistema administrativo estatal: a experiência da Administração Popular em Porto Alegre*. Porto Alegre, 2006. Mestrado em Ciências Sociais. PUCRS.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Resumo Estatístico dos Municípios – Bagé*. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Baq%E9> Acesso em: 24 nov. 2006.
- _____. *Estatísticas Eleitorais – 1982-1985*. Porto Alegre: FEE, 1986.
- GIRASSOL, Antônio Luis. Fogo Cruzado. *Minuano*. Bagé, 1 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.jornalminuano.com.br/noticia.php?id=773&busca=1&palavra=melhores%20governos%20da%20história%20de%20Bagé>> Acesso em: 14 ago. 2008.
- ILHA, Adayr da Silva / ALVES, Fabiano Dutra / SARAVALIA, Luis Hector Barboza. *Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: o caso da Metade Sul*. Anais do 1º Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre : FEE, 2002. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeq/1/ mesa_3_ilha_alves_saravia.pdf> Acesso em: 23 jan. 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE *Cidades@ – Bagé*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 24 nov. 2006.
- JUSTIÇA ELEITORAL. 7ª Zona Eleitoral de Bagé. Certidão de filiação dos vereadores e ex-vereadores de Bagé. Dez. 2007.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.
- _____. *Oposição e autoritarismo – gênese e trajetória do MDB (1966/1979)*. São Paulo : Vértice, 1988.
- _____. Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica In: KINZO, Maria D'Alva Gil / BRAGA, Maria do Socorro (Org.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e utopias*. São Paulo: Loyola, 1989.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Authoritarian Brasil revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira – 1974-1982*. *Dados*. Rio de Janeiro: Iuperj, 29 (3), 1986.

- LAMOUNIER, Bolívar / MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEMIESZEK, Cláudio de Leão. *Governos e governantes de Bagé – 1964-1978*. Bagé : Praça da Matriz, 2003.
- _____. *Governos e governantes de Bagé – 1979-1992*. Bagé : Praça da Matriz, 2008.
- _____. *Bagé – novos relatos de sua história*. Porto Alegre : Martins Livreiro, 2000.
- LEPRE, Mário Sérgio. *O Caos partidário paranaense*. Londrina: UEL, 2000.
- LIMA, Vanessa Moreira de. *A Dança das Cadeiras: A Migração Partidária na Câmara de Vereadores de Pelotas nas Legislaturas 1983-2004*. 2005. 97f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.
- _____. *A Migração partidária e a reeleição na Câmara de Vereadores de Pelotas nas legislaturas 1983-2004*. 2007. 34f. Monografia (Especialização em Sociologia e Política). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. A Reforma das instituições políticas: a experiência brasileira e o aperfeiçoamento democrático. *Dados*. Rio de Janeiro, 36 (1), 1993a.
- LIMONGI, Fernando / FIGUEIREDO, Argelina / MARCONDES, Andréa. *Migração Partidária e Comportamento Legislativo*. Anais do 29º Encontro Nacional da Anpocs. Caxambu, 2005, CD-ROM.
- MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. *Fidelidade partidária: um panorama institucional*. Brasília: Consultoria do Senado Federal. (textos para discussão 9), 2004. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao/texto9%20%20fidelidade%20partidaria.pdf> Acesso em: 12 dez. 2007.
- MADEIRA, Rafael Machado. *Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro*. 2006. 207f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em:
<http://www6.ufrgs.br/cienciapolitica/teses/Rafael_Madeira.pdf> Acesso em: 16 out. 2007.
- MAINWARING, Scott. *Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais. Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, (29), 1991.
- _____. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- MARENCO DOS SANTOS, André. Nas fronteiras do político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (33), 1997.
- _____. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]*. 2000. 257f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em:
<http://www6.ufrgs.br/cienciapolitica/teses/N%3o_se_fazem_mais_oligarquias.pdf> Acesso em: 14 out. 2007.
- _____. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (45), fev. 2001.
- _____. Partidos em carne e osso: votos e deputados nas eleições de 2002. *Cadernos Adenauer*. Rio de Janeiro, 4 (1), 2003.
- _____. Regras eleitorais, deputados e fidelidade partidária. In: Gláucio Dillon Soares; Lúcio Rennó. (Org.). *Reforma Política. Lições da História Recente*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- _____. Migração partidária In: AVRITZER, Leonardo / ANASTASIA, Fátima (Org.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006a.
- MELO, Carlos Ranulfo. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, 43 (2), 2000.

- _____. Migração partidária na Câmara dos Deputados In: BENEVIDES, Maria Victoria / VANNUCHI, Paulo / KERCHE, Fábio (Org.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003a.
- _____. Migração partidária, estratégias de sobrevivência e governismo na Câmara dos Deputados. In: TAVARES, J. A. Giusti (Org.). *O Sistema partidário na consolidação da democracia brasileira*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003b.
- _____. *Retirando as cadeiras do lugar*: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- MINUANO. Processo contra Graciano Pereira é arquivado. 25 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.jornalminuano.com.br/noticia.php?id=27210&busca=1&palavra=graciano>> Consulta em: 14 out. 2008
- NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. A Migração Partidária na Câmara dos Deputados. *Monitor Público*, São Paulo, v.10, p.41-45, 1996a.
- _____. Prefácio In: MELO, Carlos Ranulfo. *Retirando as cadeiras do lugar*: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- NOLL, Maria Izabel / TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul. 1823-2002*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- NOVAES, Carlos Alberto Marques. Dinâmica Institucional da representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, (38), 1994.
- POLÍTICA PARA POLÍTICOS. *Glossário. Migração partidária*. Disponível em: <http://www.politicaparapoliticos.com.br/glossario.php?id_glossario=131&> Acesso em: 27 dez. 2007.
- PPS. Presidente da Câmara de Vereadores de Bagé ingressa no PPS. 28 dez. 2004. Disponível em: <http://www.portalpps.org.br/2005/index.asp?opcao=noticia_abrir&id=494&portal=RS> Acesso em 13 jun. 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. *A Cidade. História*. Disponível em: <<http://www.bage.rs.gov.br/conteudo/historia.php>> Acesso em: 14 jan. 2008.
- REINER, Lúcio. *Fidelidade partidária*. Brasília : Câmara dos Deputados (Estudo), 2001. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes/estnottec/tema3/pdf/107706.pdf>> Acesso em: 16 nov. 2007.
- ROCHA, Jefferson Marçal da. *As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul – uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região*. Anais das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre : FEE, 2000. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s12a5.pdf>> Acesso em 16 jan. 2008
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e competição social*. São Paulo: Edusp, 2002.
- ROLLO, Alberto. Fidelidade partidária In: ROLLO, Alberto (Org.). *Reforma política: uma visão prática*. São Paulo: Iglu, 2007.
- ROMA, Celso. Os Efeitos da migração interpartidária na conduta parlamentar. *Dados*. Rio de Janeiro. 50 (2), 2007.
- SCHMITT, Rogério Augusto. Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, (54), 1999.
- SCHMITT, Rogério / KRAUSE, Silvana (Org.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro / São Paulo: Fundação Konrad Adenauer / Unesp, 2005.
- SOARES, Gláucio A D. *A Democracia interrompida*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- SOUZA, Maria do Carmo C. / KUGELMAS, Eduardo. Eleições 82. *Novos Estudos*. São Paulo : Cebrap, (1), abr. 1983.

- TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. *Governos e governantes de Bagé*. Bagé : Museu Dom Diogo de Souza, 1966.
- _____. *Câmara Municipal de Bagé 140 anos de história*. Bagé : Câmara Municipal, 1987.
- TEIXEIRA, Marcelo. *Bagé para quase todos*. O Minuano. Bagé. 28 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.marceloteixeira.vilabol.uol.com.br/Minuano/artigos2001/011128.htm>> Acesso em: 12 jul. 2008.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RIO GRANDE DO SUL. *Estatísticas*. Disponível em: <http://www.tre.rs.gov.br/index.php?option=estatisticas%2Fbusca_dados.php&tipo=1&formato_apresentacao=0&critério_ordenacao=0&tipo_ordenacao=1&minimo_eleitores=&maximo_eleitores=> Acesso em: 15 jan. 2008.
- TRINDADE, Hélió / NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul – partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre : UFRGS, 1991.
- VEJA. Veja On-line. *Com vocês, o PT cor-de-rosa*. São Paulo, 11 out. 2000. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/111000/p_034.html> Acesso em: 13 set. 2008.

Apêndice

Vereadores de Bagé eleitos e que tomaram posse (1983-2006)

N	Nome	1983	1988	1992	1996	2000	2004
1	Antônio Fernando de Oliveira Ferreira	PDS	PDS	PL	PL	PL	
2	Antonio Abdalah Fayad	PDS	PDS	PDS	PDT	PDS	
3	Pompílio Nunes	PDT	PDT	PDT	PTB		
4	João de Deus Lima Galvão	PDS	PDS	PDS	PDS		
5	Irio Souza de los Santos	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PDS
6	Graciano Aristimunha Pereira	PDS	PFL	PFL	PFL	PFL	PFL
7	Iolando Alves Branco Maurenre	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	
8	Luis Fernando Mainardi	PMDB	PT	PT	PT	PT	PT
9	Albino Vasconcellos	PDS	PDS	PDS			
10	Neil Cunha de Moura	PDS	PDT	PDT	PDT		
11	Clementino Machado Molina	PDS	PDS	PDS	PTB	PTB	PTB
12	Valmir Pereira	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	
13	Mauricio Proença de Campos	PMDB	PFL	PFL	PFL	PHS	PHS
14	Luis Alberto Corrêa Vargas	PDT	PDT	PDT	PDT	PDT	
15	José Pedro Leal	PDT	PDT	PDS			
16	Adair Lacerda de Oliveira	PDT					
17	Laudares Nunes Urrutia	PDT		PTB	PTB	PT	
18	Remídio dos Santos Garcia	PDS	PFL				
19	João Correa Dóglia	PDS	PDS	PDS	PDS	PDS	PDS
20	Sigmar Schievelbein	PDS	PDS	PDS*			
21	Artêmio de Oliveira Portela	PDS	PFL			PFL	PFL
22	Luiz Carlos Deibler		PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	
23	Eloi José Thomaz		PDT	PMDB			
24	Humberto Alves Gasso		PDT	PTB	PFL	PDS	PDS
25	Milton Carlos Fábrica Martins		PFL	PFL	PDS	PDS	PFL
26	Pedro Celso Barcellos de Oliveira		PDS	PDS	PDS	PDS	
27	Luiz Carlos Moreira da Cunha		PDS	PDS	PDS	PDS	PDS
28	Jacy Jacinto Coelho		PDT	PDT	PDT*	PDT	PDT
29	Dejalma Augusto do Canto Leite		PDS			PMDB	
30	Antonio Vanderlei de Oliveira		PDT				
31	Oscarino Lima		PDS	PDS	PDS	PDS	
32	Fernando Antonio Duarte Teixeira		PDS		PDS	PFL	
33	Luis Felipe Vaz Alves			PDS	PDS	PTB	PTB
34	Luiz Augusto Barcelos Lara			PDS	PDS	PTB	PTB
35	Adão César Mattos Veiga			PDT	PDT	PDT	
36	Airton Carvalho Leão		PT	PDT	PDT	PSB	
37	Nadia Mersselian La Bella			PT	PT	PT	
38	Nasser Mohamed Nimir Yusuf			PFL	PFL	PDT	PDT
39	Carlos Alberto Goulart Fico			PSB	PSB	PSB	PSB
40	Roberto Silva Netto			PDT	PDT	PDT	PDT
41	Nestor Rigueira			PDT	PDT	PFL	
42	Luiz Gustavo Moreira Morais			PDT	PDT	PFL	PFL
43	Luiz Guarany Trindade de Bem			PDS		PFL	
44	Volmir Oliveira Silveira			PMDB	PMDB	PDT	PDT
45	Luiz Carlos Palma Vaz				PMDB	PDT	PT
46	José Alfonso Ebert Hamm				PDS	PDS	PDS
47	Jucelino Rosa dos Santos				PDT	PDT	PDT
48	Elda Maria Blois Gasparri				PDS	PDS	PDS
49	Ivan Paulo de Lima				PDT	PDT	PDT
50	Delvo Candido Rodrigues de Oliveira		PT		PT	PT	PT
51	Luis Eduardo Colombo dos Santos				PT	PT	PT
52	Mario Mena Abunader Kalil					PFL	
53	Silvio Nunes Machado					PFL	PT
54	Dr. Chico Brizola (Francisco José Rosa dos Santos)					PDT	

55	Ricardo Leal Cougo				PDT	PDT	PSB
56	Cláudio Deibler					PDS	PMDB
57	Ivan Casartelli					PMDB	PL
58	Ruben Dario Salazar Arias				PT	PT	PT
59	Caio (José Carlos Gularte Ferreira)				PT	PT	PCdoB
60	Sabella (Pedro Trindade Martins)					PSDB	PMDB
61	Adriana Lara Dias					PTB	PTB
62	Bob Carvalho Machado					PTB	PMDB
63	Paulinho Vesgo (Paulo Roberto dos Santos Figueiredo)					PSB	PSB
64	Ubaldo Saraçol				PSB	PSB	PSB
65	Manoel Machado			PL	PL	PL	PFL
66	Antenor Teixeira					PDS	PDS
67	Alencar Dalmolin					PMDB	PMDB
68	Sônia Leite				PDS	PDS	PDS
69	Paulinho Parera						PT
70	Carmen Vargas					PDT	PT
71	Paulinho das Balas (Paulo Roberto Pereira de Souza)						PSB
72	Geolar Corrêa	PDT	PDT				
73	Roberto Burns		PDS	PDS			

Vereadores de Bagé eleitos que tomaram posse (1982-83)

	Vereador	Partido
1	Albino Vasconcellos	PDS
2	Antonio Abdalah Fayad	PDS
3	Antônio Fernando de Oliveira Ferreira	PDS
4	Artêmio de Oliveira Portela	PDS
5	Clementino Machado Molina	PDS
6	Graciano Aristimunha Pereira	PDS
7	João Correa Dóglia	PDS
8	João de Deus Lima Galvão	PDS
9	Neil Cunha de Moura	PDS
10	Remídio dos Santos Garcia	PDS
11	Sigmar Schievelbein	PDS
12	Iolando Alves Branco Maurenente	PMDB
13	Irio Souza de los Santos	PMDB
14	Luis Fernando Mainardi	PMDB
15	Mauricio Proença de Campos	PMDB
16	Valmir Pereira	PMDB
17	Adair Lacerda de Oliveira	PDT
18	José Pedro Leal	PDT
19	Laudares Nunes Urrutia	PDT
20	Luis Alberto Corrêa Vargas	PDT
21	Pompílio Nunes	PDT

Vereadores de Bagé eleitos e que tomaram posse (1988-89)

	Vereador	Partido
1	Albino Vasconcellos	PDS
2	Antonio Abdalah Fayad	PDS
3	Antonio Fernando de Oliveira Ferreira	PDS
4	Dejalma Augusto do Canto Leite	PDS
5	Fernando Antonio Duarte Teixeira	PDS
6	João de Deus Lima Galvão	PDS
7	Luiz Carlos Moreira da Cunha	PDS
8	Oscarino Simões de Lima	PDS
9	Pedro Celso Barcellos de Oliveira	PDS
10	Antonio Vanderlei de Oliveira	PDT
11	Eloi José Thomaz	PDT
12	Humberto Alves Gasso	PDT
13	Jacy Jacinto Coelho	PDT
14	Pompílio Nunes	PDT
15	Neil Cunha de Moura	PDT
16	Iolando Maurenente	PMDB
17	Luiz Carlos Deibler	PMDB
18	Graciano Artimunha Pereira	PFL
19	Milton Carlos Fábrica Martins	PFL
20	Luiz Fernando Mainardi	PT
21	Irio Souza de Los Santos	PSDB

Vereadores de Bagé eleitos e que tomaram posse (1992-93)

	Vereador	Partido
1	Antonio Abdalah Fayad	PDS
2	Clementino Machado Molina	PDS
3	João de Deus Lima Galvão	PDS
4	Luiz Augusto Barcelos Lara	PDS
5	Luis Felipe Vaz Alves	PDS
6	Luiz Guarany Trindade de Bem	PDS
7	Pedro Celso Barcellos de Oliveira	PDS
8	Adão César Mattos Veiga	PDT
9	Airton Carvalho Leão	PDT
10	Luiz Gustavo Moreira de Moraes	PDT
11	Nestor Rigueira	PDT
12	Pompílio Nunes	PDT
13	Roberto Silva Netto	PDT
14	Eloi José Thomaz	PMDB
15	Luiz Carlos Deibler	PMDB
16	Milton Carlos Fábrica Martins	PFL
17	Nasser Mohamed Nimir Yusuf	PFL
18	Antonio Fernando de O. Ferreira	PL
19	Carlos Alberto Goulart Fico	PSB
20	Humberto Alves Gasso	PTB
21	Nadia Mersselian La Bella	PT

Vereadores de Bagé eleitos e que tomaram posse (1996-97)

	Vereador	Partido
1	Elda Maria Blois Gasparini	PDS
2	Fernando Antônio Duarte Teixeira	PDS
3	Luis Augusto Barcelos Lara	PDS
4	Luis Felipe Vaz Alves	PDS
5	José Alfonso Ebert Hamm	PDS
6	Adão César Mattos Veiga	PDT
7	Airton Carvalho Leão	PDT
8	Antônio Abdalah Fayad	PDT
9	Ivan Paulo de Lima	PDT
10	Jucelino Rosa dos Santos	PDT
11	Luiz Carlos Deibler	PMDB
12	Luiz Carlos Palma Vaz	PMDB
13	Volmir Oliveira Silveira	PMDB
14	Delvo Candido Rodrigues de Oliveira	PT
15	Luis Eduardo Colombo dos Santos	PT
16	Nadia Messerlian La Bella	PT
17	Graciano Aristimunha Pereira	PFL
18	Nasser Mohamed Nimir Yusuf	PFL
19	Antônio Fernando de Oliveira Ferreira	PL
20	Carlos Alberto Goulart Fico	PSB
21	Irio Souza de Los Santos	PSDB

Vereadores de Bagé eleitos que tomaram posse (2000-01)

	Vereador	Partido
1	Antenor Teixeira	PDS
2	Elda Maria Blois Gasparini	PDS
3	Cláudio Deibler	PDS
4	Sônia Leite	PDS
5	Caio (José Carlos Gularte Ferreira)	PT
6	Delvo Oliveira	PT
7	Luis Eduardo Colombo dos Santos	PT
8	Ruben Dario Salazar Arias	PT
9	Chico Brizola (Francisco José Rosa dos Santos)	PDT
10	Ivan Paulo de Lima	PDT
11	Ricardo Leal Cougo	PDT
12	Mario Mena Abunader Kalil	PFL
13	Silvio Machado	PFL
14	Alencar Dalmolin	PMDB
15	Ivan Casartelli	PMDB
16	Adriana Lara Dias	PTB
17	Bob Carvalho Machado	PTB
18	Paulinho Vesgo	PSB
19	Ubaldo Saraçol	PSB
20	Sabella (Pedro Trindade Martins)	PSDB
21	Manoel Machado	PL

Vereadores de Bagé eleitos que tomaram posse (2004-05)

	Vereador	Partido
1	Luis Eduardo Colombo dos Santos	PT
2	Ruben Dario Salazar Arias	PT
3	Delvo Oliveira	PT
4	Paulinho Parera	PT
5	Carmen Vargas	PT
6	Paulinho das Bala	PSB
7	Ricardo Leal Cougo	PSB
8	Alencar Dalmolin	PMDB
9	Bob Carvalho Machado	PMDB/PPS
10	Graciano Aristimunha Pereira	PFL
11	Ivan Paulo de Lima	PDT

Número de mandatos dos vereadores de Bagé, no período analisado (1983-2004)

Mandatos	Vereador
4	Antônio Fernando de Oliveira Ferreira Antonio Abdalah Fayad Graciano Aristimunha Pereira
3	Pompílio Nunes João de Deus Lima Galvão Irio Souza de los Santos Luiz Carlos Deibler Ivan Paulo de Lima Delvo Candido Rodrigues de Oliveira Luis Eduardo Colombo dos Santos
2	Iolando Alves Branco Maurente Luis Fernando Mainardi Albino Vasconcellos Neil Cunha de Moura Clementino Machado Molina Eloi José Thomaz Humberto Alves Gasso Milton Carlos Fábrica Martins Pedro Celso Barcellos de Oliveira Fernando Antonio Duarte Teixeira Luis Felipe Vaz Alves Luiz Augusto Barcelos Lara Adão César Mattos Veiga Airton Carvalho Leão Nadia Mersselian La Bella Nasser Mohamed Nimir Yusuf Carlos Alberto Goulart Fico Elda Maria Blois Gasparri Ricardo Leal Cougo Ruben Dario Salazar Arias Manoel Machado Alencar Dalmolin
1	Geolar Corrêa Roberto Burns Valmir Pereira Mauricio Proença de Campos Luis Alberto Corrêa Vargas José Pedro Leal Adair Lacerda de Oliveira Laudares Nunes Urrutia Remídio dos Santos Garcia João Correa Dóglia Sigmar Schievelbein Artêmio de Oliveira Portela Luiz Carlos Moreira da Cunha Jacy Jacinto Coelho Dejalma Augusto do Canto Leite Antonio Vanderlei de Oliveira Oscarino Lima Roberto Silva Netto Nestor Rigueira Luiz Gustavo Moreira Morais Luiz Guarany Trindade de Bem

	<p>Volmir Oliveira Silveira Luiz Carlos Palma Vaz José Alfonso Ebert Hamm Jucelino Rosa dos Santos Mario Mena Abunader Kalil Silvio Nunes Machado Dr. Chico Brizola (Francisco José Rosa dos Santos) Cláudio Deibler Ivan Casartelli Caio (José Carlos Gularte Ferreira) Sabella (Pedro Trindade Martins) Adriana Lara Dias Bob Carvalho Machado Paulinho Vesgo (Paulo Roberto dos Santos Figueiredo) Ubaldo Saraçol Antenor Teixeira Sônia Leite Paulinho Parera Carmen Vargas Paulinho das Balas (Paulo Roberto Pereira de Souza) Gleonocir Sebages Soares</p>
--	--

